



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA – PPGSA

RAYNICE SOUZA DOS SANTOS

MOTIVAÇÃO PARA O ENGAJAMENTO SINDICAL: ESTUDO DE UMA
ORGANIZAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES NO NORDESTE PARAENSE.

Belém – PA

2020

RAYNICE SOUZA DOS SANTOS

**MOTIVAÇÃO PARA O ENGAJAMENTO SINDICAL: ESTUDO DE UMA
ORGANIZAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES NO NORDESTE PARAENSE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia e Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Heribert Schmitz

Belém – PA

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S237m Santos, Raynice Souza dos.
Motivação para o engajamento sindical : estudo de uma
organização de agricultores familiares no nordeste paraense /
Raynice Souza dos Santos. — 2020.
XI, 84 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Heribert Schmitz
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2020.

1. Ação coletiva. 2. Organização. 3. Sindicalismo rural. 4.
Motivação. I. Título.

CDD 301

RAYNICE SOUZA DOS SANTOS

MOTIVAÇÃO PARA O ENGAJAMENTO SINDICAL: ESTUDO DE UMA ORGANIZAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES NO NORDESTE PARAENSE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia e Antropologia.

Data da aprovação: 30/06/2020.

Banca Examinadora

Presidente Prof. Heribert Schmitz (PPGSA/IFCH)

Examinadora externa Profa. Dalva Maria da Mota (Embrapa Amazônia Oriental)

Examinadora interna Profa. Tânia Guimarães Ribeiro (PPGSA/IFCH)

Suplente Profa. Patrícia da Silva Santos (PPGSA/IFCH)

Dedico este trabalho aos agricultores de Concórdia do Pará, pela solicitude e gentileza em fornecer as informações necessárias, sem as quais este trabalho não seria possível, mas principalmente pelo fato de, a partir de suas organizações, levarem justiça e solidariedade ao campo.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi fruto da ajuda de inúmeras pessoas, sem as quais não teria conseguido chegar até aqui. Por isso gostaria de prestar meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram com essa importante fase da minha vida, que foi a pós-graduação.

Primeiramente um agradecimento especial aos meus familiares e amigos, que sempre estiveram ao meu lado durante esses dois anos, que foram marcados por inúmeras mudanças na minha vida e também no cenário político.

Entre essas pessoas não poderia deixar de citar primeiro a minha irmã gêmea, Lúcia Souza dos Santos, que esteve desde o começo me apoiando e como psicóloga me ouvindo, sempre me dando forças durante os momentos em que quis desistir.

Aos meus pais, José dos Santos e Francisca da Chagas da Conceição Souza, que mesmo estando longe nunca deixaram de me ajudar e acreditar em mim.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Heribert Schmitz, que considero como parte da família, por me ajudar desde o começo, sendo compreensivo e paciente, e que me oportunizou investigar um campo tão rico e cheio de possibilidades.

Quantos aos meus amigos, foram muitos que estiveram presentes e me ajudaram durante essa trajetória. Entre eles está Adriano Marques Viegas, um companheiro importante durante todo esse período, que sempre acreditou em mim e que, assim como a minha irmã, me ajudou a não desistir.

À Dra. Elcimar Lima, que desde o meu TCC tem sido como um segunda orientadora e que sem as suas correções não teria tido condições de qualificar.

Também gostaria de agradecer às minhas colegas da turma “seminários de dissertação”, assim como à Profa. Edila Arnaud Ferreira Moura, pelas correções e observações feitas durante esse período.

Por fim, e não menos importantes, os amigos que fiz durante o ano de 2019, em uma etapa nova da minha vida, que mesmo sem me conhecer direito, confiaram e acreditaram em mim e que por isso vão ficar pra sempre marcados no meu coração, meus sinceros agradecimentos à Layla Maysa, Wenny Araújo e Sérgio Ribeiro.

Não poderia deixar de agradecer à CAPES, da qual recebi uma bolsa durante esses dois anos de mestrado. Sem essa ajuda essencial não teria conseguido realizar as pesquisas de campo e me manter durante esse período.

Por fim, agradeço à UFPA, que me acolheu desde que ingressei no ensino superior e durante esses anos do mestrado. Por meio dela, aprendi valorizar a educação pública e o saber científico.

RESUMO

A presente pesquisa trata das motivações para o engajamento no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), do Município de Concórdia do Pará. A ação coletiva representa uma das formas mais importantes de fazer prevalecer reivindicações sociais e políticas e é realizada frequentemente por meio de organizações. As organizações sociais tornam-se, portanto, instrumentos privilegiados de contestação e confronto político e, especialmente, os sindicatos têm desempenhado historicamente um papel central na defesa dos interesses dos trabalhadores. O sindicalismo rural, entretanto, está atualmente numa situação mais delicada, em virtude de uma série de transformações que põem em xeque a sua atratividade, dificultando o engajamento e a permanência dos sócios. Por isso, entender o porquê de se tornar membro de um sindicato, é uma questão de relevância não só acadêmica, mas também prática. Para realizar tal análise foi utilizada uma abordagem qualitativa, com a coleta de dados ocorrendo em duas comunidades (Galho e Igarapé João), e um assentamento (Nova Inácia), bem como na sede do sindicato. A pesquisa foi dividida em duas etapas, com cinco incursões ao campo. Foram coletados dados secundários (junto a Secretaria de Agricultura de Concórdia e a sede do STTR), consultada a literatura sobre a temática pesquisada e realizadas 23 entrevistas (com 18 agricultores familiares e cinco dirigentes sindicais). Os resultados da pesquisa apontaram que o STTR de Concórdia possui uma parcela significativa de agricultores filiados que, em sua maioria, aprova a atual diretoria do sindicato. Não obstante, constatei que a maior parte dos sócios não está em dia com a contribuição sindical, com alguns alegando que deixaram de contribuir após a aprovação da Medida Provisória MP 871/2019 que acabou com a necessidade de emitir declarações do sindicato para que os trabalhadores rurais possam solicitar a aposentadoria. Esse serviço foi um dos principais motivos para a filiação ao STTR e a sua anulação enfraqueceu a organização. Esse fato aponta para a necessidade dos sindicatos se reinventarem e estabelecerem parcerias com outras organizações, como as associações de agricultores.

Palavras-chave: Ação coletiva. Organização. Sindicalismo Rural. Motivação.

ABSTRACT

This research deals with the motivations for engagement in the Union of Rural Workers (STTR), in the Municipality of Concórdia do Pará. Collective action represents one of the most important ways to make social and political claims prevail and is often carried out through organizations. Social organizations, therefore, become privileged instruments of contestation and political confrontation and, especially, unions have historically played a central role in defending the interests of workers. Rural unionism, however, is currently in a more delicate situation, due to a series of transformations that put its attractiveness in check, making it difficult for partners to engage and remain. Therefore, understanding why to become a member of a union is a matter of extreme relevance, not only academic, but also practical. To carry out this analysis, a qualitative approach was used, with data collection taking place in two communities (Galho and Igarapé João), and a settlement (Nova Inácia), as well as at the union headquarters. The research was divided into two stages, with five forays into the field. Secondary data were collected (from the Concordia Agriculture Department and the STTR headquarters), the literature on the researched topic was consulted and 23 interviews were conducted (with 18 family farmers and five union leaders). The survey results showed that the Concord STTR has a significant share of affiliated farmers, most of whom approve the current union board. Nevertheless, I found that most of the members are not up to date with the union contribution, with some claiming that they stopped contributing after the approval of the temporary law 871/2019 which ended the need to issue union declarations so that workers can apply for retirement. This service was one of the main reasons for STTR membership and its cancellation weakened the organization. This fact points to the need for unions to reinvent themselves and establish partnerships with other organizations, such as farmers' associations.

Keywords: Collective action. Organization. Rural Unionism. Motivation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa do município de Concórdia do Pará.....	20
Figura 2. Distância entre a cidade de Concórdia do Pará e o assentamento Nova Inácia.	29
Figura 3. Visão geral da comunidade Igarapé João.....	29
Figura 4. Visão geral da comunidade do Galho.	30
Figura 5. Pôster convidativo do 19º Grito da Terra, realizado em 2013, em Brasília.....	62
Figura 6. Família de agricultores produzindo farinha de mandioca, na comunidade conhecida como Igarapé João.....	69
Figura 7. Pirâmide com a distribuição dos níveis de engajamento no STTR.....	71
Figura 8. Sede do STTR, em Concórdia do Pará, onde é realizada a comercialização da produção dos agricultores.....	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Número dos agricultores que aprovam a atual diretoria do sindicato.	51
Gráfico 2. Distribuição do número de agricultores sócios do STTR, em relação aos não filiados	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Principais motivações elencadas pelos agricultores para se filiar ao STTR.	82
--	----

LISTA DE SIGLAS

ARQUIC – Associação de Remanescentes de Quilombo do Cravo
ARQUINEC – Associação dos Remanescentes de Quilombo Nova Esperança de Concórdia
ASPROB – Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de São Benedito do Jutai
ASPRUNE – Associação de Produtores Rurais Nova Esperança
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CONTAR – Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FANEP – Fundação Socioambiental do Nordeste Paraense
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará
FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FETERPA – Federação dos Trabalhadores Empregados e Empregadas Rurais do Estado do Pará
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
ITCPES/ICSA – Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MSR – Movimento Sindical Rural
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Concórdia do Pará
SINDTER – Sindicato dos Empregados Rurais dos Municípios de Bujarú e Concórdia do Pará
SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar

ULTAB – União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMÁTICA.....	13
1.2 METODOLOGIA.....	19
1.2.1 Área de estudo.....	19
1.2.2 Coleta e análise dos dados.....	24
2 AÇÃO COLETIVA: ORGANIZAÇÕES E SINDICALISMO.....	32
2.1 SINDICALISMO: INSTITUIÇÃO OU MOVIMENTO SOCIAL?.....	32
2.2 AÇÃO COLETIVA E AS ORGANIZAÇÕES.....	35
2.3 SINDICALISMO RURAL.....	40
2.4 STTR: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	44
3 SINDICALISMO E ENGAJAMENTO.....	53
3.1 O VELHO E O NOVO SINDICALISMO BRASILEIRO.....	53
3.2 SINDICALISMO RURAL NO PARÁ.....	58
3.3 ENGAJAMENTO E DESENGAJAMENTO.....	63
3.4 STTR: NÍVEIS DE ENGAJAMENTO.....	67
4 MOTIVAÇÃO PARA O ENGAJAMENTO.....	79
4.1 DO INDIVIDUAL AO SOCIAL: A FORÇA DA MOTIVAÇÃO.....	79
4.2 SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES: PARCERIA OU CONCORRÊNCIA?.....	86
5 CONCLUSÃO.....	93
REFERÊNCIAS.....	97

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMÁTICA

Esta dissertação analisa o que motiva os agricultores do município de Concórdia do Pará a aderir (ou se filiar) a uma organização social, como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), levando em consideração as particularidades do sindicalismo rural e dos interesses e motivações que estão por trás do engajamento nesse sindicato, em um contexto de profundas transformações políticas e sociais pelos quais passam o sindicalismo nacional, a partir do aprofundamento de políticas neoliberais, como a reforma da previdência, a reforma trabalhista, entre outras medidas, que buscam restringir os direitos dos trabalhadores e que tem afetado de forma contundente as suas organizações representativas.

Compreender a motivação para o engajamento em ações coletivas é um ponto importante para o sucesso das organizações sociais. Quando tratamos do comportamento humano dentro das organizações, devemos levar em consideração o conjunto de fatores que podem atuar como mobilizadores para o engajamento. Entre esses aspectos podemos considerar os fatores sociais, econômicos e organizacionais, quantos os aspectos psicológicos e individuais envolvidos. Muitas vezes o conceito de motivação, pode ser associado exclusivamente a fatores psicológicos, no entanto, a motivação para participar depende da interação dos indivíduos e da estrutura de incentivos envolvidas, como explica Melucci (1996), fato que foi considerado na realização da presente análise.

No que se refere as questões estruturais, considero os impactos das políticas neoliberais e a relação direta que estas possuem com a crise vivenciada pelos sindicatos atualmente, crise esta que se confunde com as transformações dos modelos de produção e organização do trabalho, como a substituição, em meados da década de 70, do modelo fordista, pelo regime de acumulação flexível (Harvey, 1993), que constituiu um novo complexo de reestruturação produtiva, cujo modelo predominante passou a ser o toyotismo.

Entre as mudanças acarretadas pela reestruturação produtiva, temos a transferência dos empregos do setor industrial, produtivo, campo de atuação, ao qual os sindicatos estavam habituados, para o setor de serviços, o que levou a “certa desorganização dos trabalhadores e sindicatos” (PEREIRA, 1998, p. 17).

Com o declínio do fordismo, com o qual os sindicatos estavam acostumados a tratar, ocorre a substituição das legislações e garantias trabalhistas, duramente conquistadas, por uma

agenda de flexibilização, com empregos cada vez mais precários, o que “quebra a coluna do movimento sindical ali onde ele anteriormente encontrava sua fonte de resistência, a força do trabalho estável” (SANTOS, 2006, p. 454). Temos a terceirização, com o fim do vínculo entre empresa e trabalhador, como um reflexo dessa flexibilização.

Segundo Costa (2000) e Soares (2006), a implantação de medidas do ideário neoliberal no Brasil se deu tardiamente, apenas em 1990, iniciando-se com o governo de Fernando Collor de Mello e intensificando-se no governo de Fernando Henrique Cardoso. A força dessas transformações tem seus impactos mais diretos ligados aos sindicatos urbanos, no entanto, o sindicalismo rural não saiu ileso das implicações desse tipo de política, que trazem como bandeira a defesa de um Estado Mínimo, no que se refere a políticas sociais, não só na cidade, mas também no campo. No caso do meio rural amazônico não foi diferente. De acordo com Leal, desde a vigência do regime militar (1964-1985), todas as reformulações promovidas nas leis e instituições brasileiras, tinham como objetivo garantir a expropriação e exploração do território amazônico. Alguns exemplos são a reforma do estatuto agrário, que se materializou no Estatuto da Terra, a reforma do Código Brasileiro de Mineração, e a criação dos Incentivos Fiscais, que garantiram a concentração absoluta da terra por grandes grupos ou corporações.

Essa apropriação do território amazônico, através de grandes projetos, tem gerado inúmeros impactos ambientais e sociais, resultando na expansão da fronteira agrícola e na expropriação de comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhos e agricultores familiares, por grandes empresas, que atuam segundo os ditames do capital internacional, e tem investido na produção e comercialização de *commodities*, reforçando a condição do país de mero exportador de matérias-primas. Essa condição permite reafirmar a tese de Galeano (2012, p. 17), de que “a divisão internacional do Trabalho significa que alguns países se especializaram em ganhar e outros em perder”, nesse caso, a Amazônia, representando o Brasil, entrou para o rol dos perdedores.

A despeito do discurso oficial desses grandes empreendimentos, que alegam trazer consigo o “desenvolvimento” para a Amazônia, o que se percebe na verdade é um movimento inverso. Como aponta Loureiro (2002), não existe possibilidade de desenvolvimento, com um modelo que tem por base “*enclaves de produção de semi-elaborados para exportação*”, ou seja, zonas destinadas apenas à exportação de produtos primários. “Se persistir por mais tempo ainda, o atual modelo apenas aumentará as desigualdades sociais, aprofundará os

desequilíbrios regionais e levará à destruição enormes estoques de recursos naturais que poderiam servir de real impulso ao desenvolvimento regional” (LOUREIRO, 2002, p.118).

A implantação desse tipo de projetos aconteceu desde os governos Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, até os governos considerados de esquerda, como é caso do Governo Lula que, em 2004, apoiou a expansão da dendeicultura no Nordeste paraense, por meio do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), com o objetivo de promover a integração de agricultores familiares e as empresas que estavam se estabelecendo na região. Atraindo outros trabalhadores e incorporando os já existentes no campo a novos regimes de trabalho.

Esse modelo de exploração dos trabalhadores chega ao Município de Concórdia do Pará, trazendo uma série de desafios novos ao STTR, que deve ter que lidar com o assalariamento de uma parcela dos trabalhadores do campo, o que implica em uma série de dificuldades no momento de intermediar a relação dos assalariados com as empresas, uma vez que este deve abarcar as demandas específicas dessa categoria e ainda lidar com as necessidades próprias dos agricultores familiares, o que acabou resultando na criação do Sindicato dos Empregados Rurais dos Municípios de Bujarú e Concórdia do Pará (SINDTER), em 2014. Segundo a diretora de Organização e Formação Sindical da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri-PA), Ângela Tokumitsu, em entrevista concedida em 2018¹, os STRs sofreram com a retirada dos assalariados, uma vez que estes representavam uma parte importante de sua clientela.

Essas políticas neoliberais timidamente implantadas se aprofundaram ainda mais com a saída do PT do Governo. O presidente Michel Temer (MDB) coloca em prática uma série de reformas na área econômica, como o controle dos gastos públicos, por intermédio da PEC 55, que impôs limites a gastos futuros do governo federal, com áreas sociais como saúde e educação; no campo trabalhista essas medidas não foram menos nefastas, como demonstra a aprovação da reforma trabalhista de 2017, que flexibiliza a legislação, dando prioridade as negociações entre trabalhador e empresa; também ainda em seu governo ocorreu a liberação da terceirização para atividades-fim, com a Lei da Terceirização. No que se refere ao meio rural, o presidente Michel Temer, ainda em 2016, extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que tinha como objetivo a implantação de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar.

¹ No âmbito do projeto “Movimento Sindical Rural na Amazônia Oriental: como os sindicatos lidam com os novos desafios?” Coordenador Prof. Dr. Heribert Schmitz.

A eleição de Jair Messias Bolsonaro para a presidência da república, em 2019, ampliou ainda mais esse ciclo de reformas neoliberais. Logo uma das suas primeiras ações é reduzir o número de ministérios, o que leva a extinção do Ministério do Trabalho. Entre os inúmeros ataques aos direitos trabalhistas, Bolsonaro consegue a aprovação da reforma da previdência, iniciada ainda no Governo Temer (mas não concretizada), que vem a dificultar ainda mais o acesso dos trabalhadores a aposentadoria.

Mas antes das alterações na seguridade social, foi aprovada a Medida Provisória 871/2019 (MP antifraude), que demonstrava ser um dos alicerces para a aprovação da reforma da previdência e tinha como objetivo reduzir a concessão de benefícios, por meio da identificação de fraudes juntos ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Entre uma das ações dessa MP estava o fim da emissão da declaração de atividade rural pelos sindicatos, na prática isso representava mais uma forma de dificultar o acesso a aposentadoria para os trabalhadores do campo, assim como fragilizava os sindicatos rurais, que tiravam uma parcela de sua renda da contribuição dos aposentados, mas não se resume apenas a isso, muitos agricultores veem na aposentadoria um dos principais motivos para sua filiação no sindicato, com a retirada dessa função, o número de sindicalizados pode vir a diminuir.

Esse problema pode ser identificado como um dos grandes desafios dos sindicatos rurais hoje. Entre esses desafios constam também outros, como garantir assistência técnica, projetos e créditos aos agricultores, bem como o acesso à políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, como é o caso de programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assim como é demonstrado por estudos que comprovam sobre a necessidade da organização dos agricultores em entidades como os sindicatos e associações para terem acesso a essas políticas públicas (FREITAS; FERREIRA, FREITAS; 2019; SILVA; SCHMITT, 2014). Ademais, outro fator importante a ser apontado diz respeito a relação do sindicato com outras organizações, que também se propõe a representar os agricultores nesse e em outros aspectos, como é o caso das associações de produtores.

São muitas as questões que devem ser tratadas, a fim de avaliar os desafios enfrentados pelos sindicatos atualmente, e que influenciam diretamente no engajamento dos agricultores nessas organizações, tendo essa proposta como meta foi feito uso de um caso específico, do STTR de Concórdia do Pará. A partir disso, espero poder lançar luz sobre esses e outros desafios e, quem sabe, apontar soluções futuras, que permitam refletir sobre o novo

papel a ser assumido por essas organizações frente ao avanço de uma agenda neoliberal no campo. Assim como contribuir com a ampliação dos estudos sobre sindicalismo rural no Nordeste paraense.

Para esse feito, será lançado mão de uma abordagem qualitativa, que procura aproximar aspectos da sociologia e da psicologia social, por meio dos estudos sobre ação coletiva e movimentos sociais, trazendo a perspectiva de diferentes correntes teóricas, desde a teoria da mobilização de recursos, que tem como representantes Mancur Olson (1998) e John D. McCarthy e Mayer N. Zald (1977). A principal tese é de que os recursos (financeiros, humanos e de infraestrutura) são fundamentais para existência e sucesso de um movimento social. Assim como a teoria do processo político, que encontra em Sidney Tarrow (1992; 1994), Charles Tilly (1981), os seus adeptos, mas que centra sua análise na questão do Estado e das oportunidades políticas em determinados contextos.

Já no que se refere ao debate sobre organizações recorre-se à análise estratégica na sociologia das organizações, proposta por Michel Crozier e Erhard Friedberg (1977). Por fim, também será utilizado a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, por meio das reflexões de Alberto Melucci (1996; 2011) e sua aproximação da psicologia, com temas como movimentos, identidades e necessidades individuais. Além dessas correntes teóricas serão tratados conceitos específicos como o engajamento (SAWICKI; SIMÉANT, 2011; BECKER, 1960; SILVA; RUSKOLWSKI, 2016) desengajamento (FILLIEULE, 2011) e motivação (KLANDERMANS; STEKELENBURG, 2007).

Com base nessas e em outras reflexões sobre a ação coletiva, o sindicalismo pôde ser analisado a partir de diferentes perspectivas, trazendo à tona as características próprias do sindicalismo paraense e sua relação com o sindicalismo rural brasileiro como um todo, relacionando isso aos desafios que estes vem enfrentando, com as inúmeras mudanças na esfera política, econômica e social, que se refletem no desinteresse para o engajamento, em vista das dificuldades das organizações em se mostrarem atraentes aos seus futuros e atuais membros, o que nos faz pensar sobre as motivações para que o engajamento ocorra, a partir disso, a presente pesquisa traz a seguinte pergunta: Quais as motivações para o engajamento dos agricultores no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Concórdia do Pará?

De acordo com o objeto e o problema apresentados, o objetivo geral do trabalho é: Compreender quais são as motivações para o engajamento dos agricultores no Sindicato dos

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Concórdia do Pará. Os objetivos específicos são: 1) Analisar a estrutura organizacional do STTR; 2) Demonstrar os níveis de engajamento no sindicato; 3) Identificar as principais motivações para o engajamento; 4) Compreender porque os agricultores filiados ao sindicato tem deixado de contribuir com o mesmo.

A estrutura da dissertação foi elaborada de modo a tratar de forma sistemática os aspectos teóricos e empíricos, utilizando os dados e informações coletadas sempre que possível para confirmar ou contestar a teoria.

Por isso, no primeiro capítulo, procurei trazer à tona a relação entre ação coletiva, as organizações e o sindicalismo, pensando a partir de modelos clássicos como o de Mancur Olson e a sua contribuição sobre a racionalidade presente no comportamento individual, perpassando pelos autores que criaram a Escola Francesa da Sociologia das Organizações, Michel Crozier e Erhard Friedberg, até chegar no sindicalismo enquanto forma particular de organização e ação coletiva, que pode ser identificada na estrutura organizacional do STTR de Concórdia do Pará.

O segundo capítulo compreende um aprofundamento na discussão sobre sindicalismo, tanto no Brasil, quanto no Pará em particular, procurando abordar a sua relação com temas como engajamento e desengajamento, trazendo dados empíricos sobre engajamento dos agricultores no sindicato de Concórdia.

O último capítulo trata das motivações dos agricultores para o engajamento ou não numa organização social, o STTR de Concórdia do Pará, bem como a relação dos sindicatos com as associações de agricultores, por meio da problematização do papel desempenhado por cada um. Para a realização dessa análise foi necessário considerar o cenário político atual e as profundas transformações que este está impondo às organizações do campo.

Por fim, serão apresentadas as conclusões, a partir da análise da problemática envolvendo a ação coletiva, o sindicalismo, as motivações e o engajamento, discutindo as características de cada um, relacionando com os resultados obtidos do caso específico do STTR de Concórdia, apontando para a necessidade de reinvenção do sindicalismo rural.

1.2 METODOLOGIA

1.2.1 Área de estudo

O Nordeste paraense é a mais antiga fronteira de colonização do estado do Pará. A sua efetiva colonização começou a partir da construção das grandes rodovias que cortaram o território nas décadas de 60 e 70, como a BR-010 (Belém-Brasília), a BR-316 (Pará-Maranhão) e a BR-222 (Fortaleza – Marabá), gerando um fluxo migratório de outros Estados, que deu origem aos atuais municípios dessa região (ITCPES, 2011).

A partir da década de 1970, esses municípios encontraram no extrativismo madeireiro, na extração mineral e na agropecuária os determinantes para as mudanças na paisagem amazônica. Assim como em outras localidades em que predomina esse tipo de potencial agrícola, “os variados tipos de agricultores do Nordeste Paraense adotam diversos sistemas e subsistemas produtivos que, de modo geral, desenvolvem suas atividades com a mão de obra familiar” (CORDEIRO, ARBAGE, SCHWARTZ, 2017, p. 21).

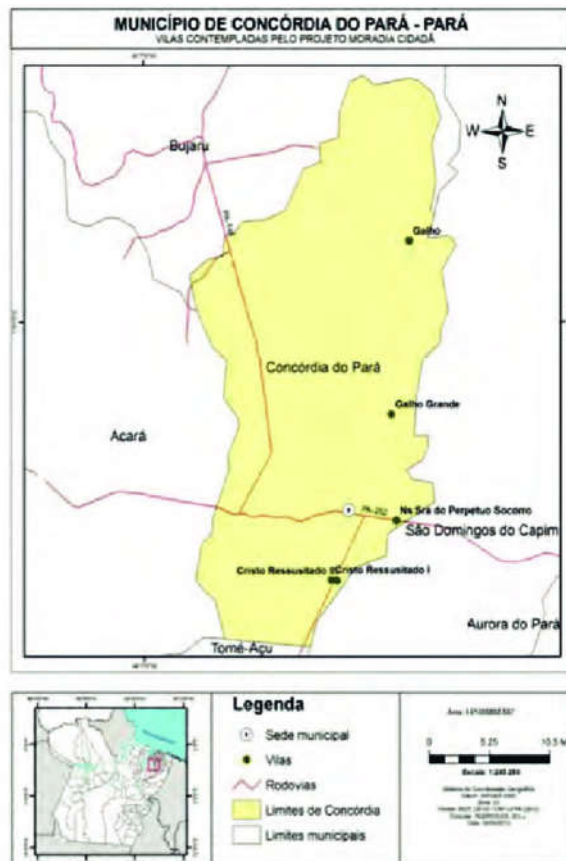
Essa mão de obra familiar é a marca da agricultura realizada pela maioria dos municípios dessa região, que encontra apoio em organizações responsáveis por representarem seus interesses, esse é o caso do Município de Concórdia do Pará (Figura 1), cidade do Nordeste paraense pertencente à microrregião de Tomé-Açu, distante apenas 150 km de Belém, e que tem a agricultura familiar como a base de sua economia, possuindo, em razão disso, uma diversidade de organizações representativas dessa categoria, como sindicatos rurais, associações de produtores, etc. Além disso, uma parte significativa da população rural é representada por organizações de quilombolas, a exemplo da Associação de Remanescentes Quilombolas do Cravo (Arquic) e a Associação dos Remanescentes de Quilombos Nova Esperança de Concórdia (Arquinec) (RIBEIRO, 2017).

A cidade de Concórdia foi fundada a partir da década de 60, no auge da extração da madeira. Anteriormente era um distrito pertencente ao município de Bujaru, mas após a abertura da estrada em direção ao município de Tomé-Açu, foram atraídos diversos migrantes que deram origem a cidade. Em 1988, iniciou-se o processo de emancipação político-administrativa de Concórdia do Pará, através de seu representante Walmir de Araújo Alves, vereador na época.

A principal atividade econômica da região tem sido o cultivo de pimenta do reino e a agricultura direcionada para a produção de farinha de mandioca. Em decorrência disso, a

cidade possui organizações representativas da agricultura familiar, como é o caso do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), responsável por promover e garantir os interesses dos agricultores, como acesso à terra e às políticas públicas².

Figura 1. Mapa do município de Concórdia do Pará



Fonte: UFPA (2013).

A cidade de Concórdia do Pará foi escolhida como campo de estudo por apresentar uma multiplicidade de organizações sociais e em vista da pouca produção teórica relacionada ao estudo do sindicalismo rural nessa região, ao contrário dos trabalhos desenvolvidos no Sudeste paraense (ver ASSIS, 2007; HÉBETTE, 2002). Há algum tempo que essa área já havia despertado o interesse acadêmico, como é caso do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), que produziu vários trabalhos sobre o campesinato nessa região. Entretanto,

²WIKIPÉDIA. Concórdia do Pará. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Conc%C3%B3rdia_do_Par%C3%A1>. Acesso em: 18 abr. 2020.

esse interesse aumentou em virtude dos desafios impostos pela recente expansão da dendeicultura às organizações de agricultores da região (SCHMITZ; NEVES, 2015; 2017).

A problemática da dendeicultura, havia chamado minha atenção, desde a minha participação em eventos sobre os impactos de grandes projetos na Amazônia, em que me impressionei com avanço dessa *commodity* nos municípios do interior do Pará. Ao entrar no mestrado surgiu a possibilidade de desenvolver a minha pesquisa no âmbito do projeto “Movimento Sindical Rural na Amazônia Oriental: como os sindicatos lidam com os novos desafios?”, que tem como foco o estudo do sindicalismo rural na região do Nordeste paraense, o que me daria a oportunidade de desenvolver o minha dissertação de mestrado sobre essa temática.

A minha pesquisa havia sido iniciada, em 2018, abordando como as organizações estavam lidando com a problemática da dendeicultura, trazida pelas empresas produtoras de dendê à cidade de Concórdia, todavia, a temática não se mostrava mais atual, em virtude da redução da atuação dessas empresas na cidade e da conseqüente diminuição da mobilização das organizações sociais em torno desse problema. O que me obrigou a substituir o tema da dendeicultura para a questão das motivações para o engajamento no STTR. No entanto, pude ter acesso aos dados coletados, em 2015, no âmbito das pesquisas realizadas sobre os desafios da dendeicultura para as organizações sociais no Nordeste paraense (SCHMITZ; NEVES, 2015, 2017), correspondendo em grande medida em entrevistas realizadas juntos aos dirigentes das organizações que atuam na cidade de Concórdia, todas transcritas e com autorização para serem utilizadas. Portanto, nesse trabalho, farei uso desse material e das entrevistas por mim mesma realizadas, totalizando 23 entrevistas.

Apesar de ter sido identificado na cidade outro sindicato representativo dos agricultores, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Sintraf), este possui um número menor de filiados, o que tornou mais interessante trabalhar com o sindicato de maior expressão da região, que é o STTR. O fator tempo também foi outro empecilho, uma vez que pesquisar dois sindicatos demandaria mais tempo, não só para entrevistar os dirigentes do Sintraf, como também para identificar os agricultores filiados a esse sindicato. No entanto, estava prevista uma última viagem a campo, para entrevistar os dirigentes do Sintraf de Concórdia, todavia, com a chegada da pandemia do Novo coronavírus, fui obrigada a realizar essas entrevistas por telefone.

Assim como os sindicatos, existem diversas outras organizações que atuam no Município de Concórdia, a exemplo das associações de remanescentes de quilombo já mencionadas antes, como é o caso da Arquinec, criada em 2001, e da Arquic, de criação mais recente, que empreenderam um dura luta contra o processo de concentração da terra ocorrido na região devido à expansão da dendeicultura. Todavia, a partir de pesquisa de campo realizada com uma dessas duas associações (quando ainda esperava-se trabalhar com o tema da dendeicultura e o enfrentamento feito a esta pelas organizações sociais) concluiu-se que, a partir da redução da ação dessas empresas na cidade, houve uma sensível diminuição da atuação dessas associações, o que tornou mais interessante trabalhar diretamente com os sindicatos rurais.

Além das associações de remanescentes de quilombo, temos também a Associação Bujaruense de Agricultores e Agricultoras (ABAA), que tem sua sede na cidade Bujaru, mas também atua em Concórdia do Pará. A ABAA possui pautas mais amplas, quando comparada com as outras associações e foi criada em 1996 com recursos da Igreja Católica e de uma cooperação cristã internacional, através da Cáritas Brasileira. Tem entre os seus objetivos: “promover renda, segurança alimentar e organização política de agricultores e agricultoras dos municípios de Bujaru, Concórdia do Pará e São Domingos do Capim” (PONTES, 2017, p. 44). A ABAA também desempenhou um papel importante de resistência a agroindústria do dendê, como demonstra o trabalho de Pontes (2017). Todavia, por esta não pertencer diretamente a Concórdia, preferi trabalhar com as organizações representativas exclusivamente do Município.

Sendo assim, o STTR foi considerado a organização mais adequada por manter uma certa estabilidade em sua atuação ao longo dos anos, assim como por representar de maneira ampla os atores aos quais este trabalho se propõe a estudar, no caso os agricultores familiares. Como se sabe, este é um sindicato municipal que tem sua sede localizada na cidade de Concórdia do Pará. O sindicato foi criado um ano depois da fundação do Município em 1989, completando 30 anos no mês de abril de 2019. O sindicato nasce em pleno governo Collor, em um período fértil das lutas sindicais e sociais, com inúmeras greves, que tem como protagonistas operários industriais, assalariados rurais, assalariados, tendo como marco inúmeras greves por categoria e por ocupação de fábrica, e justamente em 1989 explodem greves gerais de âmbito nacional, considerada por alguns autores como as mais expressiva de

todas as greves gerais desta década (Antunes; Santana, 2014; Antunes, 1995). O meio rural não ficou apartado desses acontecimentos:

Vale recordar que o número de greves foi extremamente significativo durante todo o período, sendo que, no mundo rural, houve significativo avanço do sindicalismo, possibilitando a retomada da organização sindical dos trabalhadores, o que, por certo, influenciou as ações que levaram ao nascimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), em 1984 (ANTUNES; SILVA, 2015, p. 515).

Mesmo tendo surgido em contexto de inúmeras lutas, o STTR deveria se adequar à legislação vigente. De acordo com Corrêa (2019), a imposição legal da categoria *trabalhador rural*, através da Portaria n. 71 do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), em 1965, impediu a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos diferentes:

A representação da diversidade de trabalhadores rurais foi, então, unificada em um único sistema sindical composto por três níveis: o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), no nível local, a Federação de Trabalhadores na Agricultura (Fetag), no nível estadual, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) no nível nacional (CORRÊA, 2019, p. 4).

Isso ocorre pois desde 1930 os sindicatos receberam como herança do Governo Vargas uma estrutura autoritária e corporativista, em que as representações e os interesses sociais estavam subordinados à autoridade do Estado, o que influenciou de maneira significativa as formas de organização dos trabalhadores posteriormente:

Esse modelo deixou suas marcas na estrutura sindical brasileira. A primeira delas diz respeito à tutela do Estado sobre as organizações sindicais. Tal tutela foi estabelecida pela chamada investidura sindical, que significou a necessidade de reconhecimento prévio do sindicato pelo Estado, por meio da Carta Sindical. Ou seja, era o Estado que outorgava às entidades sindicais a representatividade de determinado segmento de trabalhadores e o poder de negociação com os órgãos patronais. Além disso, o Ministério do Trabalho exercia forte controle sobre a vida sindical, seja na regulação das eleições, das posses de diretorias, poder de intervenção, fiscalização das ações e das finanças. A segunda marca foi dada pelo estabelecimento da unicidade sindical, que instituía a existência de apenas uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial. Por fim, a terceira marca refere-se às contribuições sindicais obrigatórias estabelecidas por lei: imposto sindical e taxa assistencial. Tais contribuições foram uma espécie de poder tributário concedido pelo Estado aos sindicatos, fazendo-os dependerem do próprio Estado e não dos trabalhadores de sua base para se financiarem (PICOLOTTO, 2018, p. 204).

Foi essa unicidade sindical que, utilizando a categoria *trabalhador rural*, fez com que ocorresse a regulamentação dos sindicatos rurais a partir da década de 1960, através das portarias do Ministério do Trabalho, que instituíram a organização do sindicalismo rural em níveis municipal, estadual e nacional. Segundo Medeiros (1989), toda a variedade de situações de trabalho rural e a diversidade de grupos sociais foi enquadrada na categoria

trabalhador rural, sejam eles assalariados, pequenos proprietários, arrendatários, posseiros, entre outros³.

Por isso, depois da sua fundação, em 1989, o STTR de Concórdia do Pará, deu continuidade a essa estrutura organizativa, estando filiado, portanto, à Fetagri, à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT)⁴. A abrangência do STTR estende-se em 10 regionais, abarcando um total de 143 municípios no Pará. Concórdia está incluída na regional Guajarina, que tem como coordenador o Sr. João Costa Barros. Essa regional tem no total 8 municípios, quais sejam: Abaetetuba, Barcarena, Tailândia, Tomé-Açu, Moju, Bujarú, Acará e Concórdia.

Esse sindicato tem como pauta central a defesa da agricultura familiar, seguindo o direcionamento implantado pela Contag, que desde o seu 6º congresso, adotou a agricultura familiar como prioridade:

O 6º CNTR foi um marco, pois a partir daí o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR incorporou o conceito de agricultura familiar às suas formulações, dando os passos iniciais para a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural [...] (CONTAG, 2003, p. 7).

É esse projeto de desenvolvimento rural que o STTR de Concórdia procura representar a nível municipal.

1.2.2 Coleta e análise dos dados

A pesquisa começou a ser desenvolvida no ano de 2018, com previsão de término para o início do ano de 2020, mas por causa da pandemia do novo coronavírus, o trabalho só pode ser concluído em junho de 2020.

Como objetivo principal da pesquisa é identificar as motivações dos agricultores para se filiarem ao sindicato, foi feito uso de entrevistas para a obtenção dos dados primários, junto aos agricultores familiares, que são o foco do presente estudo. A técnica de entrevista mais adequada nesses casos é a não-diretiva. Segundo Thiollent (1987), a entrevista não-diretiva é

³ Entretanto, a partir da década de 80, houve uma ruptura com essa unicidade sindical, como demonstra a concorrência que a Contag vem enfrentando de outras organizações sindicais, como a Federação dos Empregados Rurais de São Paulo (Feraesp), criada em 1989, e a Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Brasil), além de outras formas organizativas não sindicais, como Movimentos do Trabalhadores Sem Terra (MST) (PICOLOTTO, 2018).

⁴ Já que desde 1995 a Contag havia decidido, em seu 6º Congresso, por se filiar à CUT. Sua desfiliação, no entanto, viria a ocorrer em 2009, após um intenso processo de disputas internas na CUT, entre a Fetagri e a sua nova concorrente, a Fetraf (PICOLOTTO, 2014).

a melhor técnica para explorar os conteúdos socioafetivos facilitando ao entrevistado o acesso as às informações que não podem ser atingidas diretamente, uma vez que

A informação conseguida pela entrevista não-diretiva é considerada como correspondente a níveis mais profundos, isto porque parece existir uma relação entre o grau de liberdade deixado ao entrevistado e o nível de profundidade das informações que ele pode fornecer. A liberdade deixada ao entrevistado (sendo a não-diretividade todavia relativa) facilita a produção de informações sintomáticas que correriam o risco de serem censuradas num outro tipo de entrevista (THIOLLENT, 1987, p. 193).

Esse tipo de investigação não poderia ser feito com base em entrevistas diretivas, com questionários de perguntas fechadas, pois isso limitaria a compreensão do que se pretende abordar.

Thiollent destaca que a entrevista não-diretiva atribui ao entrevistado o papel da exploração, com este tendo liberdade de poder falar o que quiser, sem ser submetido a uma estrutura previamente determinada. O entrevistador, quando muito, desempenha o papel de facilitador nesse processo.

Segundo Ramos (2013), a escolha do método sempre depende do tipo de pergunta que formulamos ao elaborar o nosso problema de pesquisa. A pergunta formulada aponta para a necessidade da utilização de um método voltado para o estudo das ações dos indivíduos ou grupos.

Cabe também destacar a importância que há nesse tipo de abordagem a utilização de atos cognitivos básicos, como o olhar, o ouvir e o escrever. Como nos explica Oliveira (2000, p. 19), o olhar, nesses casos, “[...] funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração”. Segundo esse autor, a teoria condiciona a nossa forma de ver a realidade estudada. Com o ato de ouvir não é diferente, este também é fortemente influenciado pelas teorias, por isso muitas vezes ignoramos fatos que em um primeiro momento não achamos teoricamente “interessante”, o que leva, em alguns casos, a um confronto entre as visões de mundo do pesquisador e do nativo, que na maioria das vezes não falará o que o pesquisador espera ouvir. O ato de escrever, por fim, não deve ser desvinculado do ato de pensar, pois, segundo o autor, é um erro achar que primeiro chegamos a todas as conclusões para só depois começarmos a escrever, isso significa que, nesse caso, “o texto não espera que seu autor tenha primeiro todas as respostas para, só então, poder ser iniciado” (OLIVEIRA, 1996, p. 29). Assim, é no processo de textualização que desenvolvemos e aperfeiçoamos nossas ideias.

Tendo como fundamento esses três atos cognitivos básicos, utilizei como técnica de coleta de dados entrevistas não-diretivas e semiestruturadas com as lideranças e os membros do sindicato.

Nesses casos, analiso esses três pontos de vista, a fim de ter uma compreensão melhor sobre o tema, afinal, ao comparar cada um desses aspectos podemos nos aproximar cada vez mais da realidade. Ao ver, ouvir e escrever trazemos à tona elementos que talvez não teríamos identificado, ao utilizarmos apenas alguns desse sentidos isoladamente. Um fato interessante, que pode ser destacado nesse caso, ocorreu na comunidade Igarapé João, quando no momento de entrevistar um ex-delegado sindical e questioná-lo sobre ser ou não filiado ao sindicato, este se disse não filiado, mas sim sócio do sindicato, por entender que filiado se referia exclusivamente a partidos políticos e sócio aos sindicatos. Só pouco tempo depois foi possível perceber que filiado e sócio para ele tinham significados diferentes. Isso confirma que o sentido atribuído aos fatos por entrevistado e entrevistador não são os mesmos. Cabendo ao entrevistador se aproximar ao máximo da visão de mundo do entrevistado, se quiser compreendê-lo.

Daí porque nesses casos é importante compararmos diferentes pontos de vistas. Por isso procurei saber dos agricultores sobre as suas motivações, assim como dos dirigentes, que podem confirmar ou desmentir o que foi dito, sempre pensando que esses dois lados podem apresentar muitas vezes oposição, isso pode ser percebido quando o representante do sindicato, em alguns casos, pode culpar o agricultor pelo seu desinteresse em se filiar ao mesmo, assim como o agricultor pode acusar o sindicato de não ser combativo ou não representar de fato os seus interesses, ao compararmos cada uma dessas visões podemos elucidar melhor a questão.

Esses fatos são comentados apenas para se ter uma noção de que o processo da entrevista exige ao mesmo tempo uma análise apurada sobre o que é dito, já que, segundo Duarte (2004), é importante utilizar entrevistas quando se necessita compreender as práticas e os valores de universos sociais específicos, mais ou menos delimitados, em que os conflitos e contradições não estão bem elucidados.

Além disso, nessa pesquisa pensei inicialmente em analisar o ponto de vista dos agricultores que decidiram não se filiar ao sindicato, procurando compreender o que os motivou (ou desmotivou) a agir assim. Considerando que assim como é importante analisar o que motiva, também é necessário compreender o que desmotiva, pois como nos explica Mills:

Muitas vezes obtemos os melhores *insights* ao considerar extremos – pensando no oposto daquilo que o interessa diretamente. Se você pensa sobre o desespero, pense também sobre o entusiasmo; se estuda os avarentos, estude também os perdulários. A coisa mais difícil no mundo é estudar um único objeto; quando você tenta contrastar objetos, obtém uma melhor compreensão deles e pode então discriminar as dimensões em cujos termos as comparações são feitas (MILLS, 2009, p. 44)

No entanto, essa tarefa não pôde ser concluída, pelo quase inexistente número de agricultores não filiados, tendo estes, na verdade, apenas deixado de contribuir com o sindicato. Essa proposta, então, foi substituída, para tentar compreender porque os agricultores estão deixando de contribuir com o sindicato.

Sendo assim, a partir das entrevistas coletadas, foram analisadas as motivações dos agricultores sindicalizados, bem como o que os desmotiva a continuar contribuindo com o sindicato, seus níveis de engajamento, além da sua estrutura organizacional.

A coleta dos dados primários e secundários ocorreu entre os meses de março e dezembro de 2019, realizados tanto na sede do STTR, em Concórdia, quanto em duas comunidades rurais e um assentamento nas proximidades da cidade.

O levantamento de informações primárias e secundárias deu-se, inicialmente, entre março e julho de 2019, ocasiões em que foram realizados em torno de quatro idas a campos. Nessa oportunidade foram contatadas três lideranças do sindicato do STTR (o presidente, a vice-presidente e secretária de políticas sociais e o secretário geral de organização sindical) e o presidente do Sindicato dos Empregados Rurais dos Municípios de Bujarú e Concórdia do Pará (Sindter). No primeiro contato, as entrevistas tiveram como objetivo levantar dados iniciais relativos ao número de filiados, principais demandas que levavam os agricultores ao sindicato, há quanto tempo são filiados, entre outras questões relevantes. Na sede do sindicato também foi possível entrevistar um dos dirigentes da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de São Benedito do Jutai (Asprob) e uma das integrantes da Associação de Produtores Rurais Nova Esperança (Asprune).

As informações obtidas com essas entrevistas mostraram-se extremamente produtivas, no entanto, durante as visitas feitas a sede do sindicato, esperava-se conseguir informações não só com os dirigentes, mas também com os agricultores que por ali passaram no respectivo período, sobre as motivações para sua filiação ao sindicato e o que os levava ali naquele dia. Infelizmente, esses detalhes foram mais difíceis de serem obtidos, principalmente em decorrência do tempo necessário para levantar dados sensíveis. Muitos agricultores alegavam não ter tempo para conversar, outros, que se disponibilizaram a dar entrevista, respondiam

apenas superficialmente às perguntas formuladas, talvez por não se sentirem à vontade para responderem às questões nesse local. O que me levou, na pesquisa exploratória, a ir diretamente ao local de residência e trabalho dos agricultores.

Por isso, na última etapa de campo, realizada em dezembro de 2019 e que durou cerca de quatro dias, ocorreu a visita de três comunidades rurais, estas foram escolhidas segundo alguns critérios: proximidade com a cidade e facilidade de acesso, infelizmente como não foi possível obter recursos financeiros suficientes, tive de me limitar as localidades mais próximas, recorrendo a um mototáxi para me levar até elas, por meio dele consegui indicação das comunidades que poderia visitar, seguindo pela PA Transjutaí, por um valor acessível.

Nessas três localidades foram entrevistados um total de 18 agricultores, entre eles estão inclusos dois líderes de Associações de Produtores e dois delegados sindicais do STTR. Além disso, nesse mesmo período, houve a coleta de dados secundários junto à Secretaria de Agricultura de Concórdia.

A primeira comunidade investigada foi o Assentamento Nova Inácia⁵, localizado a uma distância de 17 km da cidade de Concórdia (Figura 2). Este assentamento foi implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e foi escolhido por ser representativo do problema que estava sendo investigado, qual seja, os agricultores familiares e suas motivações para a filiação ao STTR de Concórdia. Além disso, por ser uma das maiores áreas da reforma agrária nas proximidades da cidade e por contar com uma associação presente no local. Nesse assentamento foi possível entrevistar sete agricultores, entre eles um líder da associação local.

A outra localidade acompanhada, bem menor que o assentamento Nova Inácia e ficando a cerca de 6 km deste, foi a comunidade conhecida como Igarapé João (Figura 3). Essa localidade possui poucos moradores e se constitui em uma fileira de casas em torno da Estrada PA Transjutaí, ficando à 23,7 km de distância da cidade de Concórdia. Nela foi possível entrevistar três agricultores, entre eles uma delegada sindical do STTR.

⁵ É necessário pontuar que tanto as duas localidades quanto o assentamento visitados só puderam ser encontrados no mapa por meio da busca das escolas presentes em cada um destes, já que, oficialmente, nos sites de busca, não foram encontrados registros dos nomes dessas localidades.

Figura 2. Distância entre a cidade de Concórdia do Pará e o assentamento Nova Inácia.



Fonte: Google Maps, Jan/2020.

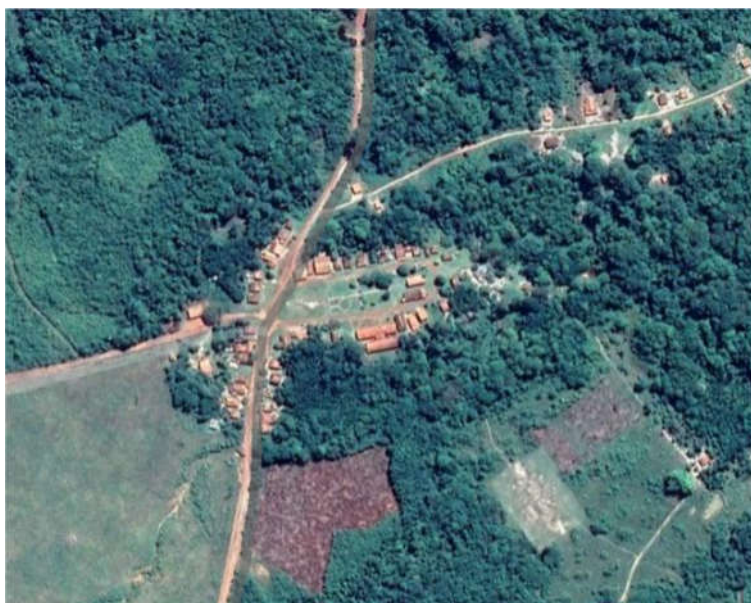
Figura 3. Visão geral da comunidade Igarapé João.



Fonte: Google Maps, Jan/2020.

A comunidade do Galho (Figura 4), assim como chamada pelos seus moradores, foi a última localidade a ser visitada, ainda seguindo pela Estrada PA Transjutaí, a mesma fica a 26,7 km de Concórdia, a 3 km de distância da comunidade do Igarapé João. Nela foram entrevistados quatro agricultores, incluindo um delegado sindical do STTR.

Figura 4. Visão geral da comunidade do Galho.



Fonte: Google Maps, Jan/2020.

Para uma amostra criteriosa dos entrevistados, foram selecionados, em cada localidade, tanto agricultores sindicalizados, quanto não sindicalizados, que mais tarde constatei já terem sido filiados, mas que deixaram de contribuir com o sindicato. Alguns entrevistados, inicialmente foram escolhidos aleatoriamente, depois os outros foram sendo indicados pelos moradores. Assim aconteceu também com os delegados sindicais, em vista do reconhecimento destes como representantes locais.

Como houve um certo atraso na qualificação, isso acabou por atrasar também a pesquisa de campo. Por isso, ainda em março, estava prevista uma última viagem ao campo para realização de ajustes, mas esta não foi mais possível ocorrer, em vista da chegada da crise do novo coronavírus. Entretanto, como já foi mencionado antes, mesmo com a impossibilidade de voltar à Concórdia, foi possível entrevistar o dirigente do Sintraf de Bujaru, por telefone.

Para a realização das entrevistas semiestruturada, foram utilizados os seguintes instrumentos: questionários semiestruturados, dirigidos ao corpo diretivo do sindicato e aos agricultores.

A fim de manter o anonimato dos entrevistados, foram omitidos os nomes dos dirigentes dos sindicatos, bem como seus respectivos cargos, sendo os seus nomes substituídos por letras. No caso dos agricultores, foram criadas iniciais fictícias, apenas para identificar cada entrevistado.

As informações foram tratadas a partir dos dados obtidos, consistindo nas entrevistas realizadas com as lideranças do STTR, do Sindter e do Sintraf, do mesmo modo que com os agricultores sindicalizados, totalizando 23 entrevistados. Além disso, também foi lançado mão de duas entrevistas já transcritas, realizadas no âmbito da pesquisa sobre dendeicultura, desenvolvida em 2015, com os representantes de diversas organizações, entre elas o Sintraf, o Sindter, a Fetagri.

Também foram realizados relatórios de campo, a fim de dar visibilidade ao andamento da pesquisa, com descrição do percurso desenvolvido para se ter acesso aos agricultores e as informações concernentes ao STTR.

Os resultados das entrevistas foram comparados com a literatura referente ao sindicalismo nacional e paraense, com foco específico na literatura sobre motivação e engajamento.

2 AÇÃO COLETIVA: ORGANIZAÇÕES E SINDICALISMO

2.1 SINDICALISMO: INSTITUIÇÃO OU MOVIMENTO SOCIAL?

Segundo Schmitz (2019), existem diferentes tipos de ação coletiva, ações espontâneas e pontuais (por exemplo, greve, motim, partida de futebol, etc.); ações temporárias (movimento social; iniciativa cívica; pelada do bairro, etc.); e as ações duradouras (por exemplo, associação; cooperativa; partido político; empresa, etc.). Todas essas práticas podem ser entendidas como ação coletiva, pensando no caso do sindicalismo, que é o tema que essa pesquisa se propõe a investigar, poderíamos identificá-lo como um tipo de ação coletiva duradoura, uma vez que este possui certa estabilidade ao longo do tempo e, assim como uma instituição, depende de uma estrutura física para atender seus sócios. Entretanto, há controvérsias se os sindicatos devem ser considerados apenas sobre o ponto de vista de uma organização meramente burocrática a serviço do Estado ou se estes podem ser identificados enquanto um movimento social.

Essa discussão não poderia ser feita sem antes olhar para o contexto sócio-histórico em que esse debate se insere. Após as transformações resultantes do processo de reestruturação produtiva, em decorrência da crise de 1973, que deslocou o eixo econômico da esfera produtiva para o setor de serviços, terminando por limitar a classe operária industrial e abrir caminho para as ideias neoliberais.

Com isso, passou a se delinear o fim do protagonismo da classe operária nos rumos de transformação da realidade, com o conseqüente abandono da perspectiva de classes na investigação sociológica moderna (TOURAINÉ, 1969; GORZ, 1981). Tal compreensão demonstrou ser um equívoco, uma vez que mais do que nunca a classe trabalhadora vem enfrentando uma verdadeira contraofensiva neoliberal. Entretanto, isso não deslegitima as perspectivas de análise trazidas por essas novas teorias, que passaram a incorporar as transformações sociais e culturais, em um período em que os movimentos de base identitária ganharam força.

Desde esse momento, diversas teorias haviam procurado abarcar os diferentes tipos de ação coletiva que vinham se desenvolvendo com o passar dos anos. Uma contribuição importante para o estudo do tema é oferecida pelas teorias dos movimentos sociais. Na década de 1970, foram desenvolvidas três famílias de teorias dos “movimentos sociais”: a Teoria da

Mobilização do Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Essa última obteve maior notoriedade no Brasil, porque deslocou as discussões dos movimentos com projetos políticos de transformação estrutural da sociedade capitalista, para movimentos reivindicativos de ação direta, orientados pelos micro processos da vida cotidiana (TOURAINÉ, 1969; HABERMAS, 1981; GOHN, 1997, MELUCCI, 2001).

As categorias básicas desse paradigma são: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc. Os conceitos e noções analíticas criadas são: identidade coletiva, representações coletivas, micropolítica do poder, política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impactos das interações políticas, etc. (GOHN, 1997, p. 15).

O desempenho das macroestruturas sociais é secundarizado nesse caso e com elas as lutas sociais mais amplas, como é caso da luta sindical. Um dos grandes expoentes da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, o francês Alain Touraine, que cunhou o termo “sociedade pós-industrial”, analisa da seguinte forma o papel dos operários e do sindicalismo, nessa nova realidade:

[...] A questão não é de saber se os operários e o sindicalismo desaparecem, mas se o movimento da classe operária é, hoje como ontem, o coração da dinâmica dos combates da sociedade. Esta questão clara merece uma resposta simples: a classe operária não é mais, na sociedade programada, um ator histórico privilegiado, porque o exercício do poder capitalista no interior da empresa não é mais o elemento (*ressort*) principal do sistema econômico e, assim, dos conflitos sociais, nem a empresa, nem os sindicatos são hoje os atores centrais da luta em torno do poder social a institucionalização dos conflitos constitui um fato irreversível. Isto não significa dizer que nossa sociedade caminha em direção à paz industrial, mas se trata de conflitos que não colocam mais diretamente em questão o poder social. Isto é, não constituem movimentos revolucionários (TOURAINÉ, 1969, p. 26)⁶.

A “institucionalização” dos conflitos apontada por Touraine, é recorrentemente utilizado para distinguir o sindicato do movimento social que, ao substituir ações de confronto, por medidas de negociação com o Estado, assumiria, assim, funções rotineiras e duradouras, deixando de ser um movimento. Melucci enfatiza o caráter espontâneo e livre do movimento social. Para ele trata-se da "parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão *cristalizadas em estruturas*⁷, onde a ação é portadora imediata de tessitura relacional da sociedade e do seu sentido" (MELUCCI, 1994, p. 190). Ou seja, a mobilização constante seria a marca do movimento social, o que o manteria vivo. Para autores como

⁶ Todas as traduções foram realizadas pela autora.

⁷ Grifo da autora.

Herbert Blumer (1995), um dos representantes da Teoria do Comportamento Coletivo (TCC), a institucionalização faz parte da evolução dos movimentos.

Segundo Estanque (2009), alguns autores enfatizam a ideia do sindicalismo como movimento social “[...] a qual é justificada pela conjugação de aspectos como a defesa da democracia direta, o auto empoderamento e a consciencialização perante os problemas mais amplos da classe” (p. 57). Dentro dessa perspectiva, o movimento sindical teria, salve algumas exceções, as características próprias de um movimento social.

Não obstante, de acordo com Rodrigues (2009), no que se refere aos sindicatos deve-se fazer uma separação entre a instituição e o movimento social:

No caso do sindicalismo como movimento social, a atenção desvia-se para o sindicalismo como força de mobilização (sindical, amiúde política) dos trabalhadores considerados como uma “classe”, uma “totalidade”, em que os elementos de coesão superam os de diferenciação. O fator “mobilização” significaria que a ação ligada a uma classe – ou a segmentos dessa classe – ultrapassaria o campo de relações institucionalizadas dos sindicatos com governos e empresas (RODRIGUES, 2009, p. 71).

Para esse autor, “[...] o foco da análise, portanto, desloca-se para o conflito (que não exclui negociações parciais e setoriais, mas temporárias). O importante aqui seria a capacidade de mobilizar trabalhadores, exercer pressão sobre o patronato e sobre a classe política” (p.72). Já no que diz respeito ao sindicalismo enquanto instituição:

[...] o foco da análise desloca-se para as estruturas, para o aparelho sindical, para seu funcionamento dentro da sociedade e do sistema político, para a negociação mais do que para o conflito, ainda que esses dois aspectos não estejam desligados. Pensar o sindicalismo como instituição significa considerar funcionários, recursos financeiros, direitos e deveres, lugar dentro da ordem, significa, enfim, apreender o sindicalismo como estrutura burocrática e como sistema de dominação. O conceito de “burocracia sindical” surge imediatamente (RODRIGUES, 2009, p. 72).

De acordo com esse autor, não é possível os sindicatos serem “puro” movimento, pois estes necessitam de uma estrutura organizativa para subsistir, a fim de garantir a “consolidação e perpetuação do poder de lideranças” (p. 72). Estes dois aspectos se mantêm entrelaçados, com um a vezes predominando sobre o outro.

Nessa pesquisa, optei por concordar com o ponto de vista de Rodrigues, pelo fato deste reconhecer que a luta sindical pode dar lugar tanto a formas de institucionalização e diálogo, como também pode levar a contestação e ao confronto, resultando em processo permanente de tensão entre a regulação e a emancipação, dando conta, portanto, da

complexidade que esse tipo organização representa. Será sob esse ponto de vista que o STTR de Concórdia do Pará será analisado

2.2 AÇÃO COLETIVA E AS ORGANIZAÇÕES

Há décadas a literatura especializada, a partir da sociologia, da ciência política e outras disciplinas, apresenta diferentes teorias sobre os movimentos sociais. Vários autores têm se ocupado em investigar sob quais condições atores isolados decidem se engajar numa ação conjunta para fortalecer ou defender a sua situação trazendo definições para a ação coletiva.

Tilly (1981, p. 17), por exemplo, define ação coletiva como: “[...] todas as ocasiões em que grupos de pessoas mobilizam recursos, incluindo seus próprios esforços, para alcançar objetivos comuns”. Já Cattani a define da seguinte forma:

Ação coletiva designa toda espécie de ato concertado por grupos ou categorias sociais visando alcançar um fim determinado. O conceito inclui, necessariamente, uma possibilidade de (uma iniciativa para) um poder de decisão e uma capacidade de agir (CATTANI, 2011, p. 15).

De acordo com Sidney Tarrow (2011, p. 21), a ação coletiva pode assumir várias formas (breves ou sustentadas, institucionalizadas ou perturbadoras, monótonas ou dramáticas), com a maioria ocorrendo dentro das instituições em nome de interesses que dificilmente causariam estranheza:

[...] torna-se controversa quando é usada por pessoas que não têm acesso regular a instituições representativas, que agem em nome de reivindicações novas ou inaceitáveis e que se comportam de maneiras que desafiam fundamentalmente outras pessoas ou autoridades. A ação coletiva contenciosa serve como base para os movimentos sociais, não porque os movimentos são sempre violentos ou extremos, mas porque é o principal e muitas vezes o único recurso que a maioria das pessoas comuns possui para demonstrar suas reivindicações contra oponentes mais bem equipados ou estados poderosos (TARROW, 2011, p. 7).

Tarrow relaciona diretamente confronto e poder como aspectos constituintes da ação coletiva, estes são apresentados de modo interativo, conectando a esfera política e social, uma vez que Tarrow resume a excentricidade da ação coletiva confrontacional na oposição construída entre aqueles que detém poder e aqueles que, a priori, estão destituídos dos meios legais e institucionalizados de reivindicação.

No entanto, foi Mancur Olson que primeiro procurou analisar os grupos sociais e a ação coletiva, a partir de um modelo econômico e racional. A atuação em organizações sociais

constituiria uma estratégia que possibilitaria atingir objetivos comuns. Todavia, sabe-se que o compartilhamento de objetivos comuns nem sempre é suficiente para que ocorra o engajamento em uma ação coletiva, uma vez que, como nos explica Olson em seu livro “a lógica da ação coletiva” (1998), mesmo que os membros de um grupo tenham objetivos comuns, estes não procurariam voluntariamente alcançar esses objetivos, “[...] a não ser que o número de indivíduos num grupo seja muito pequeno, ou que haja coerção ou qualquer outro estratagema especial que os leve a agir com vista a esse interesse comum” (OLSON, 1998, p. 2).

Olson explica os diferentes tipos de comportamento quando um ator segue interesses individuais ou coletivos, expondo o que ele denomina de “dilema da ação coletiva”, em que os frutos de uma ação coletiva podem beneficiar os que não participam dela. O indivíduo que assim se comporta é definido por Olson como “aproveitador” (free rider ou carona), sendo assim, seria necessário oferecer incentivos especiais para estimular o engajamento individual, caso contrário o grupo tende ao fracasso, uma vez que o sucesso ou insucesso de uma ação depende da disposição de investimento de todos os que vão se beneficiar dessa ação. Segundo ele, “Assim como se pode presumir que aqueles que pertencem a uma organização ou um grupo têm um interesse comum, também obviamente eles têm interesses puramente individuais, diferentes daqueles dos outros membros da organização ou grupo (OLSON, 1998, p. 8). Nesse caso, não se trata de separar os nossos interesses coletivos dos individuais, apenas que há casos em que as pessoas não se engajam em ações coletivas, mesmo sabendo que poderão se beneficiar, caso essa venha a obter sucesso, pois ao mesmo tempo em que esperam obter benefícios coletivos, muitas vezes, não se dispõem a realizarem esse tipo de investimento.

Quando se trata de ação coletiva não podemos deixar de falar de organização, e é mais uma vez Olson quem nos esclarece, quando menciona que grande parte da ação levada a cabo por um grupo é realizada através de organizações, sendo que um dos principais objetivos das organizações é a promoção dos interesses dos seus membros (OLSON, 1998). Desse modo, temos organizações como empresas ou sindicatos, em que não considera os funcionários como membros da empresa para qual trabalham, assim como os membros de um sindicato não são os funcionários desse sindicato.

O papel desempenhado pelas organizações sociais, como sindicatos, reforça a necessidade de discutir com mais profundidade o tema das organizações. Diversos são os

teóricos da sociologia que procuraram abordar a problemática da organização dos movimentos sociais (BLUMER, 1995 [1951]; CROZIER; FRIEDBERG, 1977, 1995; OSTROM 1990, 1994; TARROW, 2009 [1994];).

Herbert Blumer, autor já mencionado antes, foi um sociólogo americano, que se tornou um dos principais representantes do interacionismo simbólico, em 1930, influenciado pela psicologia social de George Herbert Mead. Blumer acreditava que os indivíduos criam a realidade social por meio da ação coletiva e individual, daí porque o estudo do movimento social tem uma importância crucial em seus estudos. Para ele, a organização é um fator primordial para a manutenção de um movimento, pois geralmente o movimento social se inicia pouco organizado, apenas com o tempo ganha “[...] as características de uma sociedade: organização, forma, corpo de costumes e tradições, lideranças, divisão de trabalho duradoura, valores e regras sociais – em resumo, cultura, organização e um novo esquema de vida” (BLUMER, 1995 [1951], p. 60). Pensando nisso, devemos ter em mente como a estrutura organizacional de cada movimento se constitui.

A economista Elinor Ostrom (1990) não trabalhou diretamente com a noção de ação coletiva aplicada ao movimento social, mas se utilizou desta para se contrapor ao pensamento de Olson no que se refere à lógica da ação coletiva, apontando a utilização da organização para a gestão dos recursos naturais. As suas abordagens, entretanto, podem ser aplicadas ao estudo das organizações. Segundo ela, para atender a dependência entre diferentes atores, a ação coletiva é implementada com o uso de *instituições*. Esta define instituição da seguinte forma: “é um conjunto de regras de trabalho que determinam, entre outros, os participantes, as ações permitidas ou proibidas, as informações necessárias, a distribuição de benefícios” (OSTROM, 1990, p. 51). As normas correspondem a valores internos ao grupo e as regras são representações compartilhadas com o exterior. Eventualmente, a violação das normas gera sanções.

A ação coletiva depende da capacidade de elaboração e adaptação de regras comuns, cuja institucionalização dentro de um grupo constitui uma incitação à cooperação e ao compartilhamento (OSTROM, 1994).

Sendo assim, as organizações sociais devem apresentar uma estrutura de apoio e cooperação aos seus membros. Para Tarrow (2011, p. 127), que desde a década de 1970 estuda o conceito de organização dentro do âmbito da sociologia política, afirma que:

As organizações fornecem aos movimentos liderança estratégica e tática, um ponto focal para a interação de ativistas, um mecanismo para estruturar como os eventos e relacionamentos são e como fonte para recrutar novos membros e identificar futuros líderes.

Segundo esse autor, as organizações têm um papel amplo e variado, na diversidade de formações, processos e atores que constituem o movimento e que (re)definem sua fronteira.

Outros autores importantes no debate sobre organização são os sociólogos Michel Crozier e Erhard Friedberg, que mantiveram uma duradoura parceria. Crozier formulou as bases da análise estratégica em sociologia das organizações, ainda na década de 1960 e Friedberg tornou-se um dos principais expoentes desse tipo de análise. Por isso, Friedberg também procurou definir o que seria uma organização, segundo ele, "a expressão organização remete, por um lado, a um objeto social, por outro, a um processo social que está no cerne da ação humana" (FRIEDBERG, 1995, p.375). Tratando-se de "conjuntos humanos formalizados e hierarquizados com vistas a assegurar a cooperação e a coordenação de seus membros no cumprimento de determinados fins" (1995, p. 375). No caso das organizações sociais, como sindicatos, estas se tornaram instrumentos políticos privilegiados para expressar o protesto e encaminhar as demandas sociais e políticas.

Para esses dois autores, Crozier e Friedberg (1977), a organização não é um fenômeno natural, mas algo construído, um processo de criação coletiva por meio do qual os membros de uma comunidade aprendem juntos. Os autores propõem novas formas de lidar com o jogo social da cooperação e do conflito, adquirindo habilidades organizacionais, relacionais e cognitivas. Essa definição é importante para pensar como as organizações do campo estão construindo e desenvolvendo novas estratégias para responder aos seus atuais desafios, particularmente com a problemática relacionada aos seus filiados.

Essas diferentes concepções sobre organização deixam claro sua importância diante do problema da ação coletiva, particularmente no caso de estruturas regulamentadas, como os sindicatos, que necessitam de reconhecimento institucional para representar legalmente os interesses de suas categorias profissionais e para isso precisam construir uma hierarquia e obedecer a certas normas legais. Não obstante, tratando os sindicatos sob o ponto de vista da organização, essa pesquisa pretende pensá-lo não somente enquanto instituição, com regras e normas rígidas a serem seguidas, mas também enquanto algo processual, ou seja, que está em permanente construção, a despeito do burocratismo de alguns sindicatos.

Para isso, é necessário lançar luz sobre as origens desse tipo de organização. A criação dos sindicatos ocorre a partir do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, no contexto de desenvolvimento do próprio capitalismo e das exigências novas que se desenvolviam com ele.

De acordo com Hobsbawn (2015), o surgimento do sindicalismo está ligado ao contexto da industrialização e consolidação do capitalismo na Europa. O período foi marcado pelas péssimas condições de vida e trabalho às quais estava submetida uma boa parte da população europeia. Isso refletiu-se nas primeiras formas de organização da classe trabalhadora, como a quebra de máquinas fabris, movimento conhecido com ludismo. A visão era de que isso impediria os trabalhadores de serem substituídos pelas máquinas. Na trajetória das lutas operárias, estes conseguem pressionar o Parlamento Inglês a aprovar, em 1824, uma lei estendendo a livre associação aos trabalhadores, algo que antes era permitido somente às classes sociais dominantes. Com isso, começam a ser criadas as *trade unions*, organizações sindicais equivalentes aos atuais sindicatos. As *trade unions* passam então a negociar em nome do conjunto de trabalhadores, unificando a luta na busca por maiores direitos e salários. Assim, os sindicatos tornaram-se uma das expressões mais importantes de ação coletiva.

Segundo Olson (1998), que trata de algumas das características desses sindicatos, engana-se quem acha que os primeiros sindicatos começaram em grandes fábricas, onde muitos destes são encontrados hoje, na verdade, os mesmos começaram principalmente em indústrias caracterizadas pela produção em pequena escala, Olson atribui isso a diferentes fatores, entre eles, a facilidade de organizar trabalhadores mais especializados, e destaca também como a associação obrigatória remonta aos primeiros tempos do trabalho organizado.

No caso brasileiro, os primeiros sindicatos se constituem a partir do século XX, com a industrialização nacional, sendo São Paulo o estado onde a industrialização cresceu mais rapidamente. Durante a Era Vargas concretizou-se o sindicalismo nacional. Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho e em 1931 ocorreu a regulamentação da sindicalização operária e patronal. Vale lembrar que esse reconhecimento não foi estendido para as organizações do campo. O que será tratado logo a seguir.

2.3 SINDICALISMO RURAL

Durante muitos anos no Brasil, os interesses dos atores do meio rural estiveram sem representação legal, isso, no entanto, não impediu o desenvolvimento de inúmeras lutas no campo que culminaram com a constituição de um Movimento Sindical Rural (MSR), como nos explica Ramos (2010, p. 4): “Nos anos de 1940 e, sobretudo, de 1950 se intensificaram no campo movimentos sociais de diversas categorias profissionais, pleiteando melhores salários, acesso e direito à permanência na terra, renovação e revisão de contratos agrícolas, etc.”. Essas lutas que têm suas origens na formação da estrutura agrária brasileira, entretanto, ganham visibilidade nos anos 40, com a constituição de entidades representativas dos trabalhadores rurais.

Quando pensamos em movimentos e organizações sociais no campo, não podemos deixar de falar dos sindicatos rurais, que desempenham um importante papel na defesa dos interesses dos trabalhadores do meio rural. A formação e a ação desses sindicatos, segundo Medeiros (1989, p. 13), emerge das “contradições vividas no interior do processo de trabalho, do rompimento de determinadas normas costumeiras, de uma ameaça às condições de reprodução de um grupo de trabalhadores”, resultado de um série de transformações que se processavam no país, como a intensificação do processo de industrialização, redefinição do papel da agricultura na economia (considerada como um resíduo do atraso) e a constituição de um projeto desenvolvimentista. A partir dessas condições e dos inúmeros conflitos que fazem parte do meio rural brasileiro, desde sua formação nos moldes capitalista de exploração da terra, não faltaram reações por parte dos atores explorados e dominados frente às ações de determinados grupos dominantes, na sua luta para defender e fazer valer seus interesses.

É importante estabelecer uma distinção entre três categorias de atores do meio rural consideradas centrais: os proprietários com título da terra; aqueles que não são proprietários, mas têm acesso à terra; e os que não têm acesso à terra.

No primeiro grupo, temos o lavrador, o agricultor, o camponês, o fazendeiro, etc. Todos aqueles que têm acesso à terra por meio do título individual.

Já o segundo grupo, que incorpora uma diversidade de atores como os posseiros, os arrendatários, os meeiros, os assentados em áreas coletivas, os quilombolas, podem não ser proprietários da terra, mas têm acesso a ela, por meio do título coletivo, por exemplo. Estes também podem se autodenominar de lavrador ou agricultor.

O terceiro grupo é composto dos assalariados rurais (permanentes ou temporários): os empregados rurais com carteira assinada (por exemplo, tratorista), os diaristas, os empreiteiros, os vaqueiros, os peões, os boias-frias, os agregados, etc. Ou seja, aqueles que se situam na base dessa pirâmide social, os assalariados em dinheiro ou em produtos, denominados de diversas maneiras, segundo as regiões do país⁸:

Esses tipos de trabalhadores são apresentados em obras como os *Parceiros do Rio Bonito* (1964), de Antônio Cândido, que destaca algumas das relações de trabalho do caipira paulista, dividindo-a em dois tipos: o morador transitório (que pode ser o cultivador nômade, o agregado, o posseiro) e o dono da terra (denominado sitiante ou fazendeiro).

É com essa diversidade de atores e relações de trabalho que o sindicalismo rural terá de lidar nos seus primeiros tempos de consolidação. Segundo Ianni (2006), o sindicalismo rural no Brasil se forma a partir da transformação do camponês em proletário, ou seja, em vendedor de sua força de trabalho, destituído dos meios de produção. Para esse autor, não são apenas as questões econômicas que atestam essa mudança da condição do camponês para proletário. “Tal processo se dá por meio de crises e movimentos revelados em fenômenos como o messianismo, o banditismo, a liga camponesa e o sindicato rural” (p. 134). Ao contrário do messianismo, no qual o enfrentamento às condições socioeconômicas está encobertas por aspectos religiosos, ou no caso do banditismo, como reação a violência de fazendeiros e coronéis, as ligas camponesas e os sindicatos rurais “[...] surgem quando são definidas as fronteiras reais (econômicas, sociais, culturais, políticas, ideológicas) que separam o fazendeiro e o trabalhador rural; quando o camponês se transforma em proletário” (IANNI, 2006, p. 138).

As ligas camponesas se desenvolvem como reação direta às más condições de vida no campo, estas haviam se multiplicado entre os anos de 1955 a 1963, quando o regime militar (1964) vem a dar fim a elas. Com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, “os sindicatos passaram a ser criados numa escala maior que as ligas, absorvendo muitas delas, em razão dos maiores recursos de organização e financeiros dos partidos políticos e movimentos sociais interessados em criar e desenvolver suas bases políticas” (IANNI, 2006, p. 142). Nesse caso, os sindicatos se desenvolvem como uma forma de institucionalização das relações de produção, “A sindicalização rural foi o último acontecimento político importante

⁸ As denominações variam, segundo as regiões do país: colonos (na Transamazônica, podem ser agricultores familiares com área de 300 ha). No Nordeste, por exemplo, existiam os “moradores” e “foreiros”.

no processo de transformação do camponês em proletário” (p. 143). Segundo Stédile, os sindicatos assumiram uma forma de “reação moderadora”, nesse novo contexto.

O objetivo dos sindicatos dos trabalhadores rurais perpassava pela conquista do direito ao trabalho, mas buscava também, o acesso à terra. Entretanto, vale ressaltar que para os sindicatos serem criados foi percorrido um longo caminho. De acordo com Medeiros (1989), mesmo que, a partir de 1930, a burguesia industrial estivesse ganhando espaço político cada vez maior e os operários urbanos tivessem conquistado um série de direitos, como é o caso da legislação trabalhista e do direito à sindicalização, o mesmo não ocorreu com os trabalhadores do campo, mantidos à margem de qualquer direito pelas elites oligárquicas do meio rural, ainda fortes no Congresso Nacional, com controle absoluto sobre a propriedade da terra.

A vida dos trabalhadores do campo era marcada por baixos salários, jornadas extensas, ausência de direitos trabalhistas e falta de assistência previdenciária, entre outros. Tudo isso permeado por relações de dependência, que muitas vezes culminavam em casos de violência no campo, além dos inúmeros casos de escravidão contemporânea, que tem como características essencial e central a sujeição do trabalhador do campo, em que o proprietário de terras se utiliza de uma dívida crescente e impagável, como moeda de troca da exploração, a fim de sujeitar o trabalhador tanto de forma física como psicológica.

Como já mencionado antes, somente com a aprovação, em 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural foi permitido a organização sindical no campo, estendendo para o meio rural os direitos trabalhistas, já contemplados no meio urbano através da CLT. Isso resultou na criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), em 1964, poucos meses antes do golpe militar. Por mais incrível que pareça, essas conquistas não desapareceram totalmente com o regime militar.

Se os movimentos foram duramente reprimidos, isso não significou que o sindicato, enquanto instituição, tenha desaparecido. Vários deles foram fechados e tiveram sua carta de reconhecimento cassada; outros sofreram intervenção; alguns chegaram a manter suas diretorias (MEDEIROS, 1989, p. 87).

Como se sabe, um dos motivos para o golpe, foi a proposta de realização de uma ampla reforma agrária pelo então presidente da República João Goulart (1919-1976). Percebendo que não poderiam adiar o tema por mais tempo, os militares propuseram uma modernização conservadora no campo.

O discurso em torno da reforma agrária, que marcou ainda o primeiro governo militar, foi substituído pelo da colonização, da ocupação dos espaços vazios, da

transformação tecnológica da agricultura tradicional. Juntamente com essas medidas, implementava-se uma grande propaganda em torno de projetos especiais tais como o Programa de integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), o Funrural e grandes empreendimentos dos quais o mais desastroso exemplo foi a construção da Transamazônica (MEDEIROS, 1989, p. 84).

Mesmo com algumas mudanças, durante muito tempo, as classes dominantes do meio rural alegaram que a *natureza* das atividades agrícolas, que incluíam uma infinidade de atores, tais como posseiros, arrendatários, assalariados rurais e pequenos produtores dificultava a organização destes em sindicatos, conseguindo, com isso, frear a representação legal desses setores. No entanto, foi com a Portaria n. 71, de 02/02/1965 do Ministério do Trabalho (BRASIL, 1965), que se refere ao direito da organização sindical, que todas as categorias do campo foram unificadas em uma única: trabalhador rural. Com isso:

Em cada município poderia haver um único sindicato, que representaria o conjunto dos que trabalhavam no campo, quer em regime de economia familiar (em terra própria; pagando uma renda pelo uso da terra ou sem ter título legal de propriedade), quer como assalariados, permanentes ou temporários. Na prática, o sindicato representava localmente apenas uma das categorias, que poderia se tanto a majoritária no município, quanto aquela que, por sua trajetória mais ativa ou por laços com o poder local, tinha seus interesses representados pelo grupo que dirigia o sindicato. Ou seja, efetivamente apenas alguns segmentos eram representados. Esses sindicatos se agrupavam no plano estadual em federações de trabalhadores na agricultura (FETAGS) e, no plano nacional, na CONTAG (PICOLOTTO; MEDEIROS, 2014, p. 3).

Na prática, isso significava uma tentativa de controle do Estado e dos setores patronais, visando a tutela dessas organizações. Para Medeiros (1989), esse reconhecimento legal representava uma limitação do direito à sindicalização.

Feitas nos moldes da legislação vigente, ao mesmo tempo em que os trabalhadores viam reconhecidas suas entidades de representação pelo Estado, também passavam a tê-las tuteladas. O poder de intervenção do Ministério do Trabalho, a imposição de um sindicalismo único por município, o funcionamento com base nos recursos provenientes do imposto sindical, uma estrutura verticalizada extremamente rígida, eram o reverso do reconhecimento do direito à sindicalização (MEDEIROS, 1989, p. 63)

De acordo com Rodrigues (2004), durante o período do regime militar, a Contag acabou por representar o modelo sindical corporativista, procurando manter a tutela estatal sobre a organização dos trabalhadores, através de uma política assistencialista e legalista. No entanto, a partir do final da década de 1970, novas forças políticas se constituem no cenário nacional, como as mobilizações operárias do ABC paulista, e a constituição de novos movimentos sociais no campo (como o MST). Esses movimentos influenciam novas práticas

sindicais, em oposição verticalização do velho sindicalismo corporativista, que culminam na criação da CUT e sua oposição que irá fazer frente a esse velho sindicalismo, apesar de mais tarde este embate dar lugar a uma certa acomodação e adaptação a este modelo.

Entretanto, entre as principais conquistas desse ressurgimento das lutas podemos citar a substituição dos dirigentes pelegos dos STRs de vários municípios, a renovação das práticas dos sindicatos e a introdução de outras bandeiras de lutas. No final da década de 1980 no Pará, por exemplo, as oposições sindicais dos municípios se transformaram em uma oposição sindical à federação, visando implementar uma nova concepção de sindicalismo baseado nos princípios da CUT. Foi o caso do Sudeste paraense, como nos explica Assis (2007):

Sindicatos autônomos, livres das influências de autoridades e pelegos, criação de delegacias sindicais como espaço de articulação e acúmulo de forças, maior participação na vida dos STRs e o trabalho de formação foram elementos encontrados mais tarde na oposição sindical do Sudeste paraense (ASSIS, 2007, p. 92).

O sindicalismo no Pará tendeu a representar a nível local os aspectos principais do sindicalismo nacional. Para Guerra (1988), o desenvolvimento do sindicalismo nesse estado começa justamente na região do Nordeste paraense, e de acordo com ele, “o movimento sindical rural no Pará, desde o seu início, acompanha o desenrolar político nacional” (GUERRA, 1988, p. 55), mantendo, no entanto, algumas especificidades.

Esse é o caso do STTR de Concórdia do Pará, que adota a forma organizativa proposta pelas entidades nacionais e estaduais, o que pode ser percebido pela sua própria estrutura organizacional.

2.4 STTR: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para estudar o engajamento dos agricultores no STTR procurei identificar o papel desempenhado por essa organização para garantir os interesses de seus membros e como ela é organizada internamente visando satisfazer esses interesses. Segundo o atual dirigente do STTR (eleito pela primeira vez em 2013 e reeleito em 2017 para a direção do sindicato, mas filiado há 14 anos⁹) esse sindicato tem como pauta central a defesa da agricultura familiar:

⁹ Infelizmente, nem todos os agricultores responderam às perguntas como idade e tempo de filiação, por isso essas informações podem estar faltando em algumas entrevistas aqui transcritas.

O nosso carro-chefe aqui é a agricultura familiar, de base, né? Que produz para a subsistência, não pra grande escala, é só pra subsistência mesmo (Dirigente C do STTR, 42 anos, entrevistado(a) em 2019).

Apesar de os próprios dirigentes do STTR associarem a agricultura familiar a uma agricultura de “subsistência” e durante muito tempo a mesma ter recebido várias definições, cabe separar essas duas concepções. Segundo Wanderley (1996) e Picolotto (2014), a categoria agricultura familiar, da qual essa pesquisa fará uso, é uma criação recente: Antes, as categorias utilizadas com maior frequência, eram: campesinato, agricultor de subsistência, pequeno produtor, etc. Segundo Wanderley (1996), entre algumas das características desse tipo de agricultura está presente a especificidade de seu sistema de produção (baseada geralmente em um sistema de policultura-pecuária) e a centralidade da constituição do patrimônio familiar.

Mesmo que durante muito tempo tenha se acreditado que a agricultura familiar produz somente para suprir a demanda daquele grupo familiar específico, essa não se limita a uma produção para o consumo direto, como mera forma de sobrevivência, como fica subentendido no conceito de subsistência. Levando isso em consideração, nesse trabalho considero agricultura familiar não só do ponto de vista da subsistência, mas também da geração de renda, por meio da comercialização de sua produção. Ou seja, não se trata de apenas produzir para o núcleo familiar, mas também de reconhecer que essa produção é necessária para que a unidade familiar possa obter uma renda, que garanta outros bens de consumo, a partir do excedente de sua produção. Em virtude da preocupação que esse grupo tem em garantir a reprodução das gerações futuras “Se a função de subsistência está bem presente no modelo camponês, ele não se reduz jamais a isto; há neste modelo, profundamente arraigada, uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar” (LAMARCHE. 1994, p. 270 apud WANDERLEY, 1996, p. 6).

Isso acontece em Concórdia através da organização dos agricultores em associações e nos sindicatos, que procuram se unir para comercializar seus produtos, tanto junto aos órgãos governamentais, como em feiras na cidade. Entre esses produtos se encontram a farinha de mandioca, a pimenta-do-reino e as frutas (utilizadas na merenda escolar da cidade). Entretanto, esse não é um processo simples, os agricultores precisam negociar melhores valores pelos seus produtos, garantir mercado, além de insumos e créditos para sua produção, o que exige estarem organizados. Dentro desse âmbito, o sindicato possui algumas frentes de trabalho, consideradas prioritárias:

A gente trabalha principalmente, que é a nossa maior dificuldade, a regularização das terras dos agricultores, principalmente o título definitivo. Também tô já há quase sete anos que eu venho trabalhando na questão de organizar a venda e distribuição lá pra prefeitura, que é o PNAE, os 30% da agricultura familiar, que o sindicato dá bastante apoio, da questão também de documentação de terra, contrato, título, pra conseguir junto ao Incra, o contrato Terra Legal, pra emitir o mais rápido possível a documentação dos agricultores, que essa é uma das maiores dificuldades dos agricultores no Município, a falta de documentação da terra, o título definitivo. (Dirigente C do STTR, 42 anos, entrevistado(a) em 2019).

Nesse caso, é impossível tratar da agricultura familiar desvinculada da questão do acesso à terra, aspecto central aos sindicatos rurais, que compartilham essa demanda com outras entidades a nível estadual (Fetagri) e nacional (Contag).

No que diz que diz respeito ao nível local, o sindicato é constituído pelas delegacias de base, que expressam os interesses das comunidades. Essas são representadas pelos coordenadores de base e delegados sindicais, que trazem as demandas específicas dos agricultores para o sindicato. De acordo com o dirigente do STTR de Concórdia, o município possui 13 delegacias sindicais, cada uma representando uma comunidade da região, que costumam se reunir duas vezes por ano para tratar das demandas dos agricultores e traçar planos de ação, que possam ser executados depois. Segundo outra dirigente do STTR, filiada há 34 anos, as demandas trazidas para essas reuniões são de todos os tipos:

O que eles fazem é que a gente converse com o governo, sempre eles falam ai, né? Quando tem alguma coisa ruim, as vezes é a estrada, as vezes é saúde, as vezes o posto da comunidade da área lá, se tiver faltando médico, medicamento, essas coisas, eles vem conta com gente, pra gente cobrar do governo. Ai, às vezes, a gente vai e a gente consegue (Dirigente B do STTR, entrevistado(a) em 2019).

Para tentar ter essas demandas locais atendidas o sindicato participa dos conselhos municipais, a fim de cobrar do poder público.

Nossa função aqui é de cobrar os órgãos executor, como da prefeitura, pra pavimentação de um ramal, construção de uma escola, mas nós não somos órgãos de executar, nossa função aqui é cobrar dos órgãos públicos. A gente participa de todos os conselhos municipais, da saúde, educação, agricultura, merenda escolar, assistência social, toda secretaria a gente tem uma cadeira, com a pessoa que representa o sindicato (Dirigente C do STTR, 42 anos, entrevistado(a) em 2019).

Sobre a organização interna do sindicato, o mesmo segue a estrutura tradicional, possuindo no total oito cargos: presidente, vice-presidente, secretaria de políticas sociais, secretaria de finanças e administração, secretaria de formação e organização sindical,

secretaria de juventude, secretaria de mulheres, secretaria agrícola, agrária e meio ambiente. Com as eleições ocorrendo de quatro em quatro anos.

A eleição, por exemplo, é em maio, na assembleia de janeiro, a gente tira os critérios para eleger os delegados que vão participar do congresso que vai eleger a nova diretoria. A gente coloca uma conta, por exemplo, de cada dez sócios quites tira cinco pra participar do congresso, é feito em cada localidade a escolha desses delegados que vão participar do congresso (Dirigente C do STTR, 42 anos, entrevistado(a) em 2019).

Segundo um dos dirigentes do STTR, a assembleia geral decide quantos delegados de cada comunidade deverão participar do congresso e o critério principal é que estes devem estar quites com a contribuição sindical. Segundo ele, não existe um número mínimo de agricultores para participar do congresso, pois isso é algo que depende exclusivamente do que for decidido na assembleia. As assembleias gerais ocorrem todo final de ano, principalmente para realizar a prestação de contas, determinar o orçamento, etc.

Aqui cabe fazer um adendo a respeito do outro Sindicato representativo dos agricultores familiares em Concórdia: o Sintraf, este foi criado em 2006 e é um sindicato regional que, inicialmente, tinha sua sede em Tomé-Açu, possuindo 10 municípios como área de influência: Capitão Poço, Concórdia do Pará, Acará, Bujaru, Mãe do Rio, Moju, Tailândia, São Domingos do Capim, Ipixuna e Aurora do Pará. Entretanto, em 2017, houve a divisão desse sindicato em duas jurisdições, uma com sede em Bujaru, abarcando quatro desses municípios já citados, entre eles Concórdia, e a outra com sede em Tomé-Açu, com os outros seis Municípios.

O Sintraf e o STTR possuem algumas diferenças no modelo organizativo. O STTR tem uma base municipal (STTR) e o Sintraf desenvolve uma atuação regional, com uma subsede em Concórdia. Além disso, enquanto no STTR a filiação é individual, no Sintraf a filiação é familiar, ou seja, basta que um membro da família se associe, para que os outros componentes do núcleo familiar sejam assistidos pelos benefícios que o sindicato cobre. Mesmo com a semelhança de objetivos, ou seja, a defesa da agricultura familiar, os dois sindicatos são concorrentes na cidade, pois disputam o mesmo público-alvo.

O Sintraf, como o próprio nome indica, se propõe a representar os agricultores familiares, no caso do STTR, entretanto, inicialmente, havia uma proposta de representação mais ampla, como sugere o nome “Trabalhadores rurais”. Segundo Schmitz e Mota (2010), existem diversas expressões para distinguir o agricultor familiar no meio rural, entre elas a categoria de trabalhador rural, no entanto, estas são categorias distintas:

[...] o uso do termo trabalhador rural é muito ligado aos sindicatos que representam as pessoas trabalhando no meio rural. Na América Latina, o Brasil e o Paraguai são os únicos países, nos quais os trabalhadores da agricultura e os agricultores são organizados conjuntamente. Atualmente, existem na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) pretensões em criar também no Brasil dois sindicatos diferentes para a organização dos agricultores e dos trabalhadores da agricultura (SCHMITZ; MOTA, 2010, p. 11-12).

Essa separação ocorreu em 2014, quando o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) determinou que “poderiam existir duas categorias sindicais específicas dentro da categoria eclética de trabalhador rural, quais sejam: assalariados rurais e agricultores familiares. Essas duas novas possibilidades de sindicalização podem formar estruturas sindicais próprias” (PICOLOTTO, 2018, p. 203). Apesar dessa determinação ocorrer em 2014, desde meados dos anos 1980 havia a reivindicação para criar sindicatos por categorias específicas, tais como os empregados rurais, o que aconteceu, em 2015, com a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar), também ligado à CUT. Essa entidade tem como representação estadual a Federação dos Trabalhadores Empregados e Empregadas Rurais do Estado do Pará (Feterpa), a qual os sindicatos dos assalariados rurais estão ligados, como nos explica o representante do Sindicato dos Empregados Rurais dos municípios de Bujaru e Concórdia do Pará (Sindter):

[...] a partir de 2013 começou esse debate, discussão de se criar sindicatos específicos da categoria do assalariamento rural porque o agricultor familiar que era o STTR, como a demanda é muito grande, ele tem várias ramificações de atividade que mexe com quilombolas, ribeirinhos, com assentamentos, enfim, com todas essas atividades inclusive assalariado rural. Então, por isso que houve essa necessidade de ser criada esse sindicato específico eu fui eleito, nessa assembleia tinha esse congresso tinha em torno de 200 trabalhadores assalariados das empresas e Biopalma e Teixeira que é uma empresa aqui do Tauá, então a gente fomo eleito pra mandato de 4 ano, toda a minha história de movimento sindical, a gente vivemo dentro da igreja, como militante da igreja católica, fui coordenador da comunidade, fui presidente, eu fui catequista, toda a minha vida dentro dessa organização social a gente trabalhou isso, vim pra agricultura familiar, né? STTR em 2006, fui vice-presidente, em 2009 fui reeleito pra secretário de finanças e cuidar dessa parte do assalariamento rural e a gente fez o trabalho devido a esse reconhecimento, né? a gente acabou saindo do STTR pra essa nova forma de sindicato, de movimento de organização que é o assalariamento rural, mais ou menos nesse rumo aí (Dirigente M do Sindicato dos Empregados Rurais dos Municípios de Bujaru e Concórdia do Pará, entrevistado(a) em 2015).

De acordo com isso, o próprio nome “sindicato dos trabalhadores rurais”, não representa necessariamente os assalariados rurais, mas muitas vezes os agricultores familiares, como elucidada Schmitz e Mota:

O nome “sindicato dos trabalhadores rurais” não explicita a diversidade real das categorias sociais que o mesmo comporta como membros associados. Em muitas regiões brasileiras, os agricultores familiares constituem a maior parte dos sócios. Os verdadeiros trabalhadores da agricultura (por exemplo, assalariados, diaristas, empreiteiros, bóias-frias) são contratados tanto pela agricultura empresarial quanto pela agricultura familiar (SCHMITZ; MOTA, 2010, p. 29).

Após esclarecer qual o público alvo do STTR de Concórdia, outro ponto importante que deve ser mencionado refere-se ao papel das lideranças, uma vez que a forma como os dirigentes do sindicato relacionam-se com os membros e não-membros contribui para fortalecer a confiança dos já filiados e incentivar a adesão de novos membros.

Cabe ressaltar as estratégias utilizadas pelo sindicato para atrair novos integrantes, mas também as limitações apresentadas pela estrutura organizacional, que dificultam o engajamento. Segundo Ganz (2000, p. 1003), “o grau em que grupos de movimentos sociais ativamente e com sucesso engajam ativistas é em parte sobre seu nível de ‘capacidade estratégica’, que se desenvolve através da motivação de líderes, acesso a conhecimento destacado e processos heurísticos”, ou seja, processos criados com o objetivo de encontrar soluções para um problema. A qualidade da organização e sua liderança são os pilares da capacidade estratégica. Além disso, os líderes podem nutrir capacidade estratégica duradoura em suas organizações, confiando mais em pessoas do que em recursos financeiros. Portanto, devemos considerar a importância das lideranças na adesão de novos ativistas, o que é fundamental para o sucesso da organização.

Antes de investir em atrair novos membros, uma organização deve por isso priorizar a formação de quadros antenados com as suas propostas. “Um quadro é aquele que sabe definir tarefas, distribuí-las e formular métodos para a sua execução, com a consciência que está realizando os objetivos da sua organização” (BOGO, 2011, p. 129). Para esse autor, os quadros devem se especializar e se comportar de acordo com a natureza das tarefas que deverão desempenhar. Morris e Staggenborg (2004) apontam que da mesma forma que os movimentos moldam as lideranças, estes também influenciam a organização do movimento.

Geralmente esses quadros possuem experiências de militância anteriores, que os qualificam a ainda mais para o papel que vão assumir, como fica explícito na trajetória de vida de um dos dirigentes do STTR:

Então, eu tô no movimento social a bastante tempo, nas associações, sindicatos, comunidades da igreja católica... Eu tenho participação nesse movimento, na verdade eu participei no tempo da juventude do grupo de jovem da comunidade, da Paróquia. Fui participante assíduo do grupo de jovens, até que do grupo de jovens surgiu várias lideranças da nossa comunidade. Eu tenho filiação também partidária,

sou filiado no Partido dos Trabalhadores, também minha função é agricultor, agricultor familiar de subsistência (Dirigente C do STTR, 42 anos, entrevistado(a) em 2019).

Enquanto sujeitos sociais, as lideranças sindicais, são aquelas que estão inseridas em diferentes lugares sociais e lutam por uma sociedade mais democrática, como explicita Gohn (2009), são trabalhadores e trabalhadoras, membros de movimentos, partido políticos, entidades sociais, religião entre outros. As lideranças, nesse caso, se apresentam como capazes de se constituírem enquanto autores de ações históricas.

No caso apresentado acima, fica evidente a atuação da Igreja Católica na formação de lideranças sindicais rurais. Segundo Kadt (2007), a parcela mais progressista da Igreja Católica desempenhou um papel fundamental na formação de lideranças políticas, enxergando na organização uma forma de provocar transformações revolucionárias tanto no campo, como, mais tarde, em toda a estrutura socioeconômica. Wanzeler (2015) destaca que:

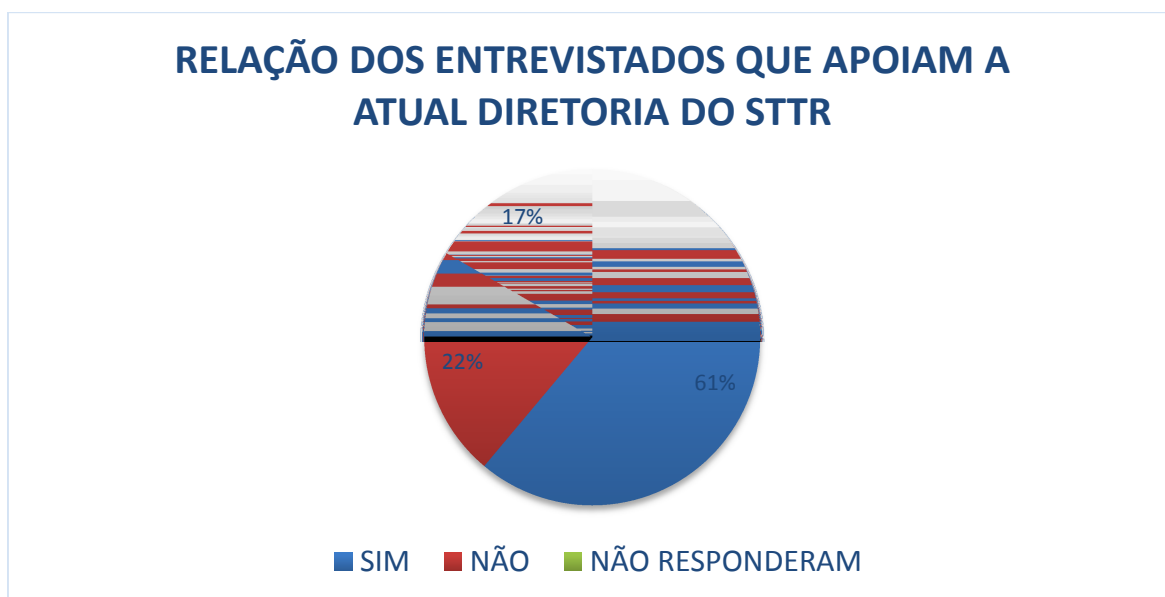
Por meio de mecanismos como escolas radiofônicas e encontros periódicos, os projetos de educação da igreja para o meio rural estimularam a sindicalização rural via mobilização e treinamento de líderes sindicais e da orientação sobre a formação de organizações (WANZELER, 2015, p. 22).

Foi por volta da década de 1960 que, segundo Medeiros (1989), a Igreja Católica se voltou para os problemas do campo, criando organismos como o SAR (Serviço de Assistência Rural do Rio Grande do Norte), setor voltado para a sindicalização rural, que tinha como uma das suas funções treinar lideranças. Mas só em 1961, o Movimento de Educação de Base (MEB) começa expandir suas ações por meio das escolas radiofônicas para outros Estados, como já citado por Wanzeler.

Essas reflexões a respeito das lideranças são importantes para entender a agência humana no desenrolar dos fenômenos sociais. Segundo Lerbach (2012), os diferentes tipos de liderança influenciam o próprio perfil dos movimentos e das organizações e as lideranças, enquanto atores históricos, têm impacto sobre as ações coletivas.

Levando isso em consideração, precisamos ouvir o ponto de vista dos associados para saber se uma organização conseguiu obter a sua estima. Para isso, foi feito um levantamento junto aos agricultores sindicalizados sobre o nível de aprovação em relação a atual diretoria do sindicato. Dos 18 entrevistados, 11 responderam que aprovam a atual gestão do sindicato, o equivalente a 61% da amostra, quatro responderam que não, o que corresponde a 22%, e três (17%) não responderam, alegando não conhecer a atual diretoria do sindicato.

Gráfico 1. Número dos agricultores que aprovam a atual diretoria do sindicato.



Fonte: A autora, 2019.

Por ser uma questão sensível de ser tratada, afinal os agricultores se expõem ao dar esse tipo de opinião a uma pessoa desconhecida e, claro, não deixa de haver uma certa desconfiança em relação ao que será feito com esse tipo de informação. Todavia, procurei assegurar a finalidade acadêmica da pesquisa, por isso iniciei me apresentando e explicitando os objetivos do meu trabalho.

Em seguida, solicitei o consentimento dos entrevistados, a fim de gravar as entrevistas, garantindo as estes que a sua identidade seria resguardada. O que permitiu aos agricultores ficarem mais à vontade para se expressarem.

Feitas as devidas considerações a respeito da forma que foram obtidas essas informações, o que pude perceber foi o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo sindicato no município. A aprovação da gestão do sindicato pode ser notada na fala de um dos membros da Associação dos Produtores do Assentamento Nova Inácia, que também é filiado ao STTR há cerca de um ano e meio:

Eles têm um bom trabalho, no município todo, eles conhecem quase todas as comunidades aqui dentro do município, são 40 e poucas comunidades, né? E a gente vê o sindicato quase em todas, acompanhado (O. M., integrante da Associação dos Produtores do Assentamento Nova Inácia, entrevistado(a) em 2019).

Entre alguns dos motivos citados pelos agricultores que não aprovam a atual gestão do STTR está relacionado à falta de comunicação e informação do sindicato em repassar os benefícios que são oferecidos, seguido da cobrança para o sindicato se fazer mais presente no campo. Como mostra a fala de um dos agricultores:

Eu acho que tá faltando mais [...] eles vir mais pra dentro do espaço rural, conversar com o povo, colocar pra que o povo possa ficar mais ciente da importância do sindicato, ne? Porque pagar alguma coisa, pagar uma entidade como o sindicato, por exemplo, uma associação, que você não consegue ver nada, eu acho que não tem importância (P. S., 55 anos, agricultor(a) do assentamento Nova Inácia, entrevistado(a) em 2019).

Nesse aspecto, é interessante destacar que o distanciamento do sindicato de suas bases se torna um importante motivo para a desistência dos filiados, como também não instiga novos sócios a se engajarem. Por isso, quando se pensa em estratégia, a mesma se expressa por meio das decisões tomadas pelos líderes ao interagir com seus ambientes (GANZ, 2004, p. 216). Nesse sentido, é necessário que essas decisões sejam tomadas com a participação dos filiados.

No entanto, nesses casos, também deve ser levado em consideração a situação dos dirigentes, como os recursos financeiros que estes dispõem para o transporte; número de dirigentes liberados (porque eles renunciam ao tempo de trabalho para cuidar do seu estabelecimento), etc.

A pequena margem de insatisfação com a atual diretoria pode demonstrar que estes conseguiram alcançar o reconhecimento dos agricultores, com base em sua atuação. A aproximação do sindicato das demandas mais urgentes dos agricultores tem relação com o novo modelo de sindicalismo adotado a partir do final da década de 70, denominado de “novo sindicalismo”.

Um conjunto de autores analisam as características que diferenciam o sindicalismo entre o “velho” e o “novo”, o próximo capítulo irá tratar com mais atenção desse assunto.

3 SINDICALISMO E ENGAJAMENTO

3.1 O VELHO E O NOVO SINDICALISMO BRASILEIRO

O sindicalismo rural brasileiro teve sua trajetória demarcada por dois momentos distintos: o primeiro que veio a ser conhecido como velho sindicalismo, teve início na década de 1960, culminando na criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag). Para vários autores, nesta época os sindicatos rurais foram reduzidos a meros reprodutores de uma organização sindical corporativa e de uma política assistencialista (ALMEIDA, 1992; ANTUNES, 1995; BADARÓ, 1996; RODRIGUES, 1990; ZANETTI, 1993). No final da década de 1970, no entanto, novos atores entram em cena, ganhando visibilidade as bandeiras do que vem a ser conhecido como novo sindicalismo, que tem como maior expressão a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Esse período trouxe um novo sopro de luta para o campo, marcada por uma ação sindical crítica e contestadora, mesmo que mais tarde houvesse um certo acomodamento dessas lutas.

Alguns autores tem trabalhado com as diferenças entre o novo e o velho sindicalismo, a maioria utiliza a década de 1930, durante o governo Vargas, como o início do que viria a ficar conhecido como velho sindicalismo, pois este instituiu a primeira “lei de sindicalização” no país, através do decreto lei 19.770, de março de 1931. Esta legislação atrelava as estruturas sindicais, de caráter essencialmente corporativista, ao Estado, ou seja, dividiu a classe trabalhadora em categorias, como meio de impedir o fortalecimento da luta de classes e assim garantir a manutenção da ordem. Ao mesmo tempo em que concedia benefícios, como a contribuição sindical compulsória, limitava, por meio da restrição da criação de novas entidades com a unicidade sindical. Em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), durante o Estado Novo (1937-1945), esse modelo de sindicato irá se efetivar.

Além da estrutura corporativista, os sindicatos receberam de herança uma prática assistencialista, isto é, passaram a oferecer serviços como atendimento médico, odontológico, jurídico e previdenciário. Um dos grandes pontos de diferença entre o que se convencionou chamar de “velho” e “novo” sindicalismo se encontra na oposição ou não a esse modelo assistencial. Os sindicalistas e estudiosos, ligados ao novo sindicalismo costumam criticar o velho sindicalismo assistencialista, por este assumir funções que cabem ao Estado, reduzindo o seu papel somente a isso e deixando de lado uma atuação mais reivindicatória e

contestadora. Segundo Morais (1993), o assistencialismo esteve, muitas vezes, diretamente ligado as acusações de burocratização feitas aos sindicatos:

De fato, há uma crença generalizada de que os sindicatos brasileiros tornaram-se burocratizados graças à imposição sobre eles de tarefas assistenciais por parte dos diversos governos e que isto provocou uma inversão de objetivos de tais organizações, ou seja, em lugar de lutar pelos "verdadeiros" interesses dos trabalhadores, os sindicatos detiveram-se na prestação de serviços assistenciais. Isto, por sua vez, levou à crença de que o aparato para prestação de serviços assistenciais influi negativamente no desempenho do sindicato em outras áreas, notadamente no que diz respeito a uma atuação mais militante (MORAIS, 1993, p.02).

Mesmo com tantas acusações feitas ao assistencialismo por parte dos sindicalistas mais engajados do novo sindicalismo, nenhum conseguiu de fato suprimir totalmente o assistencialismo de suas funções, sejam as correntes sindicais ligadas mais à direita ou a esquerda. Segundo Souto (2004), o assistencialismo não é uma prática recente:

A 'prática assistencial' têm estado presentes nos sindicatos brasileiros desde o início do século, quando os sindicatos funcionavam como organização de ajuda mútua dos trabalhadores. Portanto, desde o período do mutualismo muitas entidades sindicais funcionavam servindo os seus sócios com assistência médica, jurídica, proporcionando lazer e, por vezes, até previdência (SOUTO, 2004, p.01).

Ou seja, essa prática é muito anterior à década de 1930, quando se efetivou o sindicalismo de Estado. Diante disso, é um equívoco acreditar que o assistencialismo por si só seja algo negativo e nefasto para as organizações dos trabalhadores, o que se torna o caso quando os sindicatos se reduzem apenas a isso. Todavia, como apresentam Morais (1993), Souto (2004), e Gonçalves (1984), muitos novos sindicalistas têm tentado e obtido sucesso em combinar práticas militantes com serviços assistenciais. É nesse sentido que o presente trabalho procurará encarar o debate sobre o assistencialismo.

Entretanto, ainda no que diz respeito à discussão sobre esses dois tipos de sindicalismo, o cientista político Francisco Weffort, que estudou o movimento sindical no período de 1945 a 1964, em seus dois ensaios (1973 e 1978), avalia de forma crítica a prática dos comunistas, que, segundo ele, reforçaram a estrutura corporativistas dos sindicatos. Acusa os partidos comunistas, o PCB especificamente, de priorizarem o Estado como foco de ação em detrimento da sociedade civil, o que ocasionou o distanciamento de suas bases.

Segundo Santana (1998), fazendo oposição a Weffort, alguns autores, como o sociólogo Luiz Jorge Werneck Vianna (1983), procuravam justificar a ação dos comunistas, alegando as limitações impostas a estes pela correlação de forças no interior da sociedade, destacando que, ainda que com ressalvas, as experiências do passado teriam ajudado de forma

significativa a organizar a classe trabalhadora. No entanto, a visão hegemônica sobre o velho sindicalismo, distante das suas bases, foi a que imperou nos estudos sobre o sindicalismo anterior a 1970. As características destes são descritas da seguinte forma:

Trata-se de um sindicato corporativo, inspirado numa filosofia de conciliação de classes, com uma estrutura verticalista, sem a participação dos trabalhadores, sustentado pelo imposto sindical, pela justiça do trabalho e por uma prática assistencialista. Este sindicalismo é qualificado de "pelego" por ter como objetivo "amenizar" o choque provocado pela luta de classes (ZANETTI, 1993, p. 5).

Para Weffort (1981), os anos anteriores a 1964 foram o auge do sindicalismo populista, que sucumbe com a crise política instituída pelo golpe militar.

Segundo Zanetti (1993), as origens do “novo sindicalismo” podem ser remetidas ao golpe militar de 1964, quando houve uma expansão industrial, a partir do chamado “milagre econômico”, em que o número de trabalhadores das indústrias aumentou consideravelmente. Esse novo modelo de desenvolvimento gera concentração da renda e o consequente empobrecimento de amplos setores de assalariados, resultado do arrocho salarial.

Para o meio rural as consequências desse “desenvolvimento” não foram menos piores:

Para o campo, o novo modelo de desenvolvimento traz uma maior concentração da terra, aumento do êxodo rural, multiplicação dos despejos, aumento do trabalho temporário, implantação de projetos agroindustriais (ZANETTI, 1993, p. 7).

Entre esses projetos de modernização conservadores implantados pela ditadura militar no campo, temos os impactos da Revolução Verde, que ganha impulso sob a influência das grandes corporações transnacionais e multinacionais. O Brasil, articulado à economia mundial, desenvolveu políticas que promoveram a expansão do cultivo de trigo e da soja, o primeiro para consumo interno e o segundo para exportação. Segundo Silva (1985), essa “modernização” do campo fez com que pequenos produtores fossem expropriados, reforçando ainda mais a concentração fundiária, dando lugar a efetiva transformação capitalista da agricultura patronal (ou empresarial).

Esse projeto de modernização deu origem à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que tinha como objetivo o controle da articulação dos produtores (BRUM, 1988). Entretanto, a adoção do nome Emater aconteceu apenas depois, anteriormente o que existia era o sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), criado ainda em 1948. De acordo com Schmitz (2010), a ATER passou por seis etapas distintas, cada uma com objetivos diferentes: 1) o modelo clássico (1948-1956), 2) o modelo difusionista-inovador (1956- 1967), 3) o modelo de transferência de tecnologias (1968-1978), 4) o “repensar da

extensão rural“ (1979-1991), 5) o desmantelamento do serviço (1991) e 6) a fase de discussão e experimentação (1996). No entanto, a partir de 2015, o interesse do Governo Federal nos serviços de extensão rural diminuiu consideravelmente, como se verificou depois com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em maio de 2016.

Os militares deram inícios a modernização conservadora privilegiando determinadas áreas, produtos e grupos de produtores e a ATER seguiu o modelo de transferência de tecnologias, perdendo muito de sua autonomia. Nesse período, o Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural reestruturou-se e dinamizou-se, através da criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) vinculada ao Ministério da Agricultura. Este sistema se estendeu por diversos Estados, através das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural. Tal sistema pretendia deter o controle da articulação dos produtores, à iniciação de novas culturas agrícolas, outros procedimentos no campo e orientação alimentar.

As duras condições de vida, tanto na cidade quanto no campo, aliadas à repressão desse período (como a lei antigreve), obrigou os trabalhadores a procurar formas alternativas de organização, culminando na criação dos movimentos sociais (feministas, contra a carestia, etc). No campo, igualmente, proliferaram as organizações camponesas, visando defender os interesses dos atores do meio rural.

Mas é a partir das fábricas, com a greve dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978, que irá ser rompido a apatia geral ao qual estava entregue a classe trabalhadora pelo menos desde instaurada a ditadura militar¹⁰. Antunes (1995) salienta que essa greve resultou na paralisação de outras categorias, como os bancários, professores, eletricitários, químicos, petroleiros, todas organizadas e mobilizadas, o que colocou em xeque o poder político-econômico e administrativo da ditadura militar; que já vinha apresentando sinais de falência por uma série de problemas na economia.

De acordo com Badaró (1996), o “Novo Sindicalismo”, surge dentro de um contexto de práticas inovadoras, em que os novos sindicalistas apresentam discursos revolucionários. O

¹⁰ Isso no caso das classes trabalhadoras urbanas, dado que na zona rural, desde esse mesmo período ocorreu a formação de importantes movimentos no campo, como é caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cuja articulação começou nos anos 1978/79, mas foi oficialmente fundado em 1984. Na década de 1990, os movimentos do campo acabam por ganhar mais força que os movimentos urbanos, como apontam os dados do DATALUTA (Banco de Dados da Luta pela Terra), que irá registrar a atuação de noventa e seis movimentos sociais no campo brasileiro (NERA, 2010), um exemplo, é a Via Campesina, criada na década de 1990, possuindo hoje uma articulação a nível mundial.

Novo Sindicalismo nasce, portanto, da oposição ao Velho Sindicalismo, a partir da necessidade dos sindicalistas em demarcar suas diferenças e construir uma nova identidade.

Badaró (1996) esclarece que o Novo Sindicalismo

[...] opunha-se, obviamente, ao imobilismo do sindicalismo controlado e reprimido pelos governos militares, mas opunha-se também às formas consideradas como dominantes no movimento sindical do pré-64, genericamente denominado “sindicalismo populista”. (BADARÓ, 1996, p. 77)

A década de 80 traz no seu bojo inúmeras greves e mobilizações, que fazem dessa década um marco do movimento grevista (1983-89). O Novo Sindicalismo passa a ser a tendência dominante, o que perdura até a década de 1990, quando a classe trabalhadora sofre os impactos da reestruturação produtiva na economia capitalista, que traz inúmeras transformações sindicais em nível nacional:

A conjuntura dos anos 1990 foi marcada pelo desemprego estrutural, políticas econômicas neoliberais (abertura da economia, privatização, desregulamentação das relações trabalhistas etc.) e agressiva ação empresarial para enquadramento dos trabalhadores que permaneceram em seus empregos nas novas metas de crescimento da produtividade. Essas características ajudam a entender o refluxo da ação sindical, marcado não apenas pelo menor número de greves, mas também pela adesão de muitas das direções da CUT a um ideário de parcerias e colaboração com o empresário, na busca de soluções pactuadas, que pudessem frear as perdas dos trabalhadores (BADARÓ, 2003, p. 71).

A força dessas transformações neoliberais culminou em uma queda na taxa de sindicalização no mundo como nos mostram os dados apresentados por Antunes (1995), que tem como uma das causas a precarização do trabalho. Para Antunes:

Esta nova realidade arrefeceu e aciou o novo sindicalismo no Brasil, que se encontrava, de um lado, frente à emergência de um sindicalismo neoliberal, expressão da nova direita, sintonizada com a onda mundial conservadora, de que a Força Sindical (central sindical criada em 1991) é o melhor exemplo e, de outro, frente às próprias lacunas teóricas, políticas e ideológicas no interior da CUT, que lhe dificultavam enormemente o avanço qualitativo, capaz de transitar de um período de resistência, como nos anos iniciais do novo sindicalismo, para um momento superior, de elaboração de propostas econômicas alternativas, contrárias ao padrão de desenvolvimento capitalista aqui existente, que pudessem contemplar prioritariamente o amplo conjunto que compreende nossa classe trabalhadora (ANTUNES, 1995, p. 146).

A crise política vivenciada pelo país nos últimos anos, aliada a adoção de medidas que retiram e atacam os direitos dos trabalhadores, incluindo as inúmeras reformas aprovadas pelos últimos governos, serviu para aprofundar a crise que acometeu o sindicalismo, particularmente o sindicalismo rural. Isso irá se refletir diretamente no interesse dos agricultores em se engajar nos sindicatos. O que será tratado nos próximos capítulos.

3.2 SINDICALISMO RURAL NO PARÁ

No Pará, a forma como se estruturou o Movimento Sindical Rural não foi muito diferente de como ocorreu no resto do Brasil. As primeiras organizações rurais, como já mencionado antes, remontam ao início do século XX, já os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), segundo Hébette (2002, p. 145), têm uma história mais recente: “Antes de 1970, só existiam no Estado do Pará alguns poucos STRs, todos eles praticamente concentrados ao longo da estrada de ferro de Belém a Bragança, na microrregiões do Salgado e da Bragantina e da rodovia Belém Brasília”. Anteriormente à formação dos sindicatos existiam as Associações de Lavradores, especialmente na região do Nordeste paraense. Nesta época, em 1956, as Associações de Lavradores expandiram sua organização para o nível estadual fundando a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (ULTAP), articulada com a União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil (ULTAB) (ASSIS, 2007).

No caso do Pará, as organizações do campo tiveram primeiro que demarcar seu caráter de classe, separando-se em relação às classes dominantes, para só então constituírem-se em organizações de luta por direitos. Segundo Guerra e Acevedo Marin (1990), a fundação da ULTAP representou a busca de uma demarcação e a afirmação de um espaço político, delimitando o campo de representação dos lavradores no Estado, em oposição a entidades patronais, como a Federação das Associações Rurais do Pará, que até então se apresentava como porta-voz de todo o campo paraense, por meio de entidades mistas de trabalhadores e patrões. Sendo assim: As organizações camponesas no estado do Pará são resultado de um longo processo de construção, em que inicialmente se confundem e disputam fazendeiros, agricultores e operários agrícolas. A definição de identidades demarcadas pelas diferenças de interesses de classe começa a ocorrer depois da década de 1950, por condições políticas e contradições que vão se definindo ao longo da história que remonta ao início do século XX e, no caso do Pará, continua inacabada (GUERRA, 2009, p. 117).

Nesse sentido, as organizações rurais paraenses são resultado das disputas políticas entre entidades do patronato e de camponeses autônomos ou assalariados. A ULTAP, além de delimitar o campo de representação, também delimitava o campo de luta ao eleger a questão do acesso à terra como uma das suas principais reivindicações. Com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, que estendia para o campo a estrutura sindical corporativista,

a Contag tornou-se a representante, que assumiu o papel antes atribuído a ULTAB, extinta com a implantação do golpe militar de 64. No caso do Pará, não foi diferente, de acordo com Guerra e Acevedo Marin (1990), com o golpe militar, as associações no Estado foram desestruturadas e a ULTAP ficou enfraquecida, já que desde aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, as associações de lavradores foram sendo transformadas em sindicatos.

Organizadores da ULTAB militaram na defesa dos camponeses e na organização de associações e sindicatos em muitos estados do Brasil. Lutaram para fazer efetiva a extensão das leis trabalhistas para os camponeses e fizeram pressão para a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em junho de 1963. A ULTAB continuou a funcionar até ter seu papel superado pela CONTAG – a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Na ocasião de seu estabelecimento, em dezembro de 1963, o presidente da ULTAB, o militante comunista Lyndolpho Silva, passou a ser presidente da CONTAG (WELCH, 2006, p.61).

Nesse caso, a ULTAB não só desempenhou um papel fundamental nesse processo de sindicalização que termina com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em 1963, como também se constituiu na principal força em ação no interior dessa nova entidade, que irá assumir o lugar da ULTAP, através da sua representação estadual, a Fetagri.

Sob a vigência da Contag são criados os primeiros STRs no Pará. Para Hébette (2002, p. 147), os STRs não fugiam muito da estrutura do velho sindicalismo já apresentado antes: “[...] esses STRs nasciam pelegos, isto é, acomodados a interesses alheios e, no máximo, executores de iniciativas, geralmente paternalistas, dos governos: tratamento médico e dentário gratuito, bolsas de estudo para alunos, garantia da aposentadoria dos trabalhadores rurais”.

Hébette (2002) identificou os STRs do Sul e do Sudeste paraense, assim como alguns outros sindicatos, como o de Santarém, como os responsáveis por dar nova legitimidade ao sindicalismo no Pará. Eles levantaram uma série de bandeiras, comumente associadas ao “novo sindicalismo”, e, para esse autor, a experiência de luta desses STRs acaba por romper com o assistencialismo estabelecido durante o regime militar. Esse novo sindicalismo tem como representante a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que irá fundar uma Secretaria Rural no Pará, em 1984, e assumiu mais tarde o controle da Fetagri. Essa federação visava implementar uma nova concepção de sindicalismo baseado nos seguintes princípios: “sindicalismo livre da interferência do Estado, classista e de base; autonomia dos sindicatos frente aos partidos políticos; democracia interna nas instâncias da Central; internacionalismo sem alinhamento e socialismo como objetivo final da luta sindical” (GIANNOTTI; NETO,

1991 apud ASSIS, 2007, p. 91). Essas propostas estavam afinadas com o novo sindicalismo. Para que isso ocorresse, os STRs do Sul, Sudeste e Oeste do Pará desempenharam um papel importante, como explica Assis (2007): Enquanto a Federação se mantinha numa linha de ação assistencialista e pouco crítica em relação às ações do governo, em várias regiões do estado, as direções dos STRs já estavam sendo substituídas por lideranças ligadas ao sindicalismo mais combativo, como era o caso do Sul, Sudeste e Oeste paraense, tendo como cidades polos Conceição do Araguaia, Marabá e Santarém respectivamente (ASSIS, 2007, p. 93).

Após anos de intensas disputas políticas entre os antigos dirigentes pelegos da Fetagri e os líderes cutistas, estes últimos conseguiram assumir a direção da federação no Estado, em 1987. Como as diferenças entre esses dois formatos de sindicalismo eram irreconciliáveis, não havia mais espaço à velha estrutura corporativista mantida até aquele momento. Sendo assim, a hegemonia política desse novo sindicalismo se concretizou em 1995, quando ocorreu a filiação da Contag à CUT (FAVARETO, 2006). Todavia, como discutido anteriormente, em 2009 ocorreu a desfiliação da Contag da CUT, o que não foi seguido pela Fetagri no Pará¹¹.

No Pará, segundo Guerra e Acevedo Marin (1990), o processo de tomada da Fetagri, se deu através de longas disputas nos sindicatos, dos quais merece destaque a atuação do sindicato de Santarém, a tomada dos sindicatos e o fortalecimento das bases seriam uma das condições para se chegar à direção da Federação. Após inúmeras derrotas nas eleições, a oposição sindical obtém a vitória em 1987. “Quase dez anos depois de criada, a oposição sindical chega à Fetagri para implantar uma política coerente com o que vinham propondo nos sindicatos (1990, p. 54).

Essa oposição sindical, começou a ser organizada em 1981. No Nordeste paraense, um dos seus representantes, era o líder camponês conhecido como “Benezinho”, este foi eleito presidente do STR de Tomé-açu em 1982. O mesmo passou a sofrer ameaças de morte após tomar partido na luta em favor dos colonos que residiam próximo a fazenda Colatina, de Acrino Breda, que alegava ter direito sobre as terras ocupadas por eles no município do Acará e, assim, tentava expropriá-los:

Benezinho, enfrentou Acrino Breda na justiça na disputa pela então fazenda Colatina, sendo este derrotado nas duas ocasiões. Foi então, na última derrota, no

¹¹ Mesmo que as lideranças cutistas tivessem conquistado as FETAGs de vários Estados do país, nos estados do Sul, a falta de perspectiva de mudança na correlação de forças, fez com que fosse criada, em 2001, uma estrutura sindical específica dos agricultores familiares (a FETRAF-Sul).

ano de 1984, que o fazendeiro contratou por dois milhões de cruzeiro na época, os pistoleiros identificados como Juracy Pedro de Souza, José Machado do Nascimento e o último apenas de prenome Nathan (SACRAMENTO, 2016, p.118).

Os pistoleiros assassinaram “Benezinho” com três tiros, no dia 04 de julho de 1984, na saída da sede do sindicato, em mais um episódio bárbaro de violência no campo. Entretanto, graças a sua luta, ocorreu, em 1988, a desapropriação das terras da fazenda Colatina para a criação do Projeto de Assentamento Benedito Alves Bandeira (PA BAB).

Após a desapropriação da fazenda Colatina, a constituição do assentamento foi oficializada pelo INCRA que iniciou a demarcação dos lotes para “assentar” aproximadamente duzentos e cinco famílias na área dos 11.000ha que correspondia ao assentamento (MELO et al, 2012, p.15).

Essa história comprova as inúmeras lutas levadas adiante pelas lideranças sindicais que, à custa de suas próprias vidas, ajudam a levar justiça ao campo. Não atoa é no seio do sindicalismo paraense que nasce uma das maiores mobilizações de agricultores, o Grito da Terra, criado em 1995, e que expressa a sua face de *movimento*, rompendo com a visão dos sindicatos enquanto apenas *instituições* atreladas ao Estado.

O Grito da Terra Brasil (GTB) é uma das maiores atividades de massa que o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais realiza, anualmente, desde 1995. É um momento onde é apresentado aos Governos Federal, estaduais e Municipais, um conjunto de reflexões, reivindicações e anseios que são gerados a partir das necessidades da agricultura familiar brasileira (CUT, 2009).

Essa mobilização é articulada pela Fetagri e a Contag, com bandeiras de luta como a reforma agrária e direitos sociais.

Figura 5. Pôster convidativo do 19º Grito da Terra, realizado em 2013, em Brasília.



Fonte: Portal da CUT, 2009

Além da atuação da Fetagri e da Contag no Estado Pará, vale destacar também o papel desempenhado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) e os seus respectivos sindicatos de agricultores familiares (os Sintrafs), no estado. A oposição ao monopólio da Contag no campo, que começa a se desenvolver ainda durante a década de 1980, dentro dos círculos da CUT, culmina na criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Sul), em 2001, quebrando com a unicidade sindical e abrindo espaço para a pluralidade sindical no campo, com a criação dos Sintrafs (Sindicato dos trabalhadores da Agricultura Familiar), que levaram adiante os aspectos principais do novo sindicalismo (RODRIGUES, 2004; PICOLOTTO, 2014; 2018). A Fetraf se espalhou por outros estados do Brasil e, mais tarde, se transformou em confederação nacional:

Com a formação da FETRAF-Sul e de federações semelhantes nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, consolidava-se a dissidência de uma parcela cutista da CONTAG em estados importantes do país. Na medida em que foram sendo iniciados movimentos de fundação de novas federações em estados de outras regiões, ganhava corpo a ideia de formar uma nova organização nacional da agricultura familiar. Em novembro de 2005 foi fundada a Federação Nacional dos Trabalhadores na

Agricultura Familiar (FETRAF-Brasil). Era o momento de nacionalização da FETRAF (PICOLOTTO, 2014, p. 222).

Foi nesse momento da nacionalização, que a Fetraf-Pará foi criada a partir de um racha no MST, ampliando as possibilidades de organização dos trabalhadores, o que inclui o município de Concórdia do Pará, que também terá um Sintraf para a representação dos agricultores.

Em virtude desse histórico de lutas, assim como dos poucos estudos sobre o sindicalismo rural na região do Nordeste paraense, ao contrário do Sul e Sudeste do Pará, que tem uma série de trabalhos produzidos sobre esse movimento (ASSIS, 2007; GUERRA, 2009; HÉBETTE, 2002), por isso optei por trabalhar com o movimento sindical dessa região, com meu lócus de estudo concentrado na cidade de Concórdia do Pará, que tem um número expressivo de agricultores familiares (1604 filiados) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) como um dos mais representativos dessa categoria.

3.3 ENGAJAMENTO E DESENGAJAMENTO

Para que uma organização obtenha sucesso é necessário que uma parcela mínima de seus membros esteja engajada em suas ações. O engajamento é, portanto, uma categoria importante que rendeu até uma área de investigação dentro do escopo teórico da sociologia, a sociologia do engajamento militante, que pode ser “entendida como toda forma de participação duradoura em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa” (SAWICKI, SIMÉANT, 2011, p. 201). Segundo Becker (1960, p. 33), o engajamento militante pode ser denominado de “comportamento consistente” (*commitment*), refletindo na participação continuada em alguma organização social e/ou política. Nesses casos, o engajamento se diferencia de outros tipos de participação, por exigir um investimento maior por parte de seus integrantes.

Por isso, antes de definir o engajamento, se faz necessário entender o que é participação. Entretanto, essa não é uma tarefa fácil, já que a participação foi pensada e abordada de diferentes formas por autores representativos de vários paradigmas e correntes teóricas. Segundo Gohn (2016), é possível analisar a participação segundo três níveis:

[...] o conceptual, o político e o da prática social. O primeiro apresenta um alto grau de ambiguidade e varia segundo o paradigma teórico em que se fundamenta. O segundo, dado pelo nível político, usualmente é associado a processos de democratização (em curso, ou em lutas para sua obtenção), mas ele também pode ser

utilizado como um discurso mistificador em busca da mera integração social de indivíduos, isolados em processos que objetivam reiterar os mecanismos de regulação e normatização da sociedade, resultando em políticas sociais de controle social. O terceiro, as práticas, relaciona-se ao processo social propriamente dito; trata-se das ações concretas, engendradas nas lutas, movimentos e organizações, para realizarem algum intento, ou participar de espaços institucionalizados na esfera pública, em políticas públicas. Aqui a participação é um meio viabilizador fundamental (GOHN, 2016, p.16-17).

Esses três níveis possibilitam perceber que a participação envolve uma multiplicidade de situações, que abrangem desde o envolvimento político direto com o Estado, por meio do voto, por exemplo, até a participação social e política dos indivíduos em movimentos e organizações. O engajamento se constituindo, portanto, em apenas uma das muitas formas de participação possíveis.

Nesse caso, por se tratar de um tipo de ação que requer não somente uma identificação com a causa, mas a disponibilidade de contribuir com a mesma de forma ativa, o engajamento envolve não só aspectos individuais como sociais.

Enquanto ação realizada pelo indivíduo, o engajamento é, por excelência, uma ação que enlaça esse indivíduo a determinados grupos sociais e ao contexto em que está inserido. A compreensão dos processos individuais relacionados com o engajamento constitui, dessa forma, um aspecto central desse campo de investigação (NAUJORKS; SILVA, 2016, p. 137).

Pensando nisso, destaco o pensamento do grande sociólogo alemão Max Weber e seu conceito de ação social, que se traduz em “uma ação que quanto ao sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso” (WEBER, 1991, p. 3). No âmbito da sociologia compreensiva de Weber, o sentido que o agente atribui a sua ação corresponde ao aspecto mais importante para o entendimento dos fenômenos sociais. Sendo assim, o engajamento se traduz enquanto forma de ação duradoura que une o indivíduo a determinados grupos, com causas comuns. A permanência de um indivíduo em uma organização também está relacionada ao grau de identificação que o mesmo possui com os outros integrantes dessa organização. Para Hanna Arendt, em *A condição humana*, a ação se traduz em uma “atividade exercida diretamente sobre as pessoas sem a mediação das coisas e da matéria” (2001). Ou seja, a ação incorpora uma relação de interação entre os indivíduos, por meio de um processo contínuo de ações que respondem a outras ações, com poder de afetar os outros. Segundo Schmitz (2010, p. 124) “Ação é uma atividade responsável, quer dizer, realização de uma vontade que se presume livre e consciente, de um sujeito, o agente, numa situação social, e de que resulta criação ou

modificação da realidade”. Nesse caso, individuo se torna ator de sua própria história, pois deve se responsabilizar pelas ações que realiza.

Pensando no engajamento enquanto uma forma particular de ação, a partir de sua importância nesse contexto se faz necessário separá-lo de outras formas de participação, como esclarece Silva e Ruskowski (2016):

Nesse sentido, o engajamento militante distingue-se, por um lado, da participação em processos político-institucionais, como eleições ou plebiscitos, uma vez que estes não demandam nenhum tipo de envolvimento duradouro em uma ação coletiva. Por outro lado, o engajamento militante também se distingue do ativismo individualizado e pontual, tal como se expressa contemporaneamente em diferentes formas do chamado “clickativismo”, o qual tende a não envolver a identificação e a inserção organizativa e, no limite, a elas se contrapõe. Ou seja, entre um amplo leque de formas de ativismo ou participação sociopolítica socialmente disponíveis, o engajamento militante configura uma forma específica [...] (SILVA; RUSKOWSKI, 2016, p. 192).

Sendo assim, é importante separar o ativista (ou militante) de uma organização, do simples simpatizante, que não se dispõe a um investimento maior à causa, participando apenas esporadicamente de suas atividades. Sawicki e Siméant (2011) nos esclarecem como identificar o engajamento militante:

Manifestar não é argumentar em uma reunião de negociação com adversários; escalar uma plataforma petrolífera no Mar do Norte não equivale a assinar uma petição pela internet, etc. Isso difere em termos de tempo consagrado ao engajamento, de grau de especialização, de controle pessoal, e também em termos de satisfação e de expressão de preferências pessoais (2011, p. 241).

Um leque de questões pode ser avaliado nesses casos, pois medir o nível de engajamento em uma organização não parece ser uma tarefa fácil, ao mesmo tempo em que devem ser considerados os fatores que levam ao “desengajamento”, pois como nos explica Fillieule (2009, p. 180) “Uma das características permanentes das organizações políticas, partidárias, sindicais ou associativas, é a rotatividade e, conseqüentemente, a deserção” . Ainda segundo Fillieule, “a literatura sobre ativismo político concentrou-se principalmente no recrutamento e permanece curta na manutenção de compromissos e, portanto, deserção” (2009, p. 180). Sendo assim, a problemática do desengajamento recebeu pouca atenção teórica, uma vez que não se mostrava interessante analisar o que desmotiva um ator a continuar em uma organização. Como nos explica Severo e Severo (2015, p. 267):

O processo de desengajamento ocorre quando o ambiente de confronto com um antagonista é sublimado ou substituído por um processo de institucionalização das pautas, de forma a torná-las negociáveis e rotinizadas. A percepção de que o

combate à injustiça, que levou o sujeito à organização, não traz resultados; a noção de que não recebe retribuição suficiente pelos seus esforços e a quebra da visão idealizada dos objetivos e dos sujeitos à sua volta são alguns dos elementos que compõem esse processo.

Esses muitos elementos apresentados devem ser considerados quando se avalia o (in)sucesso de uma organização, no entanto, para se ter uma compreensão mais completa desse problema é necessário analisar as motivações individuais aliadas aos aspectos sociais mais amplos e que levam os indivíduos a desistir da militância.

A noção de carreira apresentado por Fillieule (2011) nos ajuda a compreender melhor esse tipo de problemática, uma vez que o seu modelo de análise se mostra adequado ao estudo do desengajamento ao considerar o ativismo como uma atividade social de longa duração (é o caso do sindicalista, que primeiro começa como um ativista), essa duração é marcada pelas fases de adesão (*joining*), empenho (*commitment*) e abandono (*defection*). Segundo Correia (2016), Fillieule recebeu forte influência do interaccionismo simbólico de Blummer e do behaviorismo social de George Herbert Mead, enxergando uma relação de interdependência entre indivíduo e sociedade. Com o seu modelo de investigação ancorado em autores da escola de Chicago, como Everett Hughes (1958), Anselm Strauss (1959) e Howard Becker (1960, 1966).

Atento para essas diferentes fases e como elas se processam em cada movimento e suas respectivas organizações. Sawicki e Simeant destacam como a problemática do desengajamento tem acometido os sindicatos:

São conhecidos, enfim, os círculos viciosos que atingem um sindicalismo acusado de burocratização, o que contribui para um recuo de seus efetivos e para um número maior de tarefas feitas pelos permanentes sindicais, o que fundamenta, em retorno, a incriminação de uma monopolização dos papeis de liderança (SAWICKI, SIMÉANT, 2011, p. 237).

Associado as críticas sobre burocratização, podem ser acrescentados as inúmeras mudanças vivenciadas pelos sindicatos a partir de uma série de transformações no cenário político e que tem afetado a legitimidade dos mesmos perante as categorias que estes pretendem representar.

Entretanto, no caso do sindicalismo rural, lembro também que o engajamento não pode ser entendido, sem considerar as muitas conquistas (e também alguns retrocessos) do sindicalismo rural desde o início dos anos 1990, como aponta Favareto (2006):

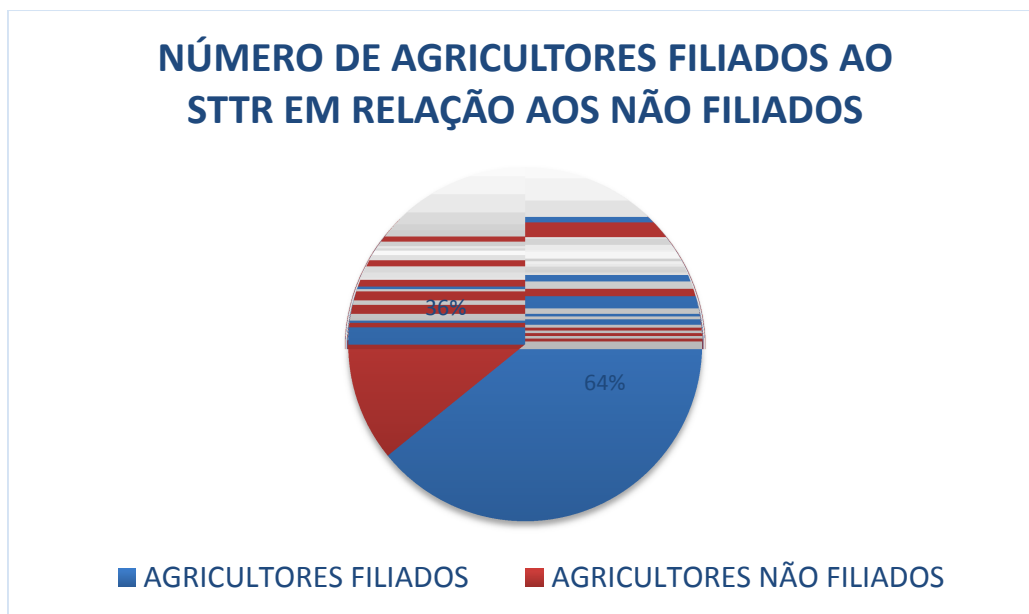
A década de 1990 foi o período de consolidação da agricultura familiar como público específico de políticas públicas e de políticas sindicais e palco de importantes eventos como a filiação da Contag à CUT e a própria instituição do Pronaf (FAVARETO, 2006, p. 42).

Considerando esses fatores, mais adiante será destacado como ocorre o engajamento no STTR de Concórdia.

3.4 STTR: NÍVEIS DE ENGAJAMENTO

Antes de entrar na distinção entre os tipos de engajamento exercido pelos agricultores filiados ao STTR de Concórdia, é importante identificar o nível de adesão dos agricultores a esse sindicato. Para isso foram obtidas informações a respeito do número de famílias agricultoras presentes na cidade e o número total de filiados ao STTR. A fim de obter a primeira informação recorreu-se a Secretaria de Agricultura de Concórdia e a segunda ao próprio STTR. Segundo os funcionários da Secretaria de Agricultura, hoje a cidade tem um número aproximado de 2.500 famílias agricultoras cadastradas na secretaria, entretanto, esse número aumenta se formos considerar que geralmente apenas um agricultor por família se cadastra para receber benefícios do município. Já no que diz respeito ao número de filiados ao STTR, segundo informações do secretário de finanças do STTR, o mesmo possui hoje em torno de 1604 filiados. A partir disso, foi tirado o seguinte percentual:

Gráfico 2. Distribuição do número de agricultores sócios do STTR, em relação aos não filiados.



Fonte: A autora, 2020.

Olson (1998) expõe essa discussão sobre filiação, explicando que os sindicatos utilizaram durante muito tempo diferentes estratégias para atrair novos membros, entre essas estratégias figuraram a afiliação compulsória, investimentos no trabalhador, etc. Olson explica ainda que no contexto norte-americano os sindicatos obtiveram êxito no aumento de sua base de filiados, o que fortaleceu politicamente o sindicato e garantiu greves vitoriosas. No caso dos sindicatos rurais brasileiros, o fato de terem concentrado atividades assistenciais, como auxiliar o agricultor no momento de se aposentar, prestar assistência médico-odontológica e jurídica, entre outros, se tornou uma das estratégias utilizadas para atrair novos membros, mesmo que isso não seja reconhecido em um primeiro momento.

O gráfico total corresponde ao universo de famílias agricultoras (2.500), já o número de filiados (1604) corresponde a 64% da amostra, enquanto que os outros (896) 36% referem-se aos não sindicalizados ou sócios de outras organizações como o Sintraf. O que aponta para o fato de ser o STTR um dos sindicatos com maior número de filiados em Concórdia. Podemos comparar esse número com o dos os outros dois sindicatos de trabalhadores da cidade, como é caso do Sindter (assalariados) que possui em torno de mil sócios, já no caso do Sintraf, não foi possível ter acesso ao número total de filiados, visto que este, por ser um sindicato regional, abarca não somente o município de Concórdia, mas também outros três municípios. Em contato telefônico com representantes do Sintraf de Concórdia, eles não

souberam informar com exatidão o número total de filiados desse município, pois os números disponíveis no momento abarcavam apenas os sindicalizados de todos os quatro municípios¹².

Durante o trabalho de campo, pode-se confirmar as informações da Secretaria de Agricultura sobre os outros componentes da família que trabalham, mas que não são cadastrados junto a esse órgão. Na visita ao local de trabalho dos agricultores, foi possível encontrar os membros das famílias trabalhando em conjunto, constando entre cinco a sete componentes familiares, destes os adolescentes começam a trabalhar cedo, a fim de ajudar seus pais, como mostra a fotografia a baixo:

Figura 6. Família de agricultores produzindo farinha de mandioca, na comunidade conhecida como Igarapé João.



Fonte: A autora, 2019.

Como foi mencionado anteriormente, separo o ativista ou militante, que é um membro com engajamento, do membro comum do sindicato (sócio ou filiado), que participa apenas

¹² No entanto, em conversa posterior, o representante do Sintraf de Bujaru informou que o número de filiados do Sintraf provavelmente não superaria os sindicalizados do STTR, principalmente pelo fato de o Sintraf ter como base uma filiação familiar e não individual como no STTR, o que se refletiria em apenas um sindicalizado por família, reduzindo assim o número de filiados desse sindicato em relação ao STTR.

pontualmente de algumas das ações puxadas pelo mesmo. Dispensável dizer que no caso dos sindicatos, a maior parte dos seus integrantes corresponde a este segundo tipo, o que não é diferente no STTR de Concórdia. Neste sindicato encontrei uma separação bem clara entre estes diferentes “níveis de engajamento”, com destaque para três graus distintos: os dirigentes, que são os atores com maior grau de engajamento, possuindo cargos dentro do sindicato e sendo remunerados por isso; os delegados sindicais ou coordenadores de base, que são os membros com maior engajamento depois dos dirigentes e que desempenham um papel fundamental na aproximação dos agricultores com o sindicato, sendo responsáveis por convocar os agricultores para as reuniões, dar informações, coletar a contribuição sindical, entre outras atividades, não recebendo remuneração por esse tipo de atividade, o que os qualifica ainda mais como militantes, como apresentado a seguir, no relato dessa delegada sindical que é filiada ao STTR há 18 anos:

A minha atividade era fazer reunião explicando como o sindicato é importante, explicar pras pessoas que precisavam da aposentadoria, algum auxílio, precisando de algum documento também da agricultura [...] Ia pra lá participava da reunião lá na sede, vinha aqui e repassava pra eles. Também recolhia a contribuição sindical e prestava contas de dois em dois meses (G. F., 41 anos, delegado(a) sindical da comunidade Igarapé João, entrevistado(a) em 2019).

E, por último, os sócios ou filiados do sindicato (que podem estar em dia ou não) são aqueles que participam apenas pontualmente das suas ações, recorrendo ao sindicato quando necessitam de alguma documentação ou assistência e contribuindo mensalmente, com pouca participação efetiva. Olson refere-se a um fato semelhante no caso dos sindicatos americanos “Com frequência, menos de 5% do total dos membros frequentava as reuniões, e era difícil convencê-los a aceitar postos sindicais menores ou a participar de comitês. A maioria dos líderes sindicais admitia com franqueza que a apatia era um dos seus maiores problemas” (OLSON, 1999, p. 99).

Cabe ressaltar que essas categorias são apenas classificatórias, dizendo pouco sobre o engajamento real dos agricultores¹³. Este pode ser “medido” apenas pela pesquisa, com base em um levantamento de dados primários mais rigoroso, com um acompanhamento durante um período mais longo, que não pode ser feito nesse caso, em virtude do pouco tempo disponível para a pesquisa.

¹³ Vale ressaltar que a multiplicidade de atores presente nessa região não se limita apenas a essas três categorias apresentadas, uma vez que temos também os agricultores não-sindicalizados, as lideranças carismáticas, assim como essa pirâmide não distingue os agricultores “em dia” com contribuição sindical, dos que não estão.

Figura 7. Pirâmide com a distribuição dos níveis de engajamento no STTR.



Fonte: A autora, 2019.

Para além destes, temos os agricultores não-sindicalizados e as lideranças das comunidades. Quando se fala em lideranças, está sendo feita referência aquelas pessoas que, mesmo sem fazer parte de alguma organização, são reconhecidas por diferentes atributos dentro da comunidade onde residem, possuindo o que Max Weber (1991) chama de *autoridade carismática*, que se baseia na valorização e na admiração a um ato de heroísmo, ou no carácter exemplar de uma pessoa, o que lhe dá legitimidade¹⁴. Foi adotada a perspectiva de Weber, porque tem como foco a relação social e não somente as percepções psicológicas dos atores sociais, ultrapassando o âmbito organizacional e discutindo a relação indivíduo e sociedade.

Com relação aos agricultores não-sindicalizados, constatei que a maioria dos entrevistados já haviam feito parte do STTR em algum momento da vida, mas por alguma razão, deixaram de pagar a contribuição sindical, não se reconhecendo mais enquanto sócios. Como se sabe, desde criação da CLT, na era Vargas, a contribuição sindical é compulsória, ou seja, é descontado diretamente na folha de pagamento do trabalhador, mas com a reforma trabalhista que ocorreu a partir da Lei 13.467/2017, essa cobrança compulsória foi extinta. No caso sindicatos de assalariados, essa questão é extremamente preocupante, pois afeta diretamente sua manutenção, mas no que se refere aos sindicatos de agricultores familiares,

¹⁴ Será utilizada a perspectiva de Weber, mesmo reconhecendo que nem todas as lideranças podem ser identificadas como de fato possuindo carisma.

muitos dirigentes sindicais ainda não veem mudanças significativas, já que contribuição é recolhida diretamente com o agricultor e não por meio de desconto na folha de pagamento (em vista de esse não ser empregado com carteira assinada) com exceção dos aposentados que, se concordarem, tem sua contribuição descontada na folha de pagamento do INSS, e que se constitui hoje como uma importante fonte de renda dos sindicatos.

Dos 18 agricultores entrevistados, apenas três afirmaram nunca ter se associado ao STTR, o que demonstra a abrangência que este possui, ao mesmo tempo que permite perceber uma queda no número de sócios quites com a contribuição sindical, o que pode ser entendido como desengajamento ou deserção, como explica Fillieule (2009). O que traz a questão, por que muitos agricultores estão deixando de contribuir com o sindicato? Infelizmente, não foi possível levantar dados para verificar se o número dos sindicalistas que “não estão em dia” mudou realmente nos últimos anos, ou se esse atraso na contribuição se configura enquanto um problema recorrente.

Mesmo sem acesso a esses dados, os agricultores respondem de diferentes formas a essa problemática que diz respeito ao atraso no pagamento das contribuições. Alguns dos agricultores entrevistados, principalmente os do Assentamento Nova Inácia, alegaram que já contribuía com a associação de produtores, ficando muito custoso para estes ainda contribuía com o sindicato, para alguns, o papel do sindicato e da associação são semelhantes, o que os desresponsabilizaria de continuar a pagar o sindicato. A maioria alegou ter dificuldade para continuar pagando a contribuição sindical, em vista de estarem passando por dificuldades financeiras.

Além de questões estruturais, existem os aspectos subjetivos, que não pretendo negligenciar nesses casos, como foi possível notar pela fala de um dos agricultores do assentamento Nova Inácia, cujo opinião sobre o sindicato estava circunscrita pela comparação com as gestões anteriores, em que este dizia não ir mais na sede do sindicato e nem contribuía mais por não se identificar com a atual gestão:

Pra ser sincero eu nunca mais eu fui no sindicato. Antes eu sempre ia, eu sempre ia conversar, os presidentes na época eram muito conhecidos da gente, era o Zerino, um caba que a gente chegava, ele dava atenção pra gente, a gente conversava muito, tinha o Afonso também, né? Depois a gente já não tinha mais aquele vinculo, né? Ai sempre que a gente ia fazer alguma coisa na cidade, a gente encostava lá, tomava aquele cafezinho, conversava, perguntava algo que a gente queria saber e hoje, na verdade, eu não fui mais (P. S., 55 anos, agricultor(a) do assentamento Nova Inácia, entrevistado(a) em 2019).

Percebe-se que o ato de “dar atenção”, de conversar, era algo que permitia ao agricultor manter um “vínculo” com o sindicato. Entretanto, a partir dessa fala não é possível determinar se este agricultor considerava a gestão anterior melhor, por achá-la mais combativa, ou simplesmente por não se identificar, em termos de amizade, com os membros da atual diretoria. John Comerford (2009), explica bem esse ponto, ao trazer à tona que o bom funcionamento do sindicato (que inclui o atendimento atencioso e pessoalmente envolvente de alguns dirigentes e funcionários) é algo que pode dar credibilidade à instituição, “mas certamente também redundava em prestígio pessoal, por vezes bastante grande, para lideranças e funcionários” (2009, p. 321). Em razão disso, Comerford alude ao fato de como os sindicatos podem torna-se lugares de produção de vínculos sociais e espaços de sociabilidade, que muitas vezes podem levar a não só a gratidão e simpatia pelos serviços que são prestados, mas também a alguns conflitos e mal-entendidos.

Por vezes, o fato de o dirigente ou funcionário estar preso a procedimentos formais, ou ainda por não ter senão como enquadrar o atendimento aos trabalhadores em termos militantes (em virtude mesmo de seu pertencimento à “comunidade moral militante” a que nos referimos), ou simplesmente não ter como atender de maneira mais personalizada e mais adequada à etiqueta das relações cotidianas a todos os que procuram o sindicato, criam-se situações interpretadas como falta de consideração ou provocação, vistas como situações humilhantes ou desafiadoras. Há casos, por exemplo, em que o funcionário ou dirigente não considera possível atender a um dado pedido em virtude das regras burocráticas, e o trabalhador interpreta aquela recusa como humilhação ou desconsideração (COMERFORD, 2009, p. 321).

São muitas questões que podem afastar o agricultor do sindicato, devendo ser separadas as que envolvem o descontentamento com a *estrutura sindical* propriamente dita e aquelas ligadas as figuras de seus representantes.

Para além disso tudo, se delinea algo mais complexo, entre a maioria dos entrevistados, somado a falta de recursos e os aspectos subjetivos envolvidos, está presente o discurso de deslegitimação dos sindicatos a nível nacional, com base nas novas medidas que buscam “enxugar” a máquina pública. Como a medida provisória (MP) 871, de janeiro de 2019, que acaba com a necessidade de declarações dos sindicatos para que trabalhadores rurais possam requerer a aposentadoria. Pelo texto, bastará uma autodeclaração do interessado que exerceu atividades no campo, cabendo ao INSS fazer o cruzamento de dados. Entretanto, tudo isso apenas dificulta ainda mais o acesso a aposentadoria, como nos explica o representante do Sintraf de Bujaru:

Essa política de cortes do INSS afetou todos os sindicatos, porque não é função do sindicato aposentar, a nossa função é orientar o agricultor, com relação à

documentação, isso só torna aposentadoria mais difícil para o agricultor [...] Mas no fim das contas não muda muito, porque o agricultor ainda tem que recorrer a nós, porque ele não sabe como organizar a documentação. O INSS inventou uma tal de autodeclaração que muda toda hora, também tem a questão de o agricultor não ter acesso à internet e também não saber utilizar a internet (Dirigente F do Sintraf da regional de Bujaru, entrevistado(a) em 2019).

Por mais que não seja função do sindicato “aposentar”, essa é a visão que muitos agricultores têm desse tipo de organização e é por esse motivo que muitos recorrem a ele, o que vai se refletir no seu interesse em se associar ou não.

Essa política assistencial, que é o serviço previdenciário prestado pelos sindicatos rurais, começou a ser implantada com a constituição de 1988, e foi complementada em 1991 pelas Leis 8.212 (Plano de Custeio) e 8.213 (Planos de Benefícios) (BRUMER, 2002, p. 57). Com a nova constituição, procurou-se garantir o acesso universal a previdência social, em regime especial, mas para isso o solicitante deveria se enquadrar em um dos seguintes critérios: “produtor, parceiro, meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes” (Constituição Federal, 1988, art. 195, § 8º). Essas condições permitiram maior acesso a previdência social pelas camadas mais pauperizadas do campo, repercutindo também na sustentação financeira dos sindicatos rurais.

Para Barbosa (2003) existem dois fatores que permitiram a captação de recursos da previdência pelos STRs, o primeiro envolve a comprovação da situação de agricultor em regime de economia familiar, sem empregados permanentes. Essa comprovação, como já foi mencionado antes, é feita através de declaração comprobatória emitida pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, que até pouco tempo era a instituição reconhecida pelo Ministério da Previdência Social como responsável por essa função:

O segundo fator é que o inciso V do artigo 115 da lei 8.213/91, permite ao STR o desconto de mensalidades dos aposentados e pensionistas a título de contribuição como sócio da instituição. Ao monopolizar os aposentados em regime de economia familiar e ter aporte legal para propor a contribuição destes aos STRs, há uma potencialização da arrecadação financeira dos STRs. Seguramente, estes recursos têm se constituído como fonte importante de financiamento não somente para os Sindicatos, mas para todo o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (BARBOSA, 2003, p. 06).

Para Barbosa (2003), essa nova política previdenciária ajudou a solucionar a crise financeira que os sindicatos rurais vivenciavam até a década de 1990, e que foi superada, com a contribuição dos aposentados e pensionistas e também dos beneficiários dos auxílios doença e maternidade. Tendo impactos diretos na sustentação financeira do Movimentos Sindical do

Trabalhadores Rurais. No 2º Congresso Extraordinário de 1999 da Contag foi estabelecido o convênio com o INSS para o desconto da contribuição diretamente na fonte.

Com isso, o processo de aposentadoria/pensão dos idoso(a)s rurais deixa de ser apenas um dos serviços prestados pelo STR, para assumir um caráter estratégico de sustentação financeira do MSTR como um todo. Na medida em que os aposentados passam a significar para os STRs a possibilidade de garantia mínima do financiamento do seu caixa, estes incrementam a burocracia administrativa para aposentar os agricultores de sua base e a partir daí torná-los filiados contribuintes (BARBOSA, 2003, p. 06).

A atual Medida Provisória que retira dos sindicatos a prestação do serviço previdenciário acabou com essa importante fonte de sustentação dos sindicatos. Tudo isso aconteceu junto com outras mudanças que procuram restringir os investimentos em áreas sociais, em um contexto de transformações na Previdência Social, que tem como marco a reforma da previdência. O objetivo da MP 871 seria realizar um “pente-fino” nos benefícios para evitar fraudes. Com isso, o governo federal parte do pressuposto de que as entidades sindicais seriam cúmplices de irregularidades na comprovação do tempo de trabalho dos agricultores, sendo necessário repassar essa responsabilidade para o próprio governo, diretamente com o INSS. Segundo o presidente da Contag: “Agora são os órgãos públicos que têm que homologar. Ou seja, isso não é mais com o INSS, na relação direta com os sindicatos. Isso pode diminuir o acesso dos agricultores e agricultoras à Previdência Social” (GUIMARÃES, 2019). Essas constatações desanimaram alguns agricultores em continuar contribuindo com o sindicato, segundo pode ser percebido pelo relato abaixo, de um agricultor que esteve filiado ao STRR por 6 anos:

Em 2012 eu sofri um acidente, ai dependi de beneficio e foi o que fez eu me filiar ao sindicato, tá? Então, eu trouxe isso tudo corretamente ai vários anos, mesmo perdido o beneficio, que eu perdi, eu continuei pagando, tá? Só que ai após o Sr. Bolsonaro, que sugeriu aquela palavra de [...] não dependia de pagar o sindicato dos trabalhadores, porque eles esclareceu mesmo pesado a respeito deles lá, então ainda andei pagando mais ai uns quatro meses, após essas conversas, ai vi mesmo o povo se afastando e eu também parei (R. S., 52 anos, agricultor(a) do assentamento Nova Inácia, entrevistado(a) em 2019).

Esse tipo de medida reafirma a influência do neoliberalismo, com sua defesa de uma intervenção mínima do Estado e sua tentativa de desarticular as organizações sociais que lutam por direitos trabalhistas e políticas sociais.

Sendo assim, o papel que a obtenção de benefícios como aposentadoria, auxílio maternidade, auxílio por acidente de trabalho e auxílio doença desempenham na atração de novos sócios é um dos aspectos mais importantes para compreender o que se entende por

“pagamentos da militância”, Daniel Gaxie (2005) explica bem ao falar que por mais que os universos militantes tentem se apresentar desinteressados, censurando a existência de interesses próprios separados da causa da ação coletiva, ainda assim deve-se considerar esses pagamentos como elementos importantes para entender os investimentos e desinvestimentos ativistas.

Gaxie, em artigo anterior (1977), havia reconhecido que o apego a uma causa poderia ser um fator de mobilização, além de também não desconsiderar a existência de “motivos ideológicos” para a ação militante, mas insistiu na importância de “outros incentivos” (Gaxie 1977, p. 128):

Esses “outros incentivos” diferem dos motivos oficiais da ação coletiva e, ao mesmo tempo, questionam seu alcance. Embora eles sejam geralmente obscurecidos ou minimizados em muitas representações “espontâneas” de militância, eles são facilmente observáveis, especialmente em certos comportamentos, percepções e declarações de ativistas (GAXIE, 2005, p. 162).

São incentivos que este entende como “não oficiais”, como é o caso de líderes, que utilizam suas posições de poder como uma fonte de renda, a possibilidade de viver da política, além de construírem um programa e uma ideologia, assim como também obterem gratificações simbólicas, como prestígio, honra e poder. Esse tipo de incentivos também pode ser aplicado para outras posições hierárquicas, que mesmo não sendo remunerados, são de fato “recompensados”:

[...] por vários benefícios do poder e da “notabilidade” (reconhecimento, prestígio, sentimento de importância, satisfação de atuar no mundo para transformá-lo, poder sobre coisas e pessoas, títulos para intervir em vários espaços informações estratégicas públicas) e, muitas vezes, por estima, carinho e até a admiração de seus companheiros de luta. Se aqueles que são designados como “Ativistas de base” não têm acesso a esses lucros de energia, sua atividade ainda fornece vários motivos de satisfação que também ajudam a apoiar, ou mesmo para reforçar suas provisões para investimento (GAXIE, 2005, p. 162).

Olson (1998) avaliou que uma grande parte dos membros de grupos de interesses dificilmente realizam objetivos comuns por livre e espontânea vontade, sendo necessário algum tipo de convencimento físico ou financeiro. Segundo ele, seria necessário existirem estratégias de coação dos indivíduos, como punições, ou mesmo incentivos seletivos, como recompensas, por exemplo, para que esses indivíduos adequassem o seu comportamento aos interesses coletivos.

No caso do STTR, os ativistas de base, assim como os delegados sindicais, têm nos auxílios e na aposentadoria um incentivo para os seus investimentos. É o que nos explica um

dos delegados sindicais (filiado ao STTR há 12 anos), ao ser questionado sobre se já recebeu ajuda do sindicato quando necessitou.

Foi até este ano, eu trabalhando aqui, construindo essa casa e eu terei o meu pé com uma maquieta, aí eles pediram o laudo médico, né? Aí, eu consegui o auxílio doença, consegui com o sindicato, ele entrou comigo, ele ajudou tudo, eu não podia sair daqui, minha mulher foi, graças a deus! Aí, eles ajudaram tudinho, através do sindicato eu consegui, se eu não fosse trabalhador rural, não ia passar, porque não ia ter como provar, que tava trabalhando (J. A., 44 anos, delegado(a) sindical do STTR na comunidade do Galho, entrevistado(a) em 2019).

Este tipo de retorno do investimento ajuda a manter o engajamento e a confiança dos membros. Klandermans (1997) confirma isso ao explicar que se as expectativas iniciais de uma pessoa forem atendidas, é provável que seu compromisso com a organização seja solidificado. Por outro lado, experiências ativistas insatisfatórias reduzirão o comprometimento e participação subsequente. Como foi o caso de uma agricultora da comunidade do Galho, que foi filiada ao STTR por 2 anos e meio, mas havia deixado de pagar depois de ter o seu pedido do auxílio doença negado.

Aí eu fui fazer a perícia, cheguei lá e na perícia me disseram “com dez dias a senhora vai no correio que lá vai tá sua carta”, aí eu fui, quando deu dez dias ligaram e eu fui, cheguei lá a carta deu indeferido, aí eu fui no sindicato, aí eles ficaram “ahh senhora tem que botar o advogado agora”, mas eu achei assim, já que eu pago uma associação, quem tem que passar na frente é pessoal da associação. Se eles têm o advogado, era pra eles terem dito assim: “olhe, você venha tal dia que a gente vai com o advogado daqui do sindicato”. Olha, agora pra mim o sindicato não valeu nada (A. C., agricultor(a) da comunidade do Galho, entrevistado(a) em 2019).

Sendo assim, além dos benefícios que podem ser acessados com a ajuda do sindicato, outro fator importante para manter os agricultores engajados é o apoio dispensado por estes nos momentos importantes, o que estimula a permanência e dedicação dos membros.

Favareto (2006) estudou a estrutura e a dinâmica do sindicalismo rural brasileiro a partir da obra de Charles Tilly e defende que devemos considerar quatro instâncias fundamentais: as redes sociais que envolvem seus participantes; as identidades desdobradas em conflitos coletivos; as estruturas dadas pela acumulação de compreensões partilhadas; e, finalmente, as estruturas de oportunidades políticas, significativas para a história dos movimentos sociais e, a um só tempo, transformadas pela atuação desses mesmos movimentos (FAVARETO, 2006, p. 28).

Poderíamos adicionar aqui um quinto elemento: a motivação, um fator que atua como mobilizador para o engajamento e que ainda recebe pouca atenção teórica. Por isso analiso as motivações que incentivam os agricultores a aderir a essas organizações sociais, a partir da

consciência que estes têm dos limites e possibilidades do engajamento, bem como dos estrutura de incentivos presentes no meio social e organizacional. Além disso, a motivação depende também das expectativas dos atores, o que eles acreditam que iram obter ao se associar a uma organização. Esse tipo de questionamento envolve um leque de possibilidades, com focos de análise que incorporam aspectos individuais, sociais e organizacionais e ideológicos, que serão objetos da próxima análise.

4 MOTIVAÇÃO PARA O ENGAJAMENTO

4.1 DO INDIVIDUAL AO SOCIAL: A FORÇA DA MOTIVAÇÃO

Entender o porquê de se tornar membro de um sindicato, é uma questão que traz à tona uma categoria teórica importante, a *motivação*, que permite discutir os aspectos individuais que envolvem a ação coletiva. Segundo Klandermans e Stekelenburg (2007, p. 44), “motivação é o desejo de atingir um objetivo, combinado com a energia para trabalhar em direção a esse objetivo”, ou seja, a motivação não significa apenas o *interesse* para fazer algo, mas a vontade prática de realizá-lo. O estudo sobre motivação esteve durante muito tempo restrito à esfera da administração e da gestão de pessoas, aplicada ao trabalho, sendo também desenvolvido pela psicologia organizacional e comportamental, no entanto, estudiosos identificaram nesse tema as possibilidades de sua aplicação aos movimentos sociais. Com algumas pesquisas já tendo sido feitas no sentido de compreender as motivações por trás do engajamento em ações coletivas (DUNCAN, 1999; FEATHER; NEWTON, 1982; KLANDERMANS, 1997, 2007; VAN ZOMEREN et al., 2004).

Enxergar a motivação para o engajamento como um fenômeno que envolve não só aspectos psicológicos, mas também sociais e econômicos, é importante para pensar os dilemas enfrentados pelas organizações sociais, que devem se preocupar com a interação entre diferentes níveis de análise, uma vez que as questões psicológicas sociais são aquelas que envolvem a malha entre o eu e a sociedade. Duncan (1999), que analisa o ativismo feminista, apresenta um modelo em que variáveis intrapessoais, como personalidade e experiências de vida contribuem para a consciência de grupo e essa consciência de grupo, por sua vez, *motiva* a ação coletiva. Com a utilização de dois estudos, Feather e Newton (1982), apostam na abordagem expectativa-valência¹⁵, incorporando valores gerais (concebidos como motivos) à sua análise e como estes têm implicações práticas nas estratégias do movimento social. Van Zomereren et al. (2004) procuram explicar como, quando e por que grupos desfavorecidos são motivados a se envolver em ações coletivas, com base em uma distinção analítica entre processos de enfrentamento focados na emoção e no problema.

¹⁵ A teoria da expectativa ou também chamada de teoria da expectância é uma ampla teoria da motivação desenvolvido primeiramente por Victor Vroom, ampliada por Porter e Lawler em 1968 e complementada por outros autores.

Nas últimas décadas, sociólogos e cientistas políticos, a maioria estudiosos dos movimentos sociais, têm discutido como os níveis individuais e sociais se conectam. Simon (2011) aproxima a identidade coletiva da psicologia social e Granovetter (1973) discute a importância dos laços fortes e laços fracos no seu estudo dos grupos. Estudando movimentos sociais, Melucci (1996) destaca a importância da interação, através de redes relacionais. Klandermans (1997; 1992; 2007) trata da psicologia social aplicada ao protesto e da mobilização do consenso; Tarrow (1992; 2011 [1994]) analisa o papel da ação coletiva de confronto, que ele considera a base dos movimentos sociais. Snow, Benford e colaboradores discutem a questão dos frames, ao redefinirem esse conceito de Erving Goffman como quadros interpretativos, dando visibilidade à dimensão simbólico-cultural na análise da formação, atuação e impacto dos movimentos sociais (SNOW et al., 1986; SNOW; BENFORD, 1992, BENFORD; SNOW, 2000).

Levando isso em consideração, por meio desse estudo eu procurei sintetizar as abordagens da psicologia social e da sociologia. Segundo McAdam (1988), até meados da década de 1970, o estudo dos movimentos sociais era dominado pela teoria e pesquisa focada no nível micro de análise, isso traía uma visão de que os movimentos sociais eram menos uma variedade de ação política racional do que uma forma de “comportamento coletivo” que opera principalmente no nível psicológico social. A turbulência política desse período, fez ressurgir novos modelos de análise, nos Estados Unidos, por exemplo, a década de 1970 deu lugar a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) e a Teoria do Processo Político (TPP), essas perspectivas atribuem racionalidade aos participantes do movimento e postulam uma continuidade fundamental entre a política institucionalizada e a política do movimento. Entretanto, à medida que a teoria dos movimentos sociais continuou a se deparar com os movimentos dos anos 70 e 80, a psicologia social ressurgiu com novo vigor, e os estudiosos procuraram, por meio das suas abordagens, responder questões deixadas de lado pela TMR, com sua ênfase nos recursos materiais disponíveis para ativistas individuais e a TPP com sua estrutura de constrangimentos políticos, que servem de determinantes para as ações dos agentes.

Sendo assim, os estudos sobre motivação estiveram relacionados em um primeiro momento a sua instrumentalidade, uma vez que haveria um cálculo racional que levaria ao engajamento (OLSON 1998; OBERSCHALL, 1973; MCCARTHY; ZALD, 1977; TARROW, 2011 [1994]; TILLY, 1981). Como nos apontam Klandermans e Stekelenburg (2007, p. 45):

A instrumentalidade tornou-se o foco da literatura sobre a participação do movimento quando a mobilização de recursos e a teoria dos processos políticos se tornaram o paradigma dominante do campo. Foi enfatizado que a participação no movimento é tão racional ou irracional quanto qualquer outro comportamento. Os participantes do movimento eram vistos como pessoas que acreditam que uma situação pode ser alterada a custos acessíveis. Em outras palavras, a participação no movimento é vista como uma escolha racional, a partir da expectativa de que o protesto produzirá certos resultados e o valor desses resultados.

Já no segundo momento, com o ressurgimento da psicologia social, as motivações teriam como aspecto central a identidade, levantando a hipótese de que a forte identificação com um grupo torna mais provável a participação em ações políticas coletivas em nome desse grupo (HUDDY, 2003; SIMON, 2004; STRYKER; OWENS; WHITE, 2000, para um tratamento abrangente do assunto). A partir disso, alguns autores procuraram reaproximar a psicologia social da ação coletiva, no entanto, como nos alerta McAdam (1988), é importante que se abandone a divisão tradicionalmente feita entre esses dois campos de análise e procurar estabelecer “pontes” teóricas intermediárias que nos permitam unir o trabalho empírico nesses dois níveis. Levando em consideração que os movimentos ocorrem em um contexto macro, seu desenvolvimento real depende claramente de uma série de dinâmicas mais específicas que operam no nível micro. Na presente pesquisa, eu optei por utilizar as duas abordagens de análise a fim de compreender as motivações para o engajamento destacando a forma específica que elas assumem.

Sendo assim, analisar as motivações por trás do engajamento no sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais, é uma condição necessária para o entendimento dos impasses vividos pelas organizações do campo e sua forma de lidar com as demandas e as expectativas dos seus filiados. Nesse sentido, qualquer sindicato necessita de uma certa quantidade de membros, a fim de ter legitimidade, reconhecimento institucional e força para lutar.

Identificar como as lideranças procuram atrair novos membros e a forma como lidam com os atuais desafios enfrentados pelos sindicatos hoje, que envolvem uma série de questões, como a retirada de funções assistenciais, a concorrência de outras organizações, a sustentação financeira, entre outras problemáticas que implicam em limitações a atuação dos sindicatos.

Todos estes são aspectos macroestruturais, que dificultam a mobilização dos atores no meio rural, e que por isso mesmo apontam para a necessidade de repensar velhas práticas e introduzir outras formas de ação.

Com base nisso, a partir das entrevistas realizadas com os agricultores, foram identificadas algumas motivações consideradas centrais para o engajamento no sindicato, a primeira delas está relacionada à aquisição da aposentadoria, para a qual, como foi mencionado antes, é necessária uma declaração que é emitida pelo sindicato. A partir disso, foi possível retirar uma porcentagem das motivações centrais elencadas pelos agricultores.

Quadro 1. Principais motivações elencadas pelos agricultores para se filiar ao STTR.

MOTIVAÇÃO	NÚMERO DE AGRICULTORES	PORCENTAGEM
Aposentadoria	8	44%
Salário maternidade	2	11%
Auxílio doença/ acidente de trabalho	2	11%
Apoio jurídico/ Documentação	3	17%
Motivos coletivos e ideológicos	3	17%

Fonte: a autora, 2019.

Como é possível perceber, a aposentadoria continua sendo o atrativo mais importante para a filiação ao sindicato, por mais que o tema da motivação pareça ser um fator exclusivamente individual, este é construído por meio de uma estrutura de incentivos, que se dá por meio das relações e interações dos indivíduos, como nos explica Melucci (1996, p. 65):

Finalmente, a motivação para participar não deve ser confundida com uma variável que se refere exclusivamente a um indivíduo. Para ter certeza, ele está enraizado em diferenças psicológicas individuais e traços de personalidade; mas isso é através da interação que é construída e fortalecida. Uma decisiva influência sobre a motivação é exercida pela estrutura de incentivos, que é variável de valor atribuído precisamente através das redes relacionais que unem os indivíduos.

Por isso, além dos motivos mais individuais (como aposentadoria), existem também as motivações movidas por interesses coletivos, como se expressa na fala de uma agricultora, filiada ao sindicato há 7 anos:

Quando eu me filiei, eu pensei mais na área da saúde mesmo, por melhoria nessa área, quando as meninas fazem reunião aqui, eu até dou uma cutucada “porque vocês não vão no superior de vocês e pedem pra montar um posto ou até mandar um técnico visitar essas pessoas”, a maioria das pessoas aqui são idosos, cheios de problemas de saúde (T. A., 42 anos, agricultor(a) do assentamento Nova Inácia, entrevistado(a) em 2019).

Essa mesma agricultora me informou que estava terminando um curso de técnica em enfermagem, pensando justamente em ajudar a sua comunidade, em vista da carência desse tipo de serviço no assentamento.

Um dos delegados sindicais do STTR, apresentou motivos que posso considerar como “ideológicos” para sua filiação ao sindicato, já que estes possuem ligação direta com a sua identificação com a causa dos trabalhadores do campo.

O sindicato luta pelos direitos dos trabalhadores. O sindicato, a Fetagri se reúne, eles vão [...] eles brigam com o governo pelos direitos dos agricultores. Foi por isso que eu entrei, porque achava importante fazer parte de uma sociedade como o sindicato. (J. A., 44 anos, delegado(a) sindical do STTR na comunidade do Galho, entrevistado(a) em 2019).

Ao frisar essas duas falas, queria fazer denotar um dos elementos essenciais das Teorias dos Novos Movimentos Sociais, qual seja: a separação da ideia de ideologia, da visão tradicional marxista que a apontava como falsa representação do real, para a sua apropriação como uma forma de identidade dos atores para a luta e defesa de seus interesses (GOHN, 1997). Gohn analisa os movimentos sociais como “ações sociopolíticas construídas por atores sociais” e enfatiza:

As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados (GOHN, 1997, p. 251).

Segundo essa autora, a identidade coletiva cria esse senso de solidariedade em relação ao grupo do qual um determinado indivíduo faz parte e que se expressa nas duas falas citadas acima.

Além disso, para entender o que motiva um indivíduo a se engajar em uma organização, alguns autores trabalharam com a concepção de relatos biográficos, uma espécie de análise de vida, que procura destacar as conexões que favorecem os indivíduos a entrarem em contato com a militância política. “[...] os relatos biográficos são reveladores, de um lado, de uma sequência de posições (sociais, familiares, escolares, profissionais, políticas) ocupadas pelo indivíduo ao longo da sua vida em espaços sociais e profissionais diversificados [...]” (PETRARCA, RIBEIRO, 2015, p. 173). A partir dos relatos biográficos é possível perceber em que espaços sociais os ativistas estão inseridos e as histórias de vida que dão sentido ao

seu engajamento. Mesmo sem usar esse método, consegui avançar na compreensão das razões do engajamento dos sindicalistas por meio das entrevistas em profundidade.

A importância de identificar as figuras que são fundamentais para a passagem à ação, em uma carreira militante, é algo que permite a compreensão não só da estrutura de incentivos, mas também dos vínculos sociais dos indivíduos. É o que a psicossocióloga Molly Andrews (1991), tentou analisar por meio da biografia de militantes socialistas britânicos, entre os anos de 1930 e 1980, ela identificou três influências principais na formação da consciência política dessas pessoas: os estímulos intelectuais, o papel de organizações bastante visíveis e o de indivíduos reconhecíveis (ANDREWS, 1991).

Quanto ao primeiro caso, Andrews constatou que os operários só se interessaram por leitura de obras políticas, a partir da influência de outros militantes, com a educação formal desempenhando um papel pouco expressivo no seu engajamento. Esse fato também pode ser percebido entre os agricultores filiados ao STTR, quando questionados sobre o que os fez se aproximar do sindicato, nenhum mencionou estímulos intelectuais. Algo complicado entre os agricultores, pois antes deveria ser feito um levantamento de quantos leem. Mas talvez ocorresse a leitura da bíblia, especialmente no caso da Teologia da Libertação, que teve forte influência em municípios como Bujaru. E é a partir desse caso, que entra o papel das organizações visíveis, como a Igreja Católica. Um dos dirigentes do STTR, nos relata que a atuação da igreja foi fundamental para a sua filiação ao sindicato:

O que fez eu me aproximar do sindicato, porque eu trabalhei doze anos na pastoral da criança, na paróquia de Bujaru, ai na época era a imã Fátima que trabalhava com a gente, ai ela sempre orientava que as mulheres tinham que se associar no sindicato, porque ia chegar um tempo que a gente não ia conseguir nada senão fosse sócio do sindicato, que é um órgão que defende o trabalhador rural, então através dessa participação, desse meu trabalho com a pastoral da criança, eu consegui me associar do sindicato, em 85 e até hoje eu continuo pagando e espero não desanimar nunca (Dirigente B do STTR, entrevistado(a) em 2019).

Isso corrobora o que Andrews percebeu, por meio dos militantes oriundos das classes médias, segundo ela a religião desempenhou um papel determinante na conscientização da injustiça, partir de algumas figuras importantes, como pastor ou algum líder associativo. Quanto terceiro ponto, indivíduos reconhecíveis, Molly Andrews descarta “as predisposições familiares”, por estas se mostrarem relativamente fracas, no contexto em que analisa. Nesses casos analisados por ela, geralmente quem inicia o indivíduo no movimento muitas vezes é um vizinho, um colega de escola ou de trabalho mais velho (ANDREWS, 1991).

No caso de alguns dos agricultores filiados ao STTR o mesmo não pode ser constatado pois, segundo um dos entrevistados, a família representou um papel importante na sua filiação.

Eu entrei no sindicato pelo seguinte: os meus tios sempre foram do PT, me criaram lá [...]. Ai, eu sou assim, que quando tem uma função, que tem mais gente na família, eu sempre tava no lado, né? Tio Pedro sempre foi do sindicato, do PT, e eu fui funcionário com ele, visitava sempre quando ele tava numa reunião, “bora lá, Aurélio, bora lá, ai eu umbora”, ai eu ia lá. Ai vai, vai e o cara se habilita naquilo, né? (F. R., 64 anos, ex-delegado(a) sindical do STTR, morador da comunidade Igarapé João, entrevistado(a) em 2019).

Outro agricultor, filiado há 8 anos ao STTR, nos informou como seus pais, que são sindicalizados, serviram de incentivo para que este também se filiasse.

Bom, foi através de incentivos na verdade, né? Como eu já vinha acompanhando os meus pais, e eu via o trabalho que eles tinha, né? O sacrificio. Ai eu fiquei trabalhando... ai concorri ao cargo, né? De secretário geral. Hoje tô com seis anos e um mês no cargo (Dirigente A do STTR, entrevistado(a) em 2019).

Os pais serem sócios do sindicato também foi o motivo alegado por esse outro delegado sindical:

Até porque a minha mãe era sócia, eu conheci minha mãe sendo sócia do sindicato, ela deixou de ser sócia depois que morreu, meu pai a mesma coisa, isso serviu de incentivo pra mim (J. A., 44 anos, delegado(a) sindical do STTR na comunidade do Galho, entrevistado(a) em 2019).

Esses são apenas alguns dos casos em que a família representou um papel importante no engajamento político, por meio da análise biográfica “[...] é possível apreender os diferentes espaços sociais em que os ativistas estão inseridos e as múltiplas histórias de vida utilizadas para dar um sentido ao seu engajamento” (PETRARCA, RIBEIRO, 2015, p. 173). Esses fatores pessoais, muitas vezes passam despercebidos quando se pretende compreender o engajamento. No entanto, assim como explica Oliveira (2010) Esses diferentes níveis de experiência permitem “apreender as lógicas que conduzem ao engajamento e à permanência na militância como resultado de constrangimentos específicos relacionados aos locais, aos itinerários individuais e aos espaços sociais dentro dos quais os atores estão inseridos” (p. 58).

Pode-se concluir que o engajamento quando tem como referências aportes familiares, o comprometimento parece se manter mais duradouro, ao contrário dos que se tornaram sócios por motivos exclusivamente estruturais, como aquisição do benefício da aposentadoria.

4.2 SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES: CONCORRÊNCIA OU PARCERIA?

Outro ponto que vale a pena ser mencionado, diz respeito as competências exigidas dos membros por essas organizações, quanto mais exigências, mais difícil manter o engajamento por um longo período. Segundo Sawicki e Siméant (2011, p. 238), “certas associações permanecem atraentes precisamente porque conseguem, mais do que outras, oferecer atividades pouco técnicas ou pouco exigentes ideologicamente a quem quiser se engajar”. No caso do STTR de Concórdia, as exigências maiores aplicam-se aos dirigentes e aos delegados sindicais, ficando os sócios apenas com a responsabilidade de contribuírem mensalmente e participarem de algumas reuniões.

Mesmo com tão poucas exigências, foi possível identificar que o STTR de Concórdia sofre uma certa concorrência de outras organizações que se mostram mais atraentes aos agricultores, a exemplo de outros sindicatos, como o Sintraf (ligado à Fetraf Pará no plano estadual e à Fetraf-Brasil, no plano nacional). Esse possui algumas características que podem torná-lo uma alternativa ao STTR, como o fato de sua filiação ser familiar e não individual, mesmo com a contribuição sendo um pouco mais alta (Sintraf de R\$ 20,00; STTR R\$ 17,50), este valor seria compensatório em relação ao do STTR, pelo fato de seus serviços abarcarem todos os membros do grupo familiar. Entre esses serviços constam não só os habituais assistência médica-odontológica, jurídica e previdenciária, como também descontos em óticas, funerária e exames, como explicou o presidente do Sintraf de Bujaru.

As outras organizações que podem representar concorrência ao STTR são as associações de produtores, que estão presentes em quase todas as comunidades rurais. Segundo dados da Secretaria de Agricultura de Concórdia, existem em torno de sete associações legalizadas na região, com outras em vias de serem reconhecidas juridicamente. Segundo Sena, Sena e Filho (2017):

As associações são formas jurídicas adotadas para iniciativas chamadas de movimentos, entidades, grupos comunitários, etc. Que tenham decidido legalizar-se para obter mais visibilidade perante a sociedade com o objetivo de promover e ampliar a defesa dos seus associados e de buscar melhorias técnica, profissional e cultural dos mesmos. Está amparada legalmente pela constituição brasileira de 1988 (art.5º) e pelo Código Civil (SENA, SENNA, FILHO, 2017, p. 399).

Algumas condições tem tornado as associações de produtores, organizações mais atrativas que os sindicatos rurais, uma destas se relaciona ao fato de atenderem as demandas de um grupo específico de agricultores, tendo maior proximidade destes, uma vez que quase

todas associações possuem uma sede em cada localidade que representam, o que elimina a necessidade de ir à cidade resolver qualquer questão, como é o caso do sindicato que tem sua sede localizada na área urbana, isso, claro, nos casos em que os próprios delegados sindicais não possam intermediar o problema. Soma-se a isso o fato de o valor da contribuição ser menor. No entanto, a função mais importante das associações se relaciona à comercialização da produção dos agricultores e no atendimento de outras demandas específicas. Com explica o presidente da Associação dos Produtores do Assentamento Nova Inácia:

[...] Qualquer recurso que tem pelo Incra, né? A associação tando tudo ok, a gente tem possibilidade de ser atendido também. [...] Essas pessoas que fazem parte da associação, a gente tem a capacidade de se precisar de algum documento, a gente vai e tira, libera o mais rápido possível, dependendo deles procurarem a direção da associação. Sempre a gente se preocupou nessa parte porque a gente tem muito agricultor que precisa, até mesmo de ir em Concórdia tirar um documento, tem vezes que a gente vai em Belém ou então em Tomé-açu, ai gente vai e adianta isso pra eles (O. M., integrante da Associação dos Produtores do Assentamento Nova Inácia, entrevistado(a) em 2019).

De acordo com Maneschy, Maia e Conceição (2008), o acesso ao crédito bancário, foi um dos impulsionadores para a proliferação de associações rurais no Nordeste paraense, financiado principalmente por instituições governamentais, como o Banco da Amazônia (BASA) e o Banco do Brasil. Com os agricultores sendo incentivados a buscar financiamento por diferentes atores e organizações:

Em que pesem a adoção induzida dessa forma de cooperação e as formalidades legais pertinentes, a busca dos financiamentos oficiais espalhou-se aceleradamente, em razão de suas vantagens econômicas. Os pequenos produtores foram frequentemente incentivados a buscar esses financiamentos por outras organizações governamentais, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), por prefeituras, por autarquias como o Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE), por organizações profissionais rurais, como sindicatos ou colônias de pescadores – e, não raro, por políticos locais, como vereadores, candidatos e seus assessores (MANESCHY; MAIA; CONCEIÇÃO, 2008, p. 89).

As parcerias realizadas entre as associações e órgãos governamentais como o PAA¹⁶ e o PNAE¹⁷, por exemplo, garantem uma renda para famílias agricultoras e permitem a

¹⁶ Segundo o site do Governo Federal (2020) “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das principais políticas de apoio e incentivo à agricultura familiar no Brasil. Por meio dessa iniciativa, agricultores, cooperativas e associações vendem seus produtos para órgãos públicos. Em 2019, o Ministério da Cidadania disponibilizou mais de R\$ 285 milhões para a Compra Institucional, uma das modalidades do programa.

¹⁷ Já segundo o Portal do FNDE (2020) “O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino”.

sobrevivência das associações, que ganham cada vez mais espaço, como nos relata uma das integrantes da Associação dos Produtores Nova Esperança (Asprune) e ex-presidente do STTR de Concórdia:

Na verdade, hoje as associações estão mais fortalecidas do que os sindicatos, porque o sindicato hoje não tem de onde tirar uma renda, por que o sindicato precisa de um certo número de filiados, mas se os filiados desacreditam do sindicato eles vão pagar o sindicato pra quê? Então as associações que comercializam acabam ficando mais fortes, porque tem de onde tirar uma renda, o sustento da associação tá garantido (A. L., 52 anos, integrante da Asprune e ex-presidente do STTR de Concórdia, entrevistado(a) em 2019).

Esse relato expressa uma preocupação com o futuro dos sindicatos, no que diz respeito a sua possibilidade de sustentação financeira, uma vez que por não poderem mais emitir a declaração de trabalho no campo para a solicitação das aposentadorias dos agricultores, teriam uma drástica queda no número de filiados e, conseqüentemente, no pagamento da contribuição sindical, visto que pelas novas regras o INSS seria o único responsável por validar as autodeclarações dos agricultores:

Hoje só paga sindicato, pessoas bastante conscientes, sabe? Que têm um mínimo de consciência de saber, que por mais que esteja fraco, ainda é uma entidade que se resolver lutar, tem força, e outros que pagam são aqueles que querem se aposentar, e que com essa reforma da previdência, nem isso vão conseguir, porque o que tava sustentando os sindicatos eram eles servirem de balcão da previdência, mas como agora o governo federal vem trazendo uma bandeira de que os sindicatos não vão mais poder emitir declaração (A. L., 52 anos, integrante da Asprune e ex-presidente do STTR de Concórdia, entrevistado(a) em 2019).

Os agricultores aposentados pelo sindicato tinham descontados diretamente na folha de pagamento a contribuição sindical, com esse tipo de serviço sendo retirados dos sindicatos fica cada vez mais difícil a sua manutenção. No entanto, nem tudo está perdido, daí vem um aspecto importante que pode surgir que é a possibilidade de uma parceria entre sindicatos e associações, conforme nos relata a integrante da Asprune:

Se o sindicato for esperto ele vai ter que articular com as associações e é isso que o nosso faz, o STTR, porque se for depender deles mesmos, tá difícil, porque ninguém vai mais pagar o sindicato (A. L., 52 anos, integrante da Asprune e ex-presidente do STTR de Concórdia, entrevistado(a) em 2019)

Podemos encontrar na comercialização dos produtos dos agricultores que é realizados todas as sextas-feiras, em frente à sede do STTR, em Concórdia, um exemplo dessa articulação entre o sindicato e as associações.

Figura 8. Sede do STTR, em Concórdia do Pará, onde é realizada a comercialização da produção dos agricultores.



Fonte: A autora, 2019.

A gente tem uma associação do próprio assentamento, porque pra gente conseguir os benefícios, a gente precisava criar uma associação, porque era um assentamento pelo INCRA e a gente precisava de fomento, habitação, estrada, água, energia, essas coisas, a gente criou a associação e a gente conseguiu tudo isso (Dirigente B do STRR, entrevistado(a) em 2019).

Esse ajuda prestada pelo sindicato indica que a relação do STTR com as associações não é de competição, mas de apoio mútuo, segundo pode ser constatado pelo relato de um dos representantes de outra associação de produtores de Concórdia:

A gente tem uma parceria muito grande, desde [...] há mais de seis anos. Eles nos ajudam com questão documentária, reuniões, alojamento, organizações, tem movimento, eles organizam e convidam a gente, a gente vem. Quando a gente quer, tipo assim, fazer o planejamento da agricultura, a gente tá junto, porque a gente faz parte do Conselho Municipal de Agricultura Familiar. Na questão da venda da merenda escolar, o PNAE, né? E a gente sempre tá junto, unido, pra questionar preço, quantidade e a gente faz essa divisão igual pro Município (L. C., Associação dos Produtores da Comunidade São Benedito do Jutai, entrevistado(a) em 2019).

Esse tipo de comercialização garante para os agricultores uma parte significativa de sua renda. Essa forma de vender os seus produtos é importante para o abastecimento das cidades e ocorre em quase todos os municípios do Nordeste paraense:

Em vários Municípios existem as chamadas “feiras do produtor”, onde os (as) agricultores (as) de base familiar negociam diretamente com os consumidores. A circulação dos produtos ocorre em diversos municípios de dentro e fora dessa região, incluindo a capital Belém e cidades de outros estados (CORDEIRO; ARBAGE; SCHWARTZ, 2017, p. 53).

Para a integrante da Asprune, a possibilidade de as associações comercializarem seus produtos com os programas do governo, foi uma oportunidade única:

Se o governo não mexer na comercialização do PNAE e do CONAB, eu acho que a gente vai conseguir se manter, com a associação, se mexerem nessa área, aí a associação vai acabar e todo mundo vai voltar a comercialização individual de novo, com atravessador e aí é salve-se quem puder (A. L., 52 anos, integrante da Asprune e ex-presidente do STTR de Concórdia, entrevistado(a) em 2019).

Segundo Sena, Sena e Filho (2017), as associações rurais tem uma importância fundamental para o fortalecimento dos agricultores familiares no meio rural, uma vez que estas possuem “a capacidade de envolver diferentes camadas sociais em diferentes situações, e ter a facilidade de união com outros movimentos como: os sindicatos, cooperativas etc., para abrir novos caminhos e fortalecer suas ações” (p. 401). Assim, deve-se perceber que ao mesmo tempo que as associações tem uma flexibilidade e adaptabilidade, talvez maior que os sindicatos, no entanto, por serem muitas e representarem grupos específicos, precisam garantir um engajamento mínimo de seus associados, caso contrário também tendem a desaparecer, após o abandono de seus membros.

Assim, ao ser questionado sobre a força das associações e a possibilidade de um futuro declínio dos sindicatos, um dos delegados do STRR, residente na comunidade do Galho, fala o seguinte:

Tem muita sociedade que a gente vê que funda uma associação ai, depois vai por água abaixo, se acaba e o sindicato que eu conhecer, eles dão uma enfraquecida, mas eles não se acaba, ele permanece, as outras fálham, vão embora e o sindicato permanece (J. A., 44 anos, delegado(a) sindical da comunidade do Galho, entrevistado(a) em 2019).

Sendo assim, a crença em uma organização forte e estável é algo que permitiu que o engajamento se mantenha por tempo prolongado. O sindicato, nesse sentido, por se apresentar para alguns como uma entidade que consegue permanecer mesmo com passar do tempo e das circunstâncias adversas, é algo que ajuda a fortalecer essa crença.

Sobre as semelhanças e diferenças entre o sindicato e as associações, o que podemos perceber é que estes têm em comum a busca por melhorias na qualidade de vida do trabalhador do campo, mas enquanto o sindicato, para muitos, apresenta um caráter mais

amplo de representação, com temas como a defesa da agricultura familiar e da reforma agrária, as associações demonstram ter características mais específicas, até pelo fato de representar apenas uma pequena parcela dos agricultores. Conforme Corrigan-Brown (2012), as organizações que se concentram em uma questão particular ou um conjunto restrito de questões, em relação às que tratam de maneira mais ampla uma variedade de questões cruzadas (que podem incentivar os indivíduos a se envolverem em uma infinidade de problemas), têm menos probabilidade de permitirem o envolvimento a longo prazo; pelo contrário, as pessoas tendem a se engajar em outras organizações que aprofundam algumas das questões pelas quais eles são mais apaixonadas.

Um ponto importante a ser salientado, é que aqueles, que em um primeiro momento reconhecem no sindicato apenas a função de garantir declarações para a aquisição do benefício da aposentadoria, têm dificuldade de enxergar o mesmo enquanto uma instituição que valha a pena se engajar, uma vez que esse papel foi posto em dúvida com a retirada dessa função por parte do governo. No entanto, no caso dos que entendem o sindicato como um instrumento de luta para ter acesso a uma série de políticas públicas, o engajamento se mostra uma escolha viável e necessária.

Mesmo com fato de os agricultores apresentarem a aposentadoria como justificativa para a sua filiação, não é possível atribuir o engajamento no STTR de Concórdia exclusivamente a uma única motivação. Cabe aqui fazer uma distinção entre os tipos de motivação associados aos diferentes níveis de engajamento (sócios, delegados sindicais e dirigentes) que os sindicalistas desenvolvem. No caso dos agricultores que são apenas sócios (ou seja, aqueles que têm pouca participação efetiva no sindicato) citam a aposentadoria como principal motivação, entretanto, entre os delegados sindicais e dirigentes que apresentam maior nível de engajamento pode-se constatar que, por mais que estes também tenham citado a aposentadoria, muitos fizeram referência a outros fatores, como as influências familiares ou de outras lideranças e o interesse de serem úteis a sua comunidade. É inegável que o determinante econômico foi o principal motivo elencado pela maioria dos sócios, enquanto os determinantes individuais podem ser associados mais com os níveis mais elevados de engajamento (dirigentes e delegados sindicais).

Apesar disso, não há como atribuir apenas aos condicionantes estruturais (aposentadoria, auxílio doença e salário maternidade) a motivação para o engajamento no STTR. De acordo com isso, Bunnage (2014), aponta que os fatores que garantem a

permanência de ativistas em movimentos sociais não estão isolados, mas sim em interação, ou seja, o indivíduo nunca pode ser analisado fora de seu contexto social e organizacional. Por isso deve ser considerado todo o conjunto de fatos que influem a permanência na organização. Sendo assim, não se trata apenas de fatores objetivos, mas também de aspectos subjetivos, como o fato de os agricultores se sentirem acolhidos pela organização, construindo assim um sentimento de identificação e pertencimento com a mesma. Tudo isso acaba por contribuir para a sua permanência.

Talvez essa nova conjuntura apresentada aos sindicatos rurais represente a necessidade destes se articularem a outras organizações, afim de se fortalecerem e fazerem frente aos inúmeros retrocessos os quais têm acometido os trabalhadores nos últimos anos. Mais do que motivação para os agricultores se engajarem, estes necessitam também de estímulos para *permanecerem* engajados, uma espécie de retorno aos seus investimentos militantes. Nesse caso, o sindicato deve encontrar formas de envolver mais ativamente os seus membros e retribuir esse envolvimento. No entanto, comprometimento só é possível se os sindicatos conseguirem fazer os agricultores enxergarem para além das questões mais imediatistas, possibilitando identificar nessa organização um instrumento reivindicatório de diversas outras demandas, não só individuais (como aposentadoria), mas também benefícios coletivos para as suas comunidades (como postos de saúde, escolas, melhorias nas estradas, etc.), o que permitiria a identificação e envolvimento a longo prazo, a fim de superar os impasses e desafios interpostos até o momento.

5 CONCLUSÕES

As questões até aqui apresentadas permitem realizar uma reflexão sobre os desafios enfrentados pelo sindicalismo rural hoje, que envolvem desde questões internas como a filiação de novos membros, sustentação financeira, concorrência com outras organizações, até aspectos ligados às transformações políticas e econômicas, tais como as inúmeras medidas neoliberais adotadas pelos últimos governos, objetivando a redução de direitos trabalhistas e que se refletem em ataques diretos aos sindicatos, como é caso da retirada de funções assistenciais (como a previdenciária). Tudo isso acaba redundando em impasses para o engajamento e mobilização dos agricultores.

Tratar desses impasses e a forma como estes repercutem na motivação para o engajamento dos membros do sindicato e dos não afiliados, torna-se um aspecto de extrema relevância não só acadêmica (visto que procuro dar maior visibilidade ao sindicalismo rural do Nordeste paraense, contribuindo assim para a construção de uma massa crítica sobre esse tema), mas também prática, uma vez que a compreensão sobre o presente e o passado pode ajudar na construção de projetos futuros. Seja repensando o papel que os sindicatos assumem hoje, até o que eles podem vir a assumir mais tarde, conforme a alteração das condições históricas, pelas quais estes se encontram limitados, já que parafraseando Marx (2011, p. 25), “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Dessa forma, a ciência social pensada e colocada à disposição daqueles que constroem a história se torna também um vetor de transformação da realidade.

Com base nos dados obtidos em campo e apoiando-me na literatura específica, cheguei às seguintes conclusões:

O sindicalismo enquanto uma das mais importantes expressões da ação coletiva e organização dos trabalhadores representa a resistência desse setor as más condições de vida e trabalho, em que estão submetidos, particularmente no meio rural, assim é o caso dos agricultores familiares, categoria social recente que, segundo Wanderley (1996) incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, representando um importante ator no meio rural hoje, tornando-se por isso o principal público-alvo dos sindicatos rurais, a exemplo do STTR.

A fim de responder os objetivos propostos no início desse trabalho, foram identificadas algumas das características que compõem a estrutura organizacional do STTR de Concórdia. É um sindicato municipal, que tem a sua organização delimitada pelo que está previsto na legislação, por meio da Portaria n. 71, de 02/02/1965 do Ministério do Trabalho, que estipula entre outras coisas a unicidade sindical, além de garantir a sua filiação em entidades de âmbito estadual e nacional.

A partir desses objetivos, foram realizadas entrevistas em profundidade com agricultores. Um destes levantamentos se refere a sua opinião sobre a atuação do sindicato e sua aprovação em relação a atual gestão dessa organização, que permitiu perceber que a maioria dos agricultores reconhece o trabalho desempenhado pela atual diretoria. No entanto, cabe fazer uma ressalva sobre esses dados, haja vista que os agricultores podem se sentir intimidados ao responder essa pergunta a uma pessoa estranha. Todavia, ainda no início da entrevista foi assegurado a estes o seu anonimato e o caráter científico e acadêmico da pesquisa, o que permitiu aos agricultores falarem com mais liberdade sobre o assunto em questão.

Em seguida, foram apresentados os dois momentos pelos quais ficaram conhecidos o sindicalismo nacional, denominado de “velho” e “novo” sindicalismo, com o primeiro tendo início ainda durante o governo Vargas, sendo conhecido como sindicalismo de Estado, pelo seu caráter corporativo e assistencialista, e o segundo se inicia pelo final dos anos de 1970, culminando na criação da CUT (1983). Essa organização tem como marca uma posição crítica em relação as práticas do velho sindicalismo, apresentando muitas conquistas em termos de mobilização de suas bases. Mesmo que alguns autores e os próprios militantes mais radicais tenham uma visão negativa das ações assistenciais realizadas pelos sindicatos, ainda assim é inequívoco o papel dessas ações na atração e manutenção de associados, visto que muitos citam essas ações como motivo para sua filiação, razão pela qual o “novo” sindicalismo não conseguiu suprimir totalmente o assistencialismo. Muitas vezes, ocorreu uma tentativa de conciliar uma atitude radical com a manutenção dos serviços assistenciais. Não é a prestação desses serviços, portanto, que prova o afastamento dos sindicatos de suas bases. Morais (1993) demonstra isso, ao explicar que o nível de combatividade de um sindicato depende basicamente da ideologia dos seus dirigentes e não da sua estrutura “burocrática assistencial”. Por isso, esses dois momentos influenciaram profundamente o sindicalismo paraense, que

representará a nível local as práticas e diretrizes do sindicalismo nacional, dos quais o próprio STTR é uma expressão.

Sendo assim, eu decidi trazer à tona nessa investigação os aspectos principais do engajamento e desengajamento militante, optando por realizar a distinção entre os níveis de engajamento presente no STTR, divididos respectivamente da seguinte forma: dirigentes e delegados sindicais como os membros com supostamente maiores níveis de engajamento e os sócios, que são a maioria, com um tipo de participação mais limitada e reduzida, mas ainda assim fundamental para garantir a atuação e a legitimidade dessa organização.

No que diz respeito às motivações para o engajamento dos agricultores pode-se concluir que a maioria dos entrevistados identificou o acesso à aposentadoria como o principal motivo para a sua filiação¹⁸. Era através do sindicato que conseguiam obter a declaração confirmando o trabalho no campo e assim se aposentar sem tantas burocracias. Com base nisso, alguns reconheceram que deixaram de pagar a contribuição sindical, após essa função ter sido retirada dos sindicatos pelo governo. No entanto, não pode-se dizer que os agricultores se guiam apenas por uma racionalidade instrumental e consideram apenas seus interesses mais individuais. Eles desenvolvem também uma identidade coletiva, que se forja a partir da identificação com o grupo, como demonstrou a fala de vários agricultores que se filiaram ao sindicato procurando se mostrar úteis para a sua comunidade ou o seu grupo social.

A partir disso, constatei que alguns agricultores também fizeram referência às associações de produtores como alternativa aos sindicatos, alegando valores de contribuição mais acessíveis, além de terem poder de negociação juntos aos órgãos municipais, já que estas possuem CNPJ. Nesse ponto, foi possível identificar uma relação não de concorrência, mas de parceria entre o STTR e as associações, como o fato de o primeiro ceder seu espaço físico, tanto para reuniões, quanto para a comercialização dos produtos dos membros das associações, assim como o apoio que o sindicato presta durante as negociações de preços das associações para venda junto a prefeitura, entre muitas outras situações específicas que confirmam esse apoio e parceria mútua.

Considerando tudo isso, podemos pensar na importância dessas organizações se unirem, a fim de enfrentar esse novo cenário de ataques e retrocessos às políticas sociais, bem como o desmantelamento das funções assistenciais dos sindicatos. Essas mudanças não

¹⁸ Ressaltando que isso é o que muitos dizem *hoje*, mas na época de sua filiação poderiam ter existido outras razões, em virtude da própria diferença de contexto social e político.

devem ser encaradas apenas como mais uma derrota da classe trabalhadora no campo, mas também podem representar uma oportunidade de ações mais reivindicatórias e combativas no cenário nacional, permitindo aos sindicatos deixarem um pouco de lado a sua face *institucional* e apostarem mais na sua força enquanto *movimento*.

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, Molly. **Lifetimes of Commitment. Aging, Politics, Psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo**. Campinas: Editora Pontes, 1995.
- ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Dilemas do “novo sindicalismo” no Brasil: ruptura e conservação. **Latin American Perspectives**, Califórnia, n. 5, vol. 41, 2014.
- ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 511-528, set./dez. 2015.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Lisboa: Relógio de Água, 2001.
- ASSIS, William Santos de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no Sudeste paraense**. 2007. 225 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- BADARÓ, Marcelo. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955/1988)**. 1996. 479 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.
- BARBOSA, Romulo Soares. Sindicalismo Rural Brasileiro nos Anos 1990: os aposentados em cena. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11., 2003, Campinas. **Anais** [...] Campinas: UNICAMP, 2003. p. 2-20.
- BECKER, Howard. Notes on the concept of commitment. **The American Journal of Sociology**, n. 66, p. 32-40, 1960.
- BECKER, Howard. **Social Problems: A Modern Approach**. New York: John Wiley & Filhos, 1966.
- BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing processes and social movements: an overview and assessment. **Annual Review of Sociology**, n. 26, p. 611-639, 2000.
- BLUMER, Herbert. Social Movements. In: LYMAN, Stanford (Ed.). **Social movements: critiques, concepts, case-studies**. New York: New York University Press, 1995. p. 60-83. Original: 1951.
- BOGO, Ademar. **Organização política e política de quadros**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Portaria N. 71, de 02 de fevereiro de 1965. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, fev. 1965.
- BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura: Trigo e Soja**. Ijuí: FIDENE, 1988.
- BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun, p. 50-81, 2002.

BUNNAGE, Leslie A. Social Movement Engagement over the Long Haul: Understanding Activist Retention. **Sociology Compass**, New Jersey, vol. 8, n. 4, 433–445, 2014.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1964.

CATTANI, Antônio D. Ação coletiva. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 15-19.

COHEN, Jean L. Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. **Social Research**, New York, vol. 52, n. 4, p. 663-716, 1985.

COMERFORD, John. “Como uma família”: Sindicatos de Trabalhadores Rurais na Zona da Mata de Minas Gerais, 1984-2000. In: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde; PAULILO, Maria (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CONTAG. 40 anos de luta ao lado do homem e da mulher do campo. **Revista da Contag**, Brasília, vol. único, 2003. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

CORDEIRO, Iracema M. C. C.; ARBAGE, Marcelo J. C.; SCHWARTZ, Gustavo. Nordeste Paraense: Configuração Atual e Aspectos Identitários. In: CORDEIRO, Iracema M. C.; RANGEL-VASCONCELOS, Lívia G. T.; SCHWARTZ, Gustavo; OLIVEIRA, Francisco de Assis (Org.). **Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias**. Belém, PA: EDUFRA, 2017.

CORRÊA, Ellen Gallerani. Reconfigurações do movimento sindical de trabalhadores rurais no Brasil contemporâneo. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 19., 2019, Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <https://www.sbs2019.sbsociologia.com.br/site/capa>. Acesso em: 10 set. 2019.

CORREIA, Sérgio Miguel Castelo Branco de Almeida. **Dissensão, Ruptura e Divórcio: o abandono da militância partidária como sinal deslegitimador dos partidos políticos e da democracia**. 2016. 548 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.

CORRIGALL-BROWN, Catherine. **Patterns of protest: Trajectories of Participation in Social Movements**. Califórnia: Stanford University Press. 2012.

COSTA, Lucia Cortes. **Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. Ponta Grossa: UEPG; São Paulo: Cortez, 2006.

CROZIER, Michel; FRIEDBERG, Erhard. **L'acteur et le système**. Paris: Seuil, 1977. 478 p.

CUT. **Grito da Terra Brasil**. 26 de maio de 2009. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/grito-da-terra-brasil-34fd>. Acesso em: 10 de abr. 2020.

DELLA PORTA, Donatella. Recruitment processes in clandestine political organizations: italian left-wing terrorism. **International Social Movement Research**, v. 1, p. 155-169, 1988.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Delume-Dumará; ANPOCS, 1995.

- DUNCAN, Lauren E. Motivation for Collective Action: Group Consciousness as Mediator of Personality, life Experiences, and Women's Rights Activism. **Political Psychology**, Northampton, vol. 20 n. 3, 611-635, 1999.
- ESTANQUE, Elísio. Sindicalismo e movimentos sociais: ação coletiva e regulação social no contexto europeu e português. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 23, p. 55-67, 2. sem. 2009.
- FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores. Os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 27-44, 2006.
- FEATHER, Natan T.; NEWTON, James W. Values, Expectations, and the Prediction of Social Action: An Expectancy-Valence Analysis. **Motivation and Emotion**, v. 6, n. 3, 217-244, 1982.
- FILLIEULE, Olivier. Disengagement process from radical organizations. What is so different when it, comes to exclusive groups? **Political Science Working Paper Series**, Lausanne, 2011.
- FILLIEULE, Olivier; MATHIEU, Lilian; PÉCHU, Cécile. **Dictionnaire des mouvements sociaux**. Paris: Presses de Sciences Po, 2009.
- FIRMIANO, Frederico Daia. O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro. **Revista NERA**, São Paulo, ano 21, n. 41, p. 120-137, jan.-mar. 2018.
- FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 26 Mai. 2020.
- FREITAS, Alan Ferreira de; FERREIRA Marco Aurélio Marques; FREITAS Alair Ferreira de. A Trajetória das Organizações de Agricultores Familiares e a Implementação de Políticas Públicas: um estudo de dois casos. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 57, Nº 01, p. 009-028, Jan./Mar. 2019 – Impressa em Abril de 2019.
- FRIEDBERG, Erhard. Organização. In: BOUDON, R. (dir.). **Tratado de sociologia**. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p. 375-412.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.
- GANZ, Marshall. Resources and Resourcefulness: Strategic Capacity in the Unionization of California Agriculture, 1959–1966. **American Journal of Sociology**, vol. 105, 1003–62, 2000.
- GANZ, Marshall. Why David Sometimes Wins: Strategic Capacity in Social Movements. In: MESSIK, David M.; KRAMER, Roderick Moreland (Eds). **The Psychology of Leadership: New Perspectives and Research**. NJ: Lawrence Erlbaum Publishers, 2004, p. 209–38.
- GAXIE, Daniel. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. **Swiss Political Science Review**, v. 11, n. 1, p. 157-188, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 2009.
- GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

- GONÇALVES, Francisco Luiz Salles. Dependência financeira, assistencialismo e burocratização nos sindicatos brasileiros. In: CEDEC. **Sindicatos em uma época de crise**. Petrópolis. Vozes/São Paulo: CEDEC, p.26-32, 1984.
- GORZ, André. **Adeus ao Proletariado**. São Paulo: Ed. Forense, 1981.
- GOVERNO FEDERAL. **Entenda como funciona o Programa de Aquisição de Alimentos**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/01/entenda-como-funciona-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 26 mai. 2020.
- GRANOVETTER, Mark. The strength of the weak ties. **American Journal of Sociology**. Chicago, v. 78, n. 6, p. 1.360-1.380, 1973.
- GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GUERRA, Guttemberg; ACEVEDO MARIN, Rosa. Das associações de lavradores aos sindicatos de trabalhadores rurais – o caso do Pará. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 126, mar./abr. 1990.
- GUERRA, Guttemberg. Organizações rurais e camponesas no estado do Pará. In: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde; PAULILO, Maria (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 117-137.
- GUIMARÃES, Juca. **Mudança na Previdência rural dificulta aposentadoria e fragiliza sindicatos**. Brasil de Fato, São Paulo, 20 Fev. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/20/mudanca-na-previdencia-rural-fragiliza-sindicatos-e-dificulta-acesso-a-aposentadoria> . Acesso em: 5 mar. 2020.
- HABERMAS, Jürgen. New social movements. **Telos**, New York, n. 49, p. 33-37, set. 1981.
- HARVEY, David. **A condição pós Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- HÉBETTE, Jean. Movimento Sindical e ações de desenvolvimento rural na região de Marabá: a construção de um nível regional de ação em parceria. **Revista Agricultura Familiar, Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém, v. 1, n. 3, 2002.
- HOBBSBAWN, Eric. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.
- HUDDY, Leonie. Group Identity and Political Cohesion. In: SEARS, David O.; HUDDY Leonie; JERVIS, Robert (Ed.). **Oxford handbook of Political psychology**. Oxford: University Press, 2003.
- HUGHES, Everett. **Men and Their Work**. Glencoe: The Free Press, 1958.
- HUNT, Scott; BENFORD Robert D. Collective Identity, Solidarity, and Commitment. In: SNOW, David A.; SOULE, Sarah A.; KRIESI, Hanspeter (ed.). **The Blackwell companion to social movements**. Malden: Blackwell Publishing, 2004. p. 433–457
- IANNI, Octavio. A formação do proletariado rural no Brasil – 1971. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 127-146 p. [Vol. 4].

ITCPES/ICSA. TERRITÓRIO NORDESTE PARAENSE: Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais no Estado do Pará. Belém, 2011.

KADT, Emanuel de. **Católicos Radicais no Brasil**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2007.

KLANDERMANS, Bert. The social construction of protest and multiorganizational fields. In: MORRIS, Aldon D.; MUELLER, Carol M. (ed.). **Frontiers in social movement theory**. New Haven: Yale University Press, 1992, p. 77-103.

KLANDERMANS, Bert. STEKELENBURG, Jacqueliën van. **Individuals in movements: a social psychology of contention**. Amsterdam: Faculty of Social Sciences Vrije Universiteit, The Netherlands, 2007.

KLANDERMANS, Bert. **The Social Psychology of Protest**. Oxford: Blackwell, 1997.

LEAL, Aluizio Lins. Uma sinopse histórica da Amazônia (uma visão política). In: TRINDADE, J. R. B.; MARQUES, G. (org.). **Revista de Estudos Paraenses** (edição especial). Belém: IDESP, 2010.

LERBACH, Brena Costa. Liderança e movimentos sociais. **Simbiótica**, Vitória, v. ún., n. 1. jun. 2012.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, maio/ago. 2002.

MANESCHY, Maria Cristina; MAIA, Maria Lúcia Sá; CONCEIÇÃO; Maria de Fátima Carneiro da. Associações rurais e associativismo no Nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 11, n. 1, p. 85-108, jun. 2008.

MARTINS, Heloisa. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. Original: 1852.

McADAM, Doug. Recruitment to High-risk Activism: The Case of Freedom Summer. **American Journal of Sociology**, v. 92, p. 64-90, 1986.

MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: A partial theory. **American Journal of Sociology**, v. 82, p. 1212-1241, 1977.

McPHERSON, Miller; POPIELARZ, Pamela A. DROBNIC, Sonja. Social Networks and Organizational Dynamics. **American Sociological Review**, vol. 57, 153-70, 1992.

MEDEIROS, Leonilde. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Editora FASE, 1989.

MELO, Acácio Tarciso Moreira de; BARROS, Liliane Freitas Costa; SCHMITZ, Heribert; BENJAMIN, Aldrin Mario da Silva. Assentamento Benedito Alves Bandeira: uma história de lutas pela terra no Município de Acará, Nordeste paraense. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 5., 2012, Araraquara. **Anais [...]**. Araraquara: Uniara, 2012.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. 441p.

- MELUCCI, Alberto. Getting involved: identity and mobilization in social movements. In: KLANDERMANS, Bert; KRIESI, Hanspeter; TARROW, Sidney (Ed.). From structure to action: comparing social movement research across cultures. *International Social Movement Research: A research annual*. Vol.1, 2011. p.329-348.
- MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.
- MORAIS, Jorge Ventura de. Assistencialismo, “Burocracia” e Novo Sindicalismo: 1978-1989. **Caderno CRH**, Salvador, N. 19, p. 58-78, 1993.
- MORRIS, Aldon; STAGGENBORG, Suzanne. Leadership in Social Movements. In: SNOW, David A.; SOULE, Sarah A.; KRIESI, Hanspeter (Ed.). **The Blackwell companion to social movements**. Malden: Blackwell Publishing, 2004.
- NAUJORKS, Carlos José; SILVA, Marcelo Kunrath. Correspondência identitária e engajamento militante. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 136-152, jan.-mar. 2016.
- NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA. **Relatório DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra - 2008**. Presidente Prudente: NERA, 2009. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2008.pdf. Acesso em: 15 Mai. 2020.
- OBERSCHALL, Anthony. **Social conflicts and social movements**. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1973.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 1996, v. 39 n° 1.
- OLIVER, Pamela E. As Selective Incentives for Collective Action. *Theoretical Investigations. American Journal of Sociology*, vol. 85, n. 6, 1356-1375, 1980.
- OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: bens públicos e teoria dos grupos**. Trad. M. D. C. Guerreiro; M.L. Faria. Rev.Téc. P. T. Pereira. Oeiras: Celta Editora, 1998. 168p. Original: 1965.
- OSTROM, Elinor. A behavioural approach to the rational-choice theory of collective action. **The American Political Science Review**, Vol. 92, No. 1, 1998, pp. 1-22.
- OSTROM, Elinor. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. New York: Cambridge University Press, 1990.
- PEREIRA, Armond F. Sindicalismo internacional: dilemas e propostas. In: CARVALHO NETO, Antônio; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de (org.). **Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90**. Belo Horizonte: IRT da PUC, 1998, p. 17.
- PETRARCA, Fernanda Rios; RIBEIRO, Maria Rita. Carreiras militantes, redes de sociabilidade e formas de engajamento na luta contra AIDS em Sergipe. **Tomo**, São Cristóvão, n. 27, jul./dez 2015.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 35, p. 204-236, jan./abr. 2014.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, n. 1, p. 63-84, fev. 2014.

- PICOLOTTO, Everton. Pluralidade sindical no campo? agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. **Lua Nova**, São Paulo, 104: 201-238, 2018.
- PICOLOTTO, Everton; MEDEIROS, Leonilde. A representação política no sindicalismo rural: antigos e novos atores. In: Encontro Anual da ANPOCS, 40., 2016, Minas Gerais. **Anais [...]** Minas Gerais: ANPOCS, 2016.
- PONTES, Daniel Lucas Ribeiro. **Resistência camponesa à agroindústria do dendê na comunidade Conceição do Guajará em Bujaru/PA**. 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- RAMOS, Carolina. A construção do sindicalismo rural brasileiro. In: Congresso Nacional, Estado e Poder, 6., 2010, Niterói. **Anais Eletrônicos [...]**. Niterói, 2010, p. 01-20. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-CAROLINA.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.
- RAMOS, Marília Patta. Métodos quantitativos e pesquisa em Ciências Sociais: lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 18, n. 1, jan./jun. 2013.
- RIBEIRO, Lissandra Cordeiro. **“Mesmo com essas coisas ruins que o dendê trouxe, eu não saio daqui”**: Resistência à Agroindústria do Dendê na Comunidade do Castanhalzinho em Concórdia do Pará. 2017. 115 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- RODRIGUES, Almir Sandro. **A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar: um novo sindicalismo em construção**. 2004. 131 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do Sindicalismo** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. 344 p.
- SACRAMENTO, Elias Diniz. “Chacinas, pistolagens e atuação sindical”: história e memória do assassinato de Benezinho em Tomé-Açú/ PA, década de 1980. In: SILVA, Júlio Claudio da (Org.). **História oral, memória e interdisciplinaridade na Amazônia**. Manaus: UEA Edições, 2016. 194 p.
- SANTANA, Marco Aurélio. O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 10/11, 1998, p. 19-35.
- SANTOS, Ariovaldo de Oliveira. A nova crise do sindicalismo internacional. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 28, p. 200-255, set./dez. 2011.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984. p. 150.
- SCHMITZ, Heribert. **Material didático da disciplina “Ação coletiva no campo e na cidade”**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2019.

- SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da. Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos. In: SCHMITZ, Heribert (Org.). **Agricultura Familiar: Extensão Rural e Pesquisa Participativa**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 23-42.
- SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da. Métodos participativos para a interação entre agricultores familiares, extensionistas e pesquisadores. In: SCHMITZ, Heribert. **Agricultura Familiar: Extensão Rural e Pesquisa Participativa**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 43-65.
- SCHMITZ, Heribert; NEVES, Jorge Lucas. Organizações sociais diante do processo de integração dos agricultores familiares à agroindústria do dendê no Nordeste paraense. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 17. Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: SBS, UFRGS, 2015.
- SCHMITZ, Heribert; NEVES, Jorge Lucas. As organizações sociais e a agroindústria do dendê no Nordeste paraense: consensos e dissensos. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 18., Brasília, **Anais [...]**. Brasília: SBS, 2017. Resumo.
- SCHRAGER, Lean S. Private Attitudes and Collective Action. **American Sociological Review**, vol. 50, p. 858-859, 1985.
- SENA, Talita Marques; SENA, Tassiana Marques; FILHO, Luiz Gomes Silva. Associação de produtores rurais, uma forma de organização e desenvolvimento local. **Revista Includere**, Mossoró, v. 3, n. 1, p. 398-406, 2017, Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/7388>. Acesso em: 28 mar. 2020.
- SEVERO, Ricardo Gonçalves; SEVERO, Renata Vieira Rodrigues. Dinâmicas de engajamento: análise de trajetórias em uma rádio comunitária. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 12, n. 24, jul/dez. 2015.
- SILVA, Lucilene de Jesus Maciel; EGLER, Ione. **Estudo da percepção em espaços urbanos preservados**. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE. Belém: UFPA, 2012. Disponível em: http://anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/sustentabilidade_cidades/Luciene%20de%20Jesus%20Maciel%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.
- SILVA, Marcelo Kunrath.; SCHMITT, Claudia Job. As organizações sociais e o Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. In: MARX, Vanessa. (Org.). **Democracia participativa, sociedade civil e território**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.
- SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, p. 187-226, set./dez. 2016.
- SIMON, Bernd. Collective Identity and Political Engagement. In: ASSAD, E. et al. (Org.) **Identity and Participation in Culturally Diverse Societies**. Wiley Blackwell, 2011.
- SIMON, Bernd. **Identity in Modern Society: A Social Psychological Perspective**. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 2004.
- SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Master frames and cycles of protest. In: MORRIS, Aldon D.; MUELLER, Carol. McClurg. (ed.). **Frontiers in social movement theory**. New Haven: Yale University Press, 1992. p.133-155.

- SNOW, David A.; ROCHFORD JR., E. Burke; WORDEN, Steven K.; BENFORD, Robert D. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. **American Sociological Review**, v. 51, n. 4, p. 464-481, aug. 1986.
- SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.
- SOUTO, José Fernando. Práticas assistenciais em sindicatos do ‘novo sindicalismo’: a persistência da roda. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24., 2000, Petropolis RJ. **Anais Eletrônicos** [...]. Petrópolis: Papers, 2000. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/24-encontro-anual-da-anpocs>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- STRAUSS, Anselm. **Mirrors and Masks: The Search for Identity**. Glencoe: The Free Press, 1959.
- STRYKER, Sheldon; OWENS, Timothy J.; WHITE, Robert W. (Ed.). **Self, identity, and Social Movements**. Minneapolis: Minnesota Press, 2000.
- TARROW, Sidney. Mentalities, political cultures, and collective action frames: constructing meaning through action, in: MORRIS, Aldon; MUELLER, Carol McClurg (eds.), **Frontiers in social movement theory**. New Haven: Yale University Press, 1992, p. 174-202.
- TARROW, Sidney. **Power in movement: social movements and contentious politics**. 3.Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. Original: 1994.
- TAYLOR, Verta; WHITTIER, Nancy E. Collective Identity in Social Movement Communities: Lesbian Feminist. In: FREEMAN, Jo; JOHNSON, Victoria (Ed.). **Waves of Protest: Social Movements since the Sixties**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 1999. p. 169-104.
- THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 82-103.
- TILLY, Charles. Introduction. In: TILLY, Louise A.; TILLY, Charles (ed.). **Class conflict and collective action**. London: Sage Publishers, 1981. p. 13-25.
- TOURAINE, Alain. **La société post-industrielle: naissance d’une société**. Paris: Denoël, 1969.
- UFPA. **Comissão de Regularização Fundiária. Plano de Ação Municipal: Concórdia do Pará**. Belém, Universidade Federal do Pará, 2013.
- USEEM, Bert. Breakdown Theories of Collective Action. **Annual Review of Sociology**, v. 4, p. 215-238, 1998.
- VAN ZOMEREN, Martjin; SPEARS, Russell; FISCHER, Agneta H; LEACH, Colin Wayne. Put Your Money Where Your Mouth Is! Explaining Collective Action Tendencies Through Group-Based Anger and Group Efficacy. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 87, n. 5, p. 649-664, 2004.
- VIANNA, Luiz Werneck. **A classe operária e a abertura**. São Paulo: Cerifa, 1983.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TAVARES, Edson Diogo, MOTA, Dalva Maria da; IVO, Walane Maria Pereira de Mello (ed.). ENCONTRO DE PESQUISA SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NOS TABULEIROS

COSTEIROS DE SERGIPE, 2., 1997, Aracaju-SE. – **Anais [...]**. Agricultura familiar em debate. Aracaju: Embrapa-CPATC, 1997, p. 9-40.

WANZELER, João Batista. **Educação em movimento, trabalhadores rurais em formação:** um estudo sobre lideranças no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá/PA (décadas de 1970-90). 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Universidade Federal do Pará, Cametá, 2015.

WEBER; Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. 4º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

WEFFORT, Francisco. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964. **Revista de Cultura Contemporânea**, São Paulo, n. 1, 1978.

WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do pós-guerra). **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 4, abr./ jun, 1973.

WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, p. 60-75, set. 2006.

ZANETTI, Lorenzo. **O “novo” no sindicalismo brasileiro:** características, impasses e desafios. 1993. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.